

Populações Tradicionais, Unidades de Conservação e Mineração: territorialidades e práticas de gestão dos recursos naturais – Oriximiná – PA

LEONARDO GAMA CAMPOS

Niterói
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Populações Tradicionais, Unidades de Conservação e Mineração: territorialidades e práticas de gestão dos recursos naturais – Oriximiná – PA

LEONARDO GAMA CAMPOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: Gestão Ambiental. Áreas Protegidas e Inclusão Social

Orientador: Profº Drº Cláudio Belmonte de Athayde Bohrer

Co-orientador: Profª Drª Marta de Azevedo Irving

Niterói
Universidade Federal Fluminense
2009

LEONARDO GAMA CAMPOS

Populações Tradicionais, Unidades de Conservação e Mineração: territorialidades e práticas de gestão dos recursos naturais – Oriximiná – PA

Aprovada em Junho de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº Cláudio Belmonte de Athayde Bohrer
Universidade Federal Fluminense - UFF

Profª Drª Marta de Azevedo Irving
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Profº Drº Ivan de Oliveira Pires
Universidade Federal Fluminense – UFF

Profª Drª Mariella Camardelli Uzêda
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à energia que me move todos os dias na incessante busca pelo aprimoramento do espírito na eterna jornada de evolução.

À manifestação essencial do todo através de nossos biomas, casas maiores de nossa grande comunidade de seres vivos. Meu respeito, admiração e incentivo no trabalho cotidiano à Floresta Tropical Amazônica, bem como todos os povos que a habitam, legítimos representantes da comunidade humana na floresta.

Aos remanescentes de quilombos: Dona Nêga, Sr. Raimundo, Adelson, Maria, Deco, Sr. Dometilo, Dona Maria Amélia, Dona Luzia, Tomé, Júnior, Forró, Sr. Jacú, Dona Chica, Dona Flora, Sr. Duí, Sr. Boroça, Dona Damiana, Dona Clarisse, Gégé, Sr. Lerízio, Sr. Bacaba, Dona Rosa, Sr. Cabeçinha, Sr. Aloísio, Sr. Carlos, Rivanilde, Vion, Sr. Miguel, Dona Lucinha, “Sr. 96”, Fabriciana, Dona Cléuta, Sr. Florêncio, Bico e os irmão Dodoca, Zé Eli e Luici e aos muitos outros que possa ter esquecido o nome mas que foram igualmente importantes.

À família terrena que me concedeu a oportunidade de me constituir um ser capaz de constante aprimoramento neste planeta e o direito de sonhar em trabalhar informalmente e profissionalmente com a proteção dos seres viventes, sejam animais ou vegetais.

AGRADECIMENTOS

A todos os comunitários da Tapagem pelo grandioso aprendizado que obtive com a (com)vivência e por toda a sabedoria peculiar-holística que construímos ao integrar conhecimento tradicional, conhecimento científico e conhecimento humano-universal.

Ao professor Cláudio Belmonte de Athayde Bohrer que, em amplo sentido, continua acreditando em meu aprimoramento profissional e humano.

A professora Marta de Azevedo Irving por considerar este trabalho por meio de avaliação individual com grande dignidade profissional e pelos sólidos conhecimentos oferecidos e construídos no âmbito do Programa de Pós Graduação em Psicossociologia e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – EICOS/UFRJ.

Aos professores da Universidade Federal Fluminense, em especial aos da Pós Graduação em Ciência Ambiental – PGCA/UFF e os demais não citados acima pelas produtivas horas de orientação e auxílio à nossas reflexões.

Aos funcionários da Unidade Avançada José Veríssimo – UAJV da Universidade Federal Fluminense em Oriximiná pelo apoio logístico sem o qual não seria possível a realização deste trabalho.

Aos amigos e colegas da turma de Ciência Ambiental de 2007, em especial ao irmão André Amaral Baptista, companheiro de sonhos e trabalho, e aos demais anos que se seguiram, pelos salutareos momentos de convivência, aprendizado, reflexões e auxílios mútuos.

À professora Cristiane Passos de Mattos, companheira de jornada, pela incansável e amorosa disposição com que me auxiliou para que este projeto se concretizasse.

Aos analistas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade de Porto Trombetas pelo apoio logístico e pelas informações fornecidas otimizando a consolidação deste trabalho.

*“Têm que buscá uma forma de
nóis se ajudá...nóis junto com o
IBAMA e a Mineração ...”*

(depoimento de um quilombola)

RESUMO

A Amazônia brasileira constitui imenso patrimônio de terras e de recursos naturais suscitando disputas pelo uso do território segundo interesses de atores distintos, que delimitam diferentes fronteiras na região como as populações de remanescentes de quilombo, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e os empreendimentos mineradores. O presente trabalho se propôs analisar a dinâmica desses atores no âmbito das suas formas de apropriação territorial dos recursos naturais na micro-região Alto Rio Trombetas, sob o viés conceitual das populações tradicionais e de território e os embates das distintas territorialidades dos atores envolvidos, entretanto, enfocando a percepção territorial e ambiental local das comunidades remanescentes de quilombo materializadas através do etnomapeamento. A etapa conceitual de pesquisa bibliográfica e análise documental construiu um quadro de referência teórica que permitiu a caracterização e análise dos atores envolvidos, bem como de suas respectivas territorialidades. Foi dada ênfase a métodos participativos, possibilitando a apreensão de percepções relativas à inter-relação dos atores em relação ao modo de interação dos mesmos com os recursos naturais da região. O mapeamento participativo com o auxílio de imagens de satélite e o mapa êmico se por um lado evidenciou a forma como os quilombolas percebem o ambiente vivido, por outro se mostrou um instrumento potencialmente capaz de aproximar distintos conhecimentos em prol de uma gestão participativa da biodiversidade na região.

Palavras-chave: Território, População Tradicional, Etnomapeamento.

ABSTRACT

The Brazilian Amazon is immense holdings of land and natural resources raising disputes over the use of the territory on interests of distinct stakeholders which demarcate different borders in the region: the population of remaining "Quilombo" descendants, the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation and the mining enterprises. This paper aims to analyze the dynamics of these stakeholders in their forms of ownership of local natural resources in micro-region of upper Trombetas river, under the conceptual bias of traditional populations, territory and territoriality of the different struggles of the stakeholders, however, focusing on local remaining "Quilombo" descendants communities territorial and environmental awareness materialized through ethnomapping. Conceptual stage of bibliographic research and document analysis constructed a theoretical framework that allowed the characterization and analysis of the stakeholders and their respective territoriality. Emphasis was placed on participatory methods, allowing the seizure of perceptions related to the interrelationship of the stakeholders regarding their interaction way with the region's natural resources. Participatory mapping with the help of satellite images and the emic map on the one hand showed how the Quilombolas realize the living environment, the other proved to be a potentially capable tool of bring together different skills to promote participatory management of biodiversity in the region.

Keywords: Territory, Traditional Population, Ethnomapping.

SUMÁRIO	Pág.
RESUMO	Vii
ABSTRACT	Viii
LISTA DE FIGURAS e GRÁFICOS	X/Xi
LISTA DE QUADROS e TABELAS	Xii
LISTA DE SIGLAS	Xiii
1. INTRODUÇÃO	01
1.1 Apresentação, justificativas e objetivos	01
1.2 Introdução ao ambiente de pesquisa	05
2. ABORDAGEM METODOLÓGICA	09
2.1 Métodos participativos	13
2.2 Mapas êmico-participativos	14
3. TERRITÓRIO E POPULAÇÕES TRADICIONAIS: perspectivas conceituais	16
3.1 Território, territorialidades e conflitos na floresta	
3.2 Populações Tradicionais: contextualizando	24
4. TENSÕES SOCIOAMBIENTAIS NO USO DOS RECURSOS NATURAIS DO ALTO RIO TROMBETAS	28
4.1 Caracterização dos atores protagonistas na proteção e uso dos recursos naturais	
4.1.1 Reserva Biológica do Rio Trombetas e Floresta Nacional Saracá-Taquera	
4.1.2 Mineração Rio do Norte	39
4.1.3 Remanescentes de Quilombos	47
4.2 Visões quilombolas sobre a dinâmica de gestão e utilização dos recursos naturais	54
5. MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DO USO DOS RECURSOS: interpretando as percepções à partir dos quilombolas da Tapagem	61
5.1 Quilombolas dos rios e matas: dimensões perceptivas da territorialidade	62
5.1.1 Comunidade Tapagem: pioneirismo dos mocambos no Alto Trombetas	
5.2 Etnomapeamento êmico do meio vivido e dos recursos naturais	66
5.3 Etnomapeamento participativo com auxílio de imagem de satélite	74
5.3.1 Mapa de identificação de recursos utilizados	75
5.3.2 Mapa de identificação de recursos potenciais	97
5.3.3 Mapa de sobreposição de usos com outras comunidades	99
5.3.4 Mapa síntese do uso múltiplo de recursos naturais	100
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

Lista de Figuras e Gráficos	Pág.
Figura 01: Município de Oriximiná: localização no Estado do Pará.	05
Figura 02: Mapa do município de Oriximiná, destacando sua rede hidrográfica, estradas e a Reserva Biológica do Rio Trombetas.	06
Figura 03: Carta-imagem baseada em Imagem de Satélite LandSat 5 TM destacando a comunidade Tapagem, REBIO do Rio Trombetas, FLONA Saracá-Taquera e Porto Trombetas.	32
Figura 04: Diferentes ecossistemas na REBIO Trombetas.	34
Figura 05: Composição acionária da joint-venture Mineração Rio do Norte.	40
Figura 06: Exploração de bauxita em Porto Trombetas, Oriximiná – PA.	42
Figura 07: Localização das lavras de bauxitas na FLONA Saracá-Taquera e de Porto Trombetas.	44
Figura 08: Reflorestamento de uma área de lavra abandonada em Porto Trombetas.	45
Figura 09: Territorialidades e territórios em disputa: territórios quilombolas titulados, FLONA Saracá-Taquera, REBIO Trombetas, Porto Trombetas e platôs com Bauxita.	52
Figura 10: Início da oficina com o diagrama de Venn.	55
Figura 11: Processo de construção dos diagramas.	56
Figura 12: Diagrama 1 de proximidade dos objetivos e poder relacionados a gestão e utilização dos recursos naturais.	57
Figura 13: Definição e posição final do diagrama 2 de proximidade dos atores quanto a gestão e utilização de recursos com a comunidade Tapagem.	59
Figura 14: Localização da comunidade remanescente de quilombo Tapagem e sua inserção espacial no Estado do Pará e município de Oriximiná.	64
Figura 15: Porcentagem das localidades de origem dos comunitários da Tapagem	63
Figura 16: Porcentagem da auto-identificação étnica por parte dos comunitários.	63
Figura 17: Localização da comunidade em relação aos territórios vizinhos.	65
Figura 18: Quilombolas expondo seu mapa êmico-participativo.	67
Figura 19: Execução do rascunho do mapa êmico no quadro negro.	68
Figura 20: Destaques do mapa êmico-participativo.	69
Figura 21: Detalhe da delimitação da ilha principal da Tapagem.	70
Figura 22: Mapa êmico-participativo do meio vivido pelos remanescentes de quilombos da comunidade Tapagem.	71
Figura 23: Quilombola coletando castanha: o paneiro, a castanheira e seus ouriços.	72

Figura 24: Macacos-aranha, porcos-do-mato e as anta nas margens do Araçá.	73
Figura 25: Carta-imagem do território de uso total dos recursos naturais pelos comunitários da Tapagem, destacando o centro da comunidade, o território titulado, a FLONA Saracá-Taquera e a REBio do Rio Trombetas.	76
Figura 26: Construção de um casco com a madeira Itaúba para transporte de quilombolas.	77
Figura 27: Carta-imagem do território utilizado para extrativismo de recursos madeireiros e não-madeireiros.	78
Figura 28: 1- Barco do regatão no interior do Lago do Farias com Castanheira ao fundo; 2- Barraco onde se vive durante os meses de coleta da castanha; 3- Ouriços e o paneiro; 4- Quilombolas descascando a castanha para o jantar com destaque ao cachorro caçador em primeiro plano; 5- Menino descascando a castanha à frente de um paneiro.	82
Figura 29: Carta-imagem do território utilizado para extração de Castanha-do-Pará.	84
Figura 30: Espécies da pesca quilombola: 01- Aracú; 02- Pirarucú secando ao sol; 03- Peixe-cachorro; 04- Cará-caititú; 05- Pacú-anhangá; 06- Tucunaré.	85
Figura 31: Carta-imagem do território total utilizado, hidrografia de sua área e áreas de pesca.	86
Figura 32: Carta-imagem do território de utilização da pesca pelos comunitários da Tapagem, destacando o centro da comunidade, os principais lagos, rios e igarapés; a fronteira com a FLONA Saracá-Taquera e a REBio do Rio Trombetas, além de suas respectivas áreas de pesca.	87
Figura 33: O quintal: 01- Galinheiro; 02- Quintal de um quilombola; 03- Pimenteira; 04- Meninos exibem um pequeno coqueiro; 05- Pateiro.	91
Figura 34: Carta-imagem do território utilizado para agricultura pelos comunitários da Tapagem, destacando o centro da comunidade e as áreas mais próximas à fronteira do território utilizado.	92
Figura 35: 01- Espingarda; 02 e 06- Ave mutum; 03- Jacaré; 04- Caititu; 05- Quelônios; 07 e 08- Cachorros de caça.	93
Figura 36: Carta-imagem do território utilizado para atividades de caça.	94
Figura 37: Carta-imagem das áreas ocupadas por recursos potenciais, destacando o centro da comunidade e o território de uso total.	98
Figura 38: Carta-imagem dos territórios com sobreposição de utilização com outras comunidades do entorno.	99
Figura 39: Mapa participativo- uso de recursos naturais pela comunidade Tapagem.	101

Lista de Quadros e Tabelas	Pág.
Quadro 01: Expedições a região da bacia do Trombetas.	07
Quadro 02: Relação entre os atores relevantes e a ARQMO	60
Quadro 03: Categorias de informação geradas a partir do mapa êmico	73
Quadro 04: Comunidades que utilizam áreas conjuntamente com a Tapagem.	100
Tabela 01: Poder de conservação e degradação e interesse na questão.	59
Tabela 02: Recursos florestais madeireiros e não madeireiros utilizados pelos comunitários da Tapagem.	79
Tabela 03: Recursos pesqueiros, incluindo peixes, jacarés e quelônios.	88
Tabela 04: Produtos agrícolas produzidos em roças ou quintais.	90
Tabela 05: Animais criados pelos comunitários da Tapagem.	91
Tabela 06: Animais de caça, incluindo aves e mamíferos.	95

Lista de Siglas

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

AEM – Avaliação Ecológica do Milênio

AMD – Associação Mãe Domingas

ARQMO – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná

CMMAD - Comissão para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CPI – SP – Comissão Pró-Índio de São Paulo

DRP – Diagnóstico Rápido Participativo

FBCN – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza

FLONA – Floresta Nacional

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza

MEVA - Missão Evangélica da Amazônia

MICEB - Missão Cristã Evangélica do Brasil

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MRN – Mineração Rio do Norte

ONU - Organização das Nações Unidas

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável

REBIO – Reserva Biológica

SMMATUR – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Oriximiná - PA

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UFF – Universidade Federal Fluminense

UAJV – Unidade Avançada José Veríssimo

UC – Unidade de Conservação

WWF – Fundo Mundial para a Natureza

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação, justificativas e objetivos

A Amazônia brasileira e sul-americana constitui imenso patrimônio de terras e de recursos naturais suscitando disputas pelo uso do território segundo interesses de atores distintos entre si que delimitam diferentes fronteiras na região (BECKER, 2005). Além de sua reconhecida riqueza natural, a Amazônia abriga expressivo conjunto de povos indígenas e populações tradicionais, que incluem seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, babaqueiras, entre outros, o que lhe confere destaque em termos de diversidade cultural (BRASIL, 2002).

Nas décadas de 1960 e de 1970 começam a se destacar, principalmente nos países desenvolvidos, alguns movimentos políticos e científicos que buscavam discutir os padrões da relação sociedade-natureza (Clube de Roma, 1968; Estocolmo, 1972). No ano de 1972, acontece em Estocolmo (Suécia) a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente Humano. Essa Conferência é extremamente importante, pois, foi o primeiro grande encontro internacional, com representantes de diversas nações, para a discussão dos problemas ambientais na relação entre desenvolvimento e meio ambiente. Tais movimentos tiveram reflexos iniciais no Brasil a partir 1970 (PORTO-GONÇALVES, 1989). Esses primeiros movimentos trazem à tona a emergência de um novo paradigma para a interpretação do tema ambiental na contemporaneidade norteando a busca do desenvolvimento econômico, atrelado à equidade social e à preservação ambiental.

Mas apesar dos reflexos destes movimentos internacionais no desenvolvimento da questão ambiental no Brasil, cabe ressaltar a conjuntura política na qual o país estava imerso. O Brasil estava vivendo o período ditatorial (1964 – 1985). Entre 1969 e 1973, foi vivenciada a fase do chamado “milagre econômico”, na qual o PIB brasileiro cresceu a uma taxa de quase 12% ao ano, enquanto a inflação beirava os 18%. Com investimentos internos e empréstimos do exterior, o país avançou e consolidou uma base de infra-estrutura (GASPARI, 2002).

No bojo desses acontecimentos, a posição oficial do governo brasileiro em Estocolmo consolidou a defesa do desenvolvimento econômico a qualquer custo, liderando o bloco de países em desenvolvimento que tinham posição de resistência ao reconhecimento da importância da problemática ambiental (VIOLA & LEIS, 1992; DEAN, 1994; BARBIERI, 1997).

Assim, mesmo em um contexto mundial de efervescência da questão ambiental, o governo brasileiro deu início a grandes projetos vinculados à mineração, mais especificamente na região Norte. O Programa Grande Carajás é um exemplo deste tipo de iniciativa, pois é um grande projeto lançado em 1979 com o objetivo de produzir minérios em escala industrial para o abastecimento do mercado internacional.

Articulado ao Programa Grande Carajás, o Projeto Trombetas, teve sua construção iniciada em 1976 e início de operação em abril de 1979 com a extração de bauxita no município de Oriximiná, no estado do Pará (MRN, 2007). A empresa controladora desse projeto, a Mineração Rio do Norte, se constituiu a partir da associação da Companhia Vale do Rio Doce com um grupo de empresas nacionais e estrangeiras. Este empreendimento está ainda em operação em Oriximiná.

Nesse período, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79), contemplava relativa preocupação com o meio ambiente, porém há ênfase no pretexto de que a poluição mundial não deve servir de barreira para o Brasil alcançar o estágio de sociedade industrializada (BARBIERI, 1997).

À medida que a questão ambiental tomou força nos debates nacionais, a região amazônica foi adquirindo desse momento até o final do século XX um novo significado, também influenciado pela velocidade das transformações tecnológicas, políticas e econômicas no mundo. Ocorre no processo a valorização ecológica no âmbito da sobrevivência humana e dos recursos naturais, com destaque para a megadiversidade que lhe é característica (Becker, 2006). É neste contexto que uma série de medidas governamentais e empresariais passa a se materializar, alterando, gradualmente as concepções consolidadas anteriormente, que consideravam a natureza como fonte de recurso inesgotável. As políticas públicas na região buscam, então, expressar e construir um novo paradigma, compatibilizando o crescimento econômico com a inserção social e a conservação ambiental, administrando intensos conflitos (BECKER, 2005).

De acordo com Becker (2006):

A política preservacionista então estabelecida em contraposição ao desenvolvimento a qualquer custo, concretamente, resultou em três novidades: a formação de grandes reservas de capital natural por meio da ampliação das áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas) que, com o projeto ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia) em curso, representaram 33% do território amazônico; recortes territoriais excluídos do circuito produtivo, mas também significando proteção da floresta e da terra, que são bens públicos e trunfos do poder do Estado; b) a presença de um novo ator na região, a “cooperação internacional”, envolvendo ajuda financeira e técnica por meio de múltiplos atores – organizações não governamentais (ONG’s), bancos, agências de desenvolvimento, organizações religiosas – com forte poder de agenda e cooperação assimétrica; c) atenção especial aos grupos sociais excluídos, por meio da implantação de novos modelos de uso do território, como as Reservas Extrativistas (Resex) e os projetos demonstrativos para a produção agrosilvicultural (BECKER, 2006, p.587).

Deste modo, com a ascensão de práticas preservacionistas, a discussão sobre áreas protegidas torna-se relevante também na região amazônica. Diegues (1998) discorre sobre a importação do modelo norte-americano de áreas protegidas que confrontam diretamente a realidade dos países tropicais, tendo em vista que algumas das categorias de áreas protegidas não permitem a presença humana em seu interior. Nesses países, as florestas são historicamente habitadas por populações indígenas, quilombolas e outros grupos tradicionais que desenvolveram diversos sistemas de manejo de flora e fauna que permitiram o estabelecimento de relações relativamente harmoniosas com a floresta, protegendo e, em alguns casos, potencializando a diversidade biológica¹.

Nesse sentido, os países dotados de florestas habitadas se viram atrelados ao imperativo de repensar os modelos importados de áreas protegidas, inserindo a problemática da ocupação tradicional desses territórios por populações humanas e, com isto, criando novas categorias de áreas protegidas como as reservas extrativistas e as reservas de desenvolvimento sustentável, que contemplam não somente a consideração da ocupação territorial por populações tradicionais em sua base de criação como também seus conhecimentos associados aos ecossistemas onde habitam. Esses conhecimentos são conhecidos no meio acadêmico como *etnoconhecimento* (DIEGUES, 2000; BRASIL, 2007; ALMEIDA, 2008).

Atualmente, observa-se um movimento recente no sentido da valorização dos conhecimentos detidos e produzidos por populações tradicionais. Avolumam-se as reflexões

¹ Apesar das populações tradicionais apresentarem diversos conhecimentos acerca de manejos sustentáveis de determinados ambientes, é importante ressaltar que a intervenção no meio, inerente à condição humana, pode ser harmoniosa ou não. Sobre os primeiros processos de intervenção humana na América Sul, vide DEAN (1996).

sobre a (re)produção, sistematização e utilização dos etnoconhecimentos na reprodução sociocultural de povos tradicionais e na gestão participativa de áreas protegidas, podendo ser considerado um instrumento de inclusão social nas políticas públicas para a conservação da biodiversidade de áreas específicas.

Apesar de certo consenso sobre a existência de um padrão diferenciado do conhecimento a partir da vivência do local por essas populações, verifica-se uma demanda crescente sobre quais são os conhecimentos passíveis de serem assimilados e trabalhados de forma sistematizada para a efetivação de objetivos atrelados à conservação a partir da perspectiva da gestão de áreas protegidas.

A micro-região do alto rio Trombetas, sofrendo influência das atividades mineradoras, da gestão de áreas estatais protegidas e da ocupação de populações tradicionais, em especial os remanescentes de quilombos, apresenta-se como um campo fértil para a análise destas distintas formas de ocupação e padrões de conhecimento que gerenciam seus respectivos recursos e territórios a partir destes conhecimentos específicos.

É com base nesta reflexão que este trabalho toma como objetivo geral a análise da dinâmica dos diferentes atores² no âmbito das suas formas de apropriação espacial e territorial dos recursos naturais na micro-região do alto rio Trombetas sob o viés conceitual das concepções de território, tendo em vista a complexa rede semântica que se estabelece sobre o tema e os embates de distintas territorialidades estabelecidas neste contexto envolvendo Estado, populações tradicionais e o setor privado nas questões ambientais. O trabalho tenta captar os conhecimentos vinculados à percepção territorial de uma comunidade remanescente de quilombo sobre seu espaço de vivência em suas diversas esferas de interação, a saber: utilização dos recursos naturais na caça, pesca, agricultura e extrativismo, com enfoque na comunidade denominada Tapagem.

Como objetivos específicos, buscamos a realização da construção de um quadro de referência teórica sobre território e territorialidade e sobre o conceito de população tradicional no capítulo 3; caracterização dos atores envolvidos na proteção e utilização dos recursos naturais na região, evidenciando a perspectiva dos remanescentes de quilombos da comunidade Tapagem sobre a dinâmica em questão no capítulo 4; e interpretação da

² Prefeitura Municipal de Oriximiná, Mineração Rio do Norte S.A, Unidades de Conservação (Reserva Biológica do Rio Trombetas e Floresta Nacional Saracá-Taquera) e Populações tradicionais (remanescentes de quilombos).

percepção local dos remanescentes de quilombos sobre sua territorialidade específica, evidenciando seus etnoconhecimentos sobre o território ocupado no capítulo 5.

1.2 Introdução ao ambiente da pesquisa

O município de Oriximiná localiza-se na porção noroeste do Estado do Pará, na região denominada como Amazônia Oriental. A localização do Município no Pará e sua sede, bem como de sua rede hidrográfica e rodovias podem ser visualizadas nas figuras 1 e 2 das páginas 05 e 06, respectivamente.



Figura 01: Município de Oriximiná: localização no Estado do Pará.

O município de Oriximiná é quase totalmente recoberto pela Floresta Densa, nas tipologias de: Floresta Densa dos platôs (altos e baixos), ao longo das margens do baixo curso do rio Trombetas; a Floresta Densa submontana em relevo aplainado, e em platô e relevo dissecado do Complexo Guianense e a Floresta Densa das baixas cadeias de montanhas (BRASIL, 1973).

O principal rio do município é o rio Trombetas que nasce ao norte do município, cujos formadores são os rios Poana e Anamu. O rio Trombetas percorre todo o município de norte para o sul e inflecte-se para o sudeste. Após passar pela sede do município, deságua no rio Amazonas, já próxima à sede de Óbidos e em terras desse município.

Todo o município de Oriximiná é servido pela rede hidrográfica do rio Trombetas, que tem uma ampla densidade de drenagem formando uma série de cachoeiras e corredeiras. São afluentes do rio Trombetas: os rios Turuna, Inambu ou Cachorro e o extenso Mapuera, pela margem direita; pela margem esquerda: o rio Cuminá ou Paru do Oeste ou Erepecuru, que é o afluente mais importante e que serve de limite natural Leste, entre os municípios de Oriximiná e Óbidos, pertencendo a Oriximiná seus afluentes pela margem direita (Figura 2) (BRASIL, 2009).



Figura 02: Mapa do município de Oriximiná, destacando sua rede hidrográfica, estradas e a Reserva Biológica do Rio Trombetas. FONTE: BRASIL, 2004.

Na região, a partir do século XVIII populações indígenas e de escravos foragidos na região da bacia do rio Trombetas foram revelados por diversas expedições e pesquisadores, conforme o quadro 01 (ACEVEDO & CASTRO, 1998):

Quadro 01: Expedições a região da bacia do Trombetas.

Ano	Expedicionário	Objetivos e/ou Resultados
1725/1727	Os Capuchos da Piedade penetram no rio Trombetas. Frei Francisco de São Marcos (primeiro a subir o Trombetas).	Os religiosos descem 15 tribos do Trombetas. Relatório da viagem ao rio.
1787	Martinho de Souza e Albuquerque ordena uma expedição de reconhecimento ao rio Trombetas	Expedição resulta em fracasso por causa de febres que atacaram a equipe.
1799	Francisco José Rodrigues Barata	Diário de viagem realizada até a colônia de Suriname.
1838	Robert Schomburgk	Estudo Geográfico e Etnográfico das cabeceiras do rio Trombetas.
1854	F. Parahybuna dos Reis (por solicitação da Companhia do Amazonas)	Observações cuidadosas sobre a navegação do Trombetas.
1855	Expedição comandada por João Maximiano de Sousa	Expedição dirigida à captura de quilombos.
1862	Thomas Antônio de Aquino	Expedição sobre o Cuminá.
1865	Aureliano Cândido Tavares Bastos	Estudo Econômico e Geopolítico do Vale do Amazonas. Visitou Óbidos e fez anotações sobre o rio Trombetas. Escreveu "O Vale do Amazonas".
1868	Manoel Valente do Couto (talvez acompanhado de frei Carmelo Mazzarino) instruído e financiado pela Câmara Municipal de Óbidos.	No seu relatório final deteve-se sobre as lavouras dos quilombos.
1871	Domingos Soares Ferreira Penna.	Estudo Geográfico e Econômico. Obras completas publicadas pelo Conselho Estadual de Cultura em 1973.
1871	Orville A. Derby	Estudo Geofísico, Geográfico e Etnográfico do rio Trombetas, publicado no Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi em 1898.
1870 1872	Charles F. Hartt	Estudo de Geografia Física. "Contos sobre as Tartarugas", publicado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi em 1896.
1873	Francisco Bernardino de Souza	Escreveu a Comissão do Madeira, Pará e Amazonas em 1874.
1875	João Barbosa Rodrigues	Realizou uma expedição e escreveu "Exploração e Estudo do Vale do Rio Amazonas", publicado pela Tipografia Nacional.
1875	João Maximiano de Sousa	Escreve no Jornal Amazonas, uma artigo intitulado "Uma Viagem ao Rio Trombetas".
s/d	Spruce	Expedição até a cachoeira do Tronco - rio Cuminá.
1877	Padre Nicolino Pereira Souza	Realizou três expedições no Cuminá. Diário publicado na Revista de Estudos Paraenses em 1894.
1878	Padre Nicolino Pereira de Souza	Idem
1888	Padre Nicolino Pereira de Souza	Idem
1890	Antônio Manoel Gonçalves Tocantins (procura os campos da guiana brasileira apoiado pelos fazendeiros de Óbidos).	Expedição no Cuminá - publicação na Revista de Estudos Paraenses.
1894	Lourenço Valente do Couto	Comunicações de Óbidos com outras cidades próximas.
1895	Paul Le Cointe	Exploração do rio Ariramba, afluente da margem esquerda do Baixo Erepecurú.
1899	Ouille e Henri Coudreau	Realizam expedições no Trombetas e Cumina - estudos geográfico e etnográfico do Médio e Alto Trombetas no Cum'ná, Mapuera e Curuá, publicados em Paris.

FONTE: ACEVEDO & CASTRO, 1998.

Entretanto, o expedicionário da região mais citado pela literatura oficial de documentos do Governo do Pará e do Município de Oriximiná foi o padre José Nicolino de

Souza, que aparece no registro somente em 1877 como um dos últimos listados pelas pesquisadoras Acevedo e Castro. O padre desbravou as terras firmes, localizadas à margem esquerda do rio Trombetas, onde fundou uma povoação, denominando-a *Uruaã-Tapera* ou *Mura-Tapera* (FEITOSA, 2002; PARÁ, 2006). Em 1886, a povoação foi elevada à categoria de freguesia, com o nome de Santo Antonio do Uruaã-Tapera, pelo Dr. Joaquim da Costa Barradas, presidente da Província do Pará e desembargador do Maranhão. Em 1894, no governo de Lauro Sodré, foi elevado à categoria de vila e meses depois à categoria de município com o nome de Oriximiná, tendo como prefeito o senhor Pedro Carlos de Oliveira. No ano de 1900 o município de Oriximiná foi anexado ao município de Faro (PARÁ, 2006). Somente após a vitória da Revolução de 1930 Oriximiná reconquistou a sua autonomia municipal. O então major Magalhães Barata, interventor federal do Pará, restabeleceu o Município com um território menor do que aquele criado na época do governo Lauro Sodré.

O nome Oriximiná é de origem indígena, de procedência tupi, que significa “o macho da abelha”, o zangão. No entanto, Frei Protásio Frinckel, conhecedor da região e de seus diversos núcleos de habitantes primitivos, inclina-se pela derivação de *Eruzu-M’Na*, que significa “muitas praias”. O Município constitui-se somente do distrito-sede de Oriximiná (FEITOSA, 2002; PARÁ, 2006).

Atualmente, de acordo com o seu plano diretor, o município de Oriximiná concentra sua vocação econômica em atividades agrosilvopastoris, com exceção da indústria extrativa mineral de bauxita, considerada sua “base econômica” (ORIXIMINÁ, 2006). Outras atividades relevantes no município são: exploração florestal-madeireira; sementes oleaginosas e aromáticas; carvão vegetal, lenha; Fruticultura: abacaxi, melancia, abacate, banana, cacau, coco-da-baía, laranja, lima, maracujá, tangerina, acerola, café, cupuaçu, manga, mamão, cana-de-açúcar; Grãos: arroz, milho, feijão; Mandioca; Pecuária bovina de corte e pecuária leiteira; suinocultura, avicultura, ovinocultura; Pesca comercial e pesca esportiva; Turismo; Extrativismo: Castanha do Pará; Açai; Artesanato indígena e quilombola e o cultivo de fumo.

É no contexto desse município, na micro-região do alto rio Trombetas, que se busca compreender como se processam e se evidenciam as concepções de diferentes agentes sobre a natureza onde atuam, reveladas através da impressão de suas respectivas territorialidades, na forma de utilização dos recursos naturais e de suas expressões visuais através de mapas. Essas distintas territorialidades, quando confrontadas no âmbito de seus interesses particulares expressam um campo de conflitos onde se materializam (des)territorializações, (re)territorializações e novas formas de territorialidade.

2. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A metodologia foi organizada em consonância com os objetivos gerais e específicos do trabalho, a partir de uma série de procedimentos detalhados posteriormente. Conforme já observado, no capítulo 1 realizamos a apresentação da dissertação, evidenciando a justificativa para o trabalho ora apresentado, bem como seus objetivos geral e específicos e uma breve introdução ao ambiente pesquisado.

Como embasamento teórico, a partir das demandas observadas, optamos por trabalhar os conceitos de território, territorialidade e populações tradicionais. A partir de distintos interesses, as diferentes territorialidades invariavelmente refletem um conjunto de concepções que embasam as ações dos diferentes atores, sendo a concepção de populações tradicionais e a conceituação de território e suas territorialidades uma base teórica fundamental, enfocados neste trabalho no capítulo 3: “TERRITÓRIO E POPULAÇÕES TRADICIONAIS: perspectivas conceituais”, subdividido em 3.1: “Território, territorialidades e conflitos na floresta” e 3.2: “Conceituando Populações Tradicionais”. Como explicitado acima, juntamente aos conceitos de território e territorialidade, verificamos a necessidade de se trabalhar com a categoria população tradicional e, de forma imperativa, com a categoria remanescente de quilombo/mocambo, de acordo com o enfoque dado à comunidade quilombola Tapagem (Figura 3, Página 32).

As etapas metodológicas de busca bibliográfica, pesquisa e análise documental contemplaram o objetivo específico da construção de um quadro de referência teórica para a caracterização dos atores envolvidos e seus usos dos recursos naturais a partir dos diferentes agentes com suas respectivas territorialidades, auxiliando a construção da concretização do objetivo geral, explicitados no capítulo 4: “TENSÕES SOCIOAMBIENTAIS NO USO DOS RECURSOS NATURAIS DO ALTO RIO TROMBETAS” que, por sua vez, é subdividido

em: “4.1 Caracterização dos atores protagonistas na proteção e uso dos recursos naturais” e “4.2 Visões quilombolas sobre a dinâmica de gestão e utilização dos recursos naturais”.

Para alcançar os objetivos deste último, buscou-se a utilização de uma técnica de Diagnóstico Rural Participativo (DRP) (FARIA & NETO, 2006) denominada “Diagrama de Venn”, que possibilitou a identificação e a percepção quilombola de grupos distintos e suas inter-relações referentes à gestão de áreas protegidas e a utilização de recursos naturais, sendo melhor detalhada no item 4.2.

O trabalho de pesquisa bibliográfica teve início em abril de 2007 com pesquisas sendo realizadas em bibliotecas da Universidade Federal Fluminense (Laboratório de Ecologia e Biogeografia, Biblioteca do Instituto de Geociências, Biblioteca Central e Unidade Avançada José Veríssimo (UAJV-UFF)), Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPURR, EICOS), Universidade Federal do Amazonas, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Biblioteca Municipal de Oriximiná, Biblioteca do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA³ (escritório central de Porto Trombetas), Biblioteca da Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná - ARQMO, além de pesquisas pela Internet através de sites oficiais governamentais, permitindo um aprofundamento bibliográfico com as análises de documentos oficiais como o plano de manejo das duas unidades de conservação, documentos técnicos da Mineração Rio do Norte S.A - MRN, documentos da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Município de Oriximiná – SMMATUR, documentos relativos a legislação sobre populações tradicionais, e publicações relativas à ocupação do espaço amazônico do governo federal.

Todas as imagens foram produzidas na cidade de Oriximiná: em seu núcleo urbano, na cidade empresarial de Porto Trombetas e na região da comunidade Tapagem, que compreende áreas pertencentes à Floresta Nacional Saracá-Taquera e a Reserva Biológica do Rio Trombetas.

Além da pesquisa bibliográfica, análise documental e produção de imagens foram realizadas três idas a campo com os objetivos de levantar informações sobre a realidade local.

No período de 20/08/2007 a 25/08/2007 foi realizado campo no Município de Oriximiná no Estado do Pará. Nesse trabalho de campo foram realizados os contatos institucionais iniciais com a Prefeitura Municipal de Oriximiná através da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, a direção da Unidade Avançada José Veríssimo (UAJV-UFF) e a

³ No início das pesquisas, ainda não havia sido criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007).

Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – ARQMO, bem como buscas bibliográficas. Na sede da ARQMO, foi realizada reunião para esclarecimentos sobre os objetivos do trabalho e delineamento da base da metodologia participativa e dos procedimentos seguintes como a escolha da comunidade a ser trabalhada.

No período de 26/01/2008 a 29/02/2008 foi realizado o segundo campo. Nesse campo densas atividades foram realizadas:

- Reuniões internas na UAJV-UFF com docentes e discentes de diversas áreas do conhecimento que realizam trabalhos no local a fim de intensificar as trocas de conhecimento sobre o local e obtenção de informações sobre a área de estudo;
- Três reuniões, com representantes da ARQMO objetivando a escolha do grupo de estudo a ser pesquisado, tendo sido sinalizada a comunidade da Tapagem como foco de estudo⁴, membro da associação local do alto rio trombetas denominada Associação Mãe Domingas, na região do Alto Rio Trombetas, além da obtenção de informações preliminares relacionadas a dinâmica do uso dos recursos pelos diversos atores;
- Entrevistas na cidade de Oriximiná baseadas nas técnicas de sondeio – PESA (GARRAFIEL, 1999) com interlocutores da Secretária de Meio Ambiente e Turismo de Oriximiná e da UAJV-UFF e da ARQMO, além de representantes do IBAMA e da Mineração Rio do Norte S.A.
- Entrevistas com representantes do IBAMA de diversas bases localizadas na extensão da Reserva Biológica do Rio Trombetas.

Durante o período de 09/02/2008 a 24/02/2008 o campo foi realizado na comunidade de remanescentes de quilombo Tapagem. Todo o trabalho se baseou em técnicas de abordagem participativa, compreendendo: sondeio (entrevistas informais com os membros do grupo, além das incursões às áreas de extração da castanha, tendo em vista ser esta a época de colheita), reuniões coletivas, oficinas de confecção do mapa mental participativo (FARIA & NETO, 2006), oficinas de confecção dos mapas de utilização dos recursos e recursos de uso potencial (FERREIRA, 2004; 2006a), articulados às bases de imagens de satélite da região e a tabulação de espécies animais e vegetais utilizadas. Para isso, o trabalho foi apoiado por geoprocessamento, com o auxílio do programa ARCGIS 9.2 (ESRI), compreendendo o georreferenciamento das imagens de satélite LANDSAT 5 TM, a confecção de mapas e a

⁴ A partir de argumentações coletivas construídas ao longo das reuniões com os representantes de diversas comunidades optou-se pela escolha da comunidade Tapagem, pois a mesma possui localização estratégica entre a FLONA Saracá-Taquera, a REBio do Rio Trombetas e o território coletivo quilombola. Além disso sofre influência da MRN por localizar-se acima da cidade-empresa de Porto Trombetas (sede da MRN, melhor detalhado no sub-item 4.1.2

vetorização de informações relevantes ao trabalho. Foi efetivado também o registro de coordenadas geográficas com o auxílio de GPS (Sistema de Posicionamento Global) de pontos de relevante interesse para o trabalho (pontos de extração de castanha, de áreas de pesca, localização de barracões de castanha, etc), com relação às áreas abarcadas pelos mapas construídos pelos quilombolas.

A base metodológica geral pertinente ao mapeamento participativo e às técnicas correlatas do capítulo 5: “ETNOMAPEAMENTO PARTICIPATIVO DO USO DOS RECURSOS: interpretando as percepções à partir dos quilombolas da Tapagem” será abordada no item 2.1. O desenvolver do processo de construção participativa será aprofundado nos itens 5.1 e 5.2.

Buscamos através deste capítulo discutir a relevância da inserção das populações tradicionais, focando especialmente os remanescentes de quilombos da comunidade Tapagem com seus conhecimentos empíricos na elaboração de estratégias e ações conservacionistas através de métodos participativos que estimulem a produção e a sistematização desses conhecimentos.

O capítulo 5 explana especificamente o trabalho realizado na comunidade Tapagem, inicialmente, com a caracterização de seu modo de vida, percepção e de utilização dos recursos naturais, juntamente com os dados colhidos *in lócus* e o material bibliográfico e documental, no item 5.1: “Quilombolas dos rios e matas: dimensões perceptivas da territorialidade”.

Nos itens 5.2: “Etnomapeamento êmico do meio vivido e dos recursos naturais” e 5.3: “Etnomapeamento participativo com auxílio de imagem de satélite”, buscamos interpretar os limites e potencialidades dos mapas feitos por populações tradicionais para o auxílio na gestão de unidades de conservação na Amazônia através da interpretação da percepção local dos remanescentes de quilombos sobre sua territorialidade específica, evidenciando seus conhecimentos sobre o território ocupado. Com o objetivo de compor lacunas observadas na análise e confecção do trabalho após os dois primeiros trabalhos de campo realizamos um terceiro campo no período de 08 a 15 de janeiro de 2009.

Para a finalização do trabalho, pontuamos questões evidenciadas ao longo da dissertação no capítulo 6: “Considerações finais”, revelando posicionamentos a partir das reflexões realizadas na pesquisa.

2.1 Métodos participativos

As demandas estratégicas participativas surgem a partir de demandas de construção de governança democrática na gestão da biodiversidade. O desdobramento desse processo passa pelo aprimoramento da democracia, embasado em mecanismos de fortalecimento das diferentes identidades sócio-culturais componentes do Brasil como os remanescentes de quilombos, com o fomento à participação popular nas instâncias consultivas e deliberativas no âmbito da gestão de áreas protegidas.

A participação da sociedade nos processos de decisão envolvendo a gestão da natureza tem sido uma demanda constante nos últimos anos. Pimbert & Pretty (2000) enfatizam o reconhecimento do papel do envolvimento comunitário nos processos da gestão da biodiversidade argumentando que, quando as comunidades não são envolvidas no processo, os custos operacionais de manejo e conservação são elevados. Theodoro (2005) entende a participação como mais do que uma ação operacional de escolha de representante, uma tentativa de partilhar um lugar no processo de gestão, criando uma identidade coletiva que envolve a crença de que, quando as pessoas se abrem ao diálogo construindo laços de confiança, se forma um tecido que as mantém unidas.

No Brasil, particularmente na Amazônia, muitas áreas destinadas à conservação dos recursos naturais são habitadas por populações indígenas, seringueiros, castanheiros e ribeirinhos que dependem desses recursos e, por esta razão, não podem ser excluídos fisicamente das unidades de conservação e dos processos decisórios inerentes à sua gestão (BROWN *et al.*, 1998).

Nesse sentido, a participação social na gestão de áreas protegidas constitui elemento fundamental para a sustentabilidade, na conservação da biodiversidade e do patrimônio natural. Essa perspectiva se articula à denominada visão democrático-participativa que enfatiza o potencial democrático e emancipatório da participação de diferentes atores sociais nas instâncias decisórias (IRVING *et al.*, 2006).

2.2 Mapas êmico-participativos

A Amazônia tem servido como objeto de tentativas governamentais e, mais recentemente, não governamentais de mapeamento sobre recursos naturais e culturais. Como uma última fronteira (também) cartográfica, por conter grandes áreas formalmente “desconhecidas” ou pouco estudadas, diferentes iniciativas tem procurado registrar informações geográficas, segundo diversas e muitas vezes conflitantes perspectivas como em áreas de fronteira, de reserva de recursos naturais, áreas de concentração da biodiversidade e de grupos com identidades culturais, étnicas, raciais ou sociais e seus territórios (ACSELRAD, 2008).

Em diversos países processos análogos tem ocorrido nos quais diversos pesquisadores tomam como objeto de reflexão aspectos que envolvam o mapeamento, focando geralmente em questões éticas e políticas que conformam as representações cartográficas do território. Nesse sentido, discute-se o uso dos resultados dos mapeamentos pelos diferentes sujeitos políticos em complexas relações de poder nas quais a apropriação territorial mostra-se relevante.

Almeida (2008) apresenta a questão do modo de ocupação e utilização dos recursos como eixo norteador para a caracterização desses grupos diferenciados denominados de populações tradicionais. O controle dos recursos é realizado, geralmente de forma coletiva, através de normas específicas que combinam o uso comum dos recursos se voltando, entre outras formas, para atividades únicas ou combinadas como a agricultura, o extrativismo, a pesca e o pastoreio realizados de maneira autônoma ou com base no trabalho familiar.

Observando sobre o prisma da conservação e reprodução da biodiversidade através dos conhecimentos tradicionais, é possível se valer de saberes etnobiológicos e territoriais de forma a compatibilizar conhecimentos técnicos, acadêmicos e locais em busca do planejamento de uma gestão ecologicamente, culturalmente e economicamente sustentáveis. É neste contexto de relevância dos conhecimentos espacializados que discutimos a prática de mapeamento participativo e do mapeamento êmico.

Por mapeamento participativo entende-se um processo de espacialização e registro de conhecimentos provenientes de um determinado grupo social acerca de seu ambiente vivido, em seus diferentes aspectos construído a partir do trabalho coletivo dos atores envolvidos e com o auxílio de instrumentos como imagens de satélites, cartas e mapas.

Utilizando este instrumento torna-se possível a aproximação de práticas conservacionistas mais eficientes, tendo em vista a inclusão dos conhecimentos que os atores locais possuem sobre seu ambiente vivido, trabalhando com informações que refletem efetivamente a complexidade dos ecossistemas, incluindo as prioridades locais nos objetivos dos projetos de gestão da biodiversidade (NELSON & WRIGHT, 1995).

O mapeamento participativo do uso de recursos naturais vêm sendo uma das ferramentas de diagnóstico mais utilizadas para determinar elementos como área de uso de uma comunidade tradicional e/ou os recursos extraídos por ela, podendo gerar melhor aproveitamento desta interface entre o conhecimento empírico/tradicional, inovações tecnológicas e o conhecimento acadêmico, assegurando para o pesquisador, uma maior confiabilidade nos dados gerados e informações mais complexas acerca dos usos de cada recurso natural (BROWN *et al.*, 1998; SCHMIDT, 2001; FERREIRA, 2004; VERDEJO, 2006; FOLHES, 2007 ; ALMEIDA, 2008; NASSER, 2008).

Os mapas êmicos ou mentais são construídos a partir do conhecimento cognitivo, representado por um conjunto de informações que determinado grupo social possui sobre seu ambiente vivido em forma de desenhos de mapas que evidenciam o poder de conceituação das relações espaciais que a maioria das populações possui, abstraindo-se de seu mundo natural através de uma linguagem simbólica. A percepção dos homens sobre seus mundos é sustentada pelo conjunto de informações que são proporcionadas pelo ambiente, através de um esforço imaginativo engendrado pelas necessidades momentâneas, sendo esta, uma abstração da realidade (TUAN, 1980).

3. TERRITÓRIO E POPULAÇÕES TRADICIONAIS: perspectivas conceituais

O presente capítulo possui como objetivo a construção de um quadro de referência teórica sobre território e territorialidade e sobre o conceito de população tradicional auxiliando o processo de fortalecimento conceitual e elucidação de questões pertinentes à dissertação.

3.1 Território, territorialidades e conflitos na floresta

Neste trabalho, os conceitos de território e de territorialidade ganham importante significado, uma vez que todas as concepções acerca da natureza ocorrem em vivências que se desenrolam em uma determinada configuração territorial. Tal configuração explicita a configuração de objetos, intencionalmente territorializados e que identificam dadas racionalidades no espaço⁵, materializados, também, através das diferentes formas de utilização dos recursos (SANTOS, 2000).

De acordo com o senso comum, "território" se refere a um espaço qualquer, geralmente marcado e defendido; espaço de sobrevivência de um grupo ou pessoa. O termo, originário do latim "*territorium*"⁶ figurava nos tratados de agrimensura, significando "pedaço de terra apropriada" e este difundiu-se, efetivamente, na Geografia apenas no final da década de 1970 (KAROL, 2000) .

⁵ “A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presentes no território. [...]. A ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto.” (Santos, 2006:94-95). Além disto, Santos (ibid., p.103) revela que configuração territorial é o “conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área”, sendo este conceito relacionado à toda materialidade do espaço.

⁶ Termo derivado de terra.

Uma outra forma de se pensar o território se baseia no entendimento jurídico-político⁷. O território enquanto dimensão jurídico-política, é interpretado como objeto do Estado, no qual o mesmo pode exercer soberania, sendo este o espaço delimitado em fronteiras espaciais. E, deste modo, é um espaço desnaturalizado e coisificado como ambiente administrativo, sendo o território meio de ação que permite sua existência em um determinado espaço, sendo ferramenta prática de planejamento e ordenamento territorial, além de embasar políticas externas ao seu domínio territorial.

Atualmente, o conceito de território é central nas discussões da ciência geográfica (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 1996; PORTO-GONÇALVES, 2001; HAESBAERT, 2004) e desde o seu surgimento, pode ser encontrado também na abordagem de outras ciências⁸. Passa a ser utilizado, com frequência, em abordagens interdisciplinares para auxiliar os processos de discussão sobre as condições contemporâneas da sociedade ocidental globalizada, nas quais se inserem a questão ambiental e seus processos de legitimação, construção e re-significação por parte dos mais variados atores.

Segundo Haesbaert (2002):

É possível afirmar que as ciências sociais promoveram uma verdadeira redescoberta do território, mas na maioria das vezes, de forma contraditória, apenas para enfatizar o seu desaparecimento como a obra de Bertrand Badie⁹: O fim dos territórios (1996), que acreditam na mudança de um mundo 'territorial' para um mundo 'reticular' ao das redes, como se fosse nítida a distinção entre estas duas formas de organizar e de pensar o espaço geográfico (HAESBAERT, 2002: 43).

Os conceitos de território e territorialidade são internalizados por muitas ciências e nos últimos anos, especialmente pela Ciência Ambiental, no âmbito das discussões sócio-políticas. Discuti-los e empregá-los não é tarefa simples, pois os inúmeros tratamentos que estes conceitos recebem oferecem a possibilidade de interpretá-los sob inúmeros significados.

Variadas são as formas de expressão do conceito de território, o que se traduz em uma *“polissemia que acompanha a sua utilização entre os diversos autores que a discutem. Muitos*

⁷ Vide: ALLIÈS, P. apud HAESBAERT, 1997:35, ou do original: ALLIÈS, P. *L'invention du territoire*. Grenoble: Pesses Universitaires, 1980.

⁸ “Além das perspectivas externas às Ciências Humanas, especialmente aquelas ligadas à Etologia, de onde surgiram as primeiras teorizações mais consistentes sobre territorialidade, a Antropologia, a Ciência Política e a História (com incursões menores também na Psicologia) são os outros campos em que, ao lado da Geografia e da Sociologia, encontramos o debate conceitual, o que demonstra sua enorme amplitude e, ao mesmo tempo, reforça nossa percepção da precariedade do diálogo interdisciplinar” (HAESBAERT, 2004: 37).

⁹ BADIE, B. *La fin des territoires*. Paris: Fayard, 1996. (Ed. Portuguesa. O fim dos territórios. Lisboa: Instituto Piaget, s/d.)

sequer deixam explícita a noção de território com que estão lidando, cabendo a nós deduzi-la” (HAESBAERT, 2004: 46). Essas diferentes abordagens tanto podem se manifestar em sentidos excludentes, afirmando somente uma face do conceito de território, e desconsiderando os demais âmbitos de significação do conceito, como podem estar entrelaçando um conjunto complexo de significados que a noção de território permite discutir, levando-se em consideração suas dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais, evidenciando assim, a amplitude do conceito e seu caráter interdisciplinar.

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2004: 37).

Segundo Haesbaert (2002: 25), o *“território é produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora configurados e mutuamente reforçadas, ora desconectados e contraditoriamente articulados”*.

Souza (1995: 63) explicita que território não pressupõe contigüidade, podendo este se estruturar de forma descontínua, a partir de uma rede, e até mesmo se configurar em novas interpretações, o de território-rede: *“não apenas o que existe, quase sempre, é uma superposição de diversos territórios, com formas variadas e limites não-coincidentes, como, ainda por cima, podem existir contradições entre as diversas territorialidades”*. Outra característica associada ao conceito de território e criticada por Souza (*ibid.*) consiste na idéia de que só existe território diante de um forte enraizamento, pois os territórios são, antes de tudo resultantes de relações sociais projetadas no espaço e, dessa forma, podem formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se, de modo relativamente rápido, ser instáveis e não apenas estáveis ou ter existência apenas periódica, apesar de regular.

Para Raffestin (1993) a construção do território se evidencia através de relações pautadas pelo sentido de poder referentes, principalmente à detenção de informações privilegiadas. Nesse sentido, torna-se mister priorizar o conceito de poder, como essencial

para a compreensão do território. O poder é concebido em um contexto de íntima relação ao conceito de território e experimentado por atores individuais e coletivos, no qual o território definido como:

“[...] reordenação do espaço no qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem enquanto pertencente a uma cultura. O território pode ser considerado como o espaço informado pela semiosfera. O acesso ou o não-acesso à informação comanda o processo de territorialização/desterritorialização das sociedades. (RAFFESTIN, 1993: 32)

Nesse sentido, o acesso às informações privilegiadas com relação à determinado território é disputado pelos grupos sociais em um determinado território em disputa, cada qual pautado por sua concepção de território e sua respectiva escala de atuação, sendo que as distintas concepções se articulam, através de sobreposições e justaposições, conforme explicitado também por Haesbaert (2004).

Haesbaert (2004:121) afirma que, no mundo contemporâneo, vive-se de forma concomitante uma multiplicidade de escalas, “*numa simultaneidade atroz de eventos*” e, diante desse fato, vivenciam-se, juntamente, múltiplos territórios, como consequência de relações sociais construídas através de territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, formando “*[...] um amálgama complexo com as novas modalidades de organização territorial*”. Em obra anterior, o autor que território não significa apenas enraizamento, estabilidade e/ou fronteira, pois possui intrinsecamente movimento, fluidez e conexões (HAESBAERT, 2002).

Haesbaert (2004) analisa o sentido do conceito de território, destrinchando-o segundo diferentes concepções, com base em três vertentes: *jurídico-política*, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; *cultural/culturalista*, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, sendo o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; *econômica*, que “destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (HAESBAERT *apud* SPOSITO, 2004:18).

O território forma-se assim a partir do espaço, sendo este o resultado de uma ou mais ações conduzidas por grupos sociais em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço,

concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993).

No que diz respeito à territorialidade, o mesmo autor revela que esta reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, nas sociedades em geral. Todas as territorialidades são baseadas em relações de poder uma vez que existe interação entre os agentes que buscam modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Sem se darem conta disso, os atores sociais, modificando a natureza também modificam a si próprios. Neste caso, é impossível manter qualquer relação que não seja marcada pelo poder (RAFFESTIN, 1993).

Uma outra concepção de territorialidade é explicitada por Howard que afirma que: "*a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie*" (HOWARD *apud* RAFFESTIN, 1993:159).

No caso das populações tradicionais, Almeida (2008) explicita a relevância das territorialidades:

a territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força, mesmo em se tratando de apropriações temporárias dos recursos naturais, por grupos sociais classificados muitas vezes como “nômades” e “itinerantes”. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável (ALMEIDA, 2008:73).

Em seqüência, Almeida (*idem*), para tratar das territorialidades construídas por populações tradicionais, trabalha com o termo “territorialidade específica”, denominando as delimitações físico-territoriais de determinados grupos que compõem os “meandros de territórios etnicamente configurados”. Essa territorialidade específica pode ser considerada resultante de diferentes processos sociais de territorialização, delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território.

Mais aproximações conceituais quanto à dimensão do território e as territorialidades são reveladas em Haesbaert (2002) e Raffestin (1993), principalmente no que diz respeito à característica de dinamicidade, adaptabilidade e fluidez dos processos de formação de territorialidade:

[...] essa territorialidade é dinâmica, pois os elementos que a constituem [...] são suscetíveis de variações no tempo. É útil dizer, neste caso, que as variações que podem afetar cada um dos elementos não obedecem às mesmas escalas de tempo. Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica num conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação. As relações que a constitui podem ser simétricas ou dessimétricas, ou seja, caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não. Opondo-se uma à outra, teremos uma territorialidade estável e uma territorialidade instável. Na primeira, nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis a longo prazo, enquanto na segunda todos os elementos sofrem mudanças a longo prazo. Entre essa duas situações extremas teremos os outros casos, nos quais um ou dois dos elementos podem mudar, enquanto o outro ou os outros permanecem estáveis (*RAFFESTIN, 1993:160-61*).

Essas modificações nos elementos constituintes de determinadas territorialidades, apresentando características simétricas ou dessimétricas, são construídas a partir de conflitos entre os atores sociais. Aproximações entre o conceito de território e o conceito de conflito socioambiental fornecem bom instrumental teórico para a análise dos modos de apropriação do território a partir do uso dos recursos naturais pelos diferentes agentes sociais.

A perspectiva conceitual de conflito socioambiental “tem encontrado dificuldades em caracterizar as especificidades dos “conflitos ambientais” como objeto científico” (ACSELRAD, 2004). Nesse caso, o diálogo junto ao conceito de território pode fornecer subsídios à caracterização deste objeto científico.

O conceito de conflito socioambiental emerge, na atualidade, como a materialização da condição de indissociabilidade entre sociedade e natureza, nas mais variadas escalas de interação entre os mesmos. Ressaltam-se aqui a significação dos mais variados conflitos, gerados por confrontação de concepções sobre a natureza e as formas de interação entre sociedade e natureza.

Esses conflitos acabam por definir a atuação predominante de um grupo social em determinada localidade em detrimento de outros, muitas vezes desconsiderando de forma arbitrária as possibilidades decorrentes de uma possível confluência de concepções dos agentes sociais distintos que tenda à confluência de características positivas provenientes do conjunto das concepções apresentadas pelos mesmos no conflito. Perpetua-se assim, relações de poder desiguais e, geralmente dessimétricas, territorializando, desterritorializando e reterritorializando grupos com suas práticas peculiares que refletem suas concepções sociais, ambientais que, invariavelmente, possuem sua dimensão territorial.

Para Theodoro (2005), os conflitos socioambientais são análogos a outros tipos de conflitos, sendo que estes, geralmente, aglutinam coletividades diferenciadas entre si em torno de bens difusos. Esses conflitos se embasam, juridicamente, em legislações, por vezes incipientes, envolvendo os recursos naturais.

Neste caso, é importante enfatizar que o território se constitui a partir de um conjunto de relações sociais, que sob a ótica da presente dissertação se territorializam, envolvendo uma rede complexa entre processos sociais e o espaço material (HAESBAERT, 2002). Além disto, cada ator tende a se inclinar para uma determinada ótica de percepção do território que inspire suas ações e legitime as relações sociais num determinado momento. Desta forma existem diferentes concepções de território subjacentes às ações de um mesmo grupo e todas estas diferentes concepções estão carregadas de componentes ideológicos e trabalham o conceito de território sob a sua ótica predominante (SPOSITO, 2004).

Almeida (2008) discute a existência de diferentes processos de territorialização no âmbito das populações tradicionais, que possuem como base de reprodução social, material e simbólica o uso de uma determinada espécie vegetal. Babaçuais, seringais e castanhais “não significam apenas incidência de uma espécie vegetal em uma área ou “mancha”, como se diz cartograficamente, mas tem uma expressão identitária traduzida por extensões territoriais de **pertencimento**¹⁰”. O autor explicita a relevância dos processos de territorialização através do sentido de pertencimento, como construção política construída em diferentes tempos históricos para acessar livremente os recursos naturais:

O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos frente ao Estado (ALMEIDA, 2008:118).

As lutas pela reivindicação de direitos das populações tradicionais perante o Estado definem territorialidades, principalmente no tocante à exploração de recursos naturais e os territórios demandados nesta apropriação.

Theodoro (2005) afirma que as práticas exploração dos recursos naturais afeta um grande número de pessoas, exigindo do Estado, mecanismos capazes de resolver conflitos

¹⁰ Grifo próprio.

entre grupo sociais. A utilização dos recursos envolve conflitos em diferentes níveis de atuação:

Os conflitos em torno do meio ambiente e dos recursos naturais recortam as sociedades de maneira surpreendente e, por vezes imprevisível. Países pobres e países ricos, grupos sociais ricos e pobres, grupos rurais e urbanos, grupos residentes e uma ou outra região, grupos empregados em diferentes atividades produtivas, cientistas e cidadão leigos – em todas essas situações, há interesses conflitantes e coincidentes (...). Quando vários problemas dessa natureza coincidem no mesmo local e no mesmo momento, aí então o grau de complexidade se exponencia (THEODORO, 2005:56).

Um agravante é observado na complexidade dos conflitos territoriais relacionados ao uso dos recursos naturais, pois os mecanismos e as instituições do Estado que, teoricamente, deveriam influenciar as relações existentes no sentido de adequar as demandas dos distintos atores, são potenciais geradores de conflitos.

A territorialidade dos diversos atores envolvidos em um determinado conflito se apóia, assim, na percepção do ambiente vivido e nas formas de utilização dos recursos naturais. Esses conflitos podem se articular em diferentes escalas, desde o local até o global em articulações de significância econômica, política, social, cultural, entre outras.

Harmonizar o mosaico de territorialidades em torno do uso dos recursos naturais de determinada localidade implica, assim, em lançar mão de soluções teórico-práticas que primem por uma base holística de análise das potencialidades e limitações da adequação dos diferentes atores e suas respectivas demandas quanto à utilização de recursos naturais. Cada ator social constrói seu território e imprime sua territorialidade através dos conflitos entre os diferentes agentes pautados, *a priori*, através de relações assimétricas de poder.

Por ter como base na presente dissertação, principalmente, a interpretação das territorialidades vividas pelos remanescentes de quilombos / mocambos e, os mesmos sendo constituintes do grupo denominado “populações tradicionais” (BRASIL, 2006; 2007), observamos a necessidade da discussão sobre a conceituação desta denominação que será realizada no item posterior.

3.2 Populações Tradicionais: contextualizando

O conceito de populações tradicionais insere-se no contexto contemporâneo de legitimação de modos de vida de populações minoritárias¹¹ que, através da afirmação de práticas peculiares de interação com o ambiente natural em sua forma de reprodução social e de suas significâncias culturais e simbólicas buscam construir uma identidade étnica capaz de ser reconhecida pelo Estado na forma de leis e políticas públicas que possam resguardar suas características culturais.

No entanto, o direito histórico do estabelecimento de territórios indígenas no Brasil, baseado em sua identidade é reconhecido de forma mais evidente do que os das comunidades tradicionais não-indígenas. O êxito das reivindicações fundiárias indígenas ganhou destaque no âmbito das políticas públicas, resultando no estímulo a outros grupos sociais minoritários para a busca por legitimação e construção de direitos instituídos (DIEGUES & ARRUDA, 2001).

Atualmente, diversos pesquisadores, agências de fomento, órgãos governamentais e não-governamentais tem como objetivo o desafio de reflexão sobre o tema. Em âmbito mundial, diversas são as nomenclaturas e significados análogos que visam remeter ao termo, causando uma grande confusão semântica.

Uma tentativa relevante, em escala mundial, com este objetivo se baseia na “Diretiva Operacional 4.20” de 1991 do Banco Mundial, que amplia o conceito, substituindo o termo “povos tribais” por povos nativos (*indigenous*), aplicando esta designação àqueles povos que vivem em áreas geográficas particulares e possuem uma “forte” relação com o território vivenciado, possuindo como características essenciais:

ligação intensa com os territórios ancestrais; auto-identificação e reconhecimento pelos outros povos como grupos culturais distintos; linguagem própria, muitas vezes diferente da oficial; presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais e sistemas de produção voltados principalmente para a subsistência (WORLD BANK, 1991:02).

¹¹ Se não quantitativamente por número de indivíduos, pelo menos qualitativamente por processos invisibilizadores forjados no seio do Estado brasileiro, tendo em vista que, somente nas últimas décadas se começa a observar políticas públicas mínimas para esses grupos específicos.

Uma conceituação sobre populações tradicionais observada no Brasil no âmbito das políticas públicas a partir do ano 2000, com a aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), define o conceito de população tradicional como:

Grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para a sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável (BRASIL, 2000).

Porém essa definição foi vetada pelo poder Executivo. Segundo a mensagem nº967 da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República o artigo foi vetado, porque:

O conteúdo da disposição é tão abrangente que nela, com pouco esforço de imaginação, caberia toda a população do Brasil. De fato, determinados grupos humanos, apenas por habitarem continuamente em um mesmo ecossistema, não podem ser definidos como população tradicional, para os fins do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. O conceito de ecossistema não se presta para delimitar espaços para a concessão de benefícios, assim como o número de gerações não deve ser considerado para definir se a população é tradicional ou não, haja vista não trazer consigo, necessariamente, a noção de tempo de permanência em determinado local, caso contrário, o conceito de populações tradicionais se ampliaria de tal forma que alcançaria, praticamente, toda a população rural de baixa renda, impossibilitando a proteção especial que se pretende dar às populações verdadeiramente tradicionais (BRASIL, 2000b).

E ainda, segundo Kishi (2007):

O conceito de populações tradicionais chegou a ser inserido no projeto de lei da Lei 9.985, de 18/07/2000, aprovado pelo Congresso Nacional, mas foi objeto de veto presidencial. A lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985, de 18/07/2000) estabelece direitos e obrigações para as populações tradicionais, mas não as define. Analogicamente, pode ser usado o conceito empregado na Lei 9.985/2000, quando trata das populações em reservas de desenvolvimento sustentável, que são qualificadas como tradicionais e caracterizadas por terem a sua existência baseada 'em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica'. A lei do Sistema Nacional das Unidades de Conservação não inclui os índios e quilombolas, fala apenas das comunidades locais no conceito de populações tradicionais (KISHI, 2006:01).

A partir da análise do SNUC se discute a não inclusão das comunidades indígenas e quilombolas¹² no conceito de populações. Entretanto, baseando-se na linha de entendimento sobre comunidades locais veiculada na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que exclui as comunidades indígenas e quilombolas do conceito de populações tradicionais, é possível utilizar o conceito de comunidade local como aquela com modo de vida social, material, simbólico e cultural indissociáveis à diversidade biológica (KISHI, 2007).

Para Almeida (2008) os conflitos associados ao reconhecimento jurídico-formal do conceito de populações tradicionais são constantes e complexos porque esse reconhecimento elimina a invisibilidade social que “historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum e em fatores culturais intrínsecos”, forçando a transformações na estrutura fundiária e em novas propostas de políticas públicas específicas para esses grupos.

Recentemente, tem sido propostas uma série de políticas públicas, bem como foram criadas diversas instituições voltadas para as populações tradicionais, o que intrinsecamente, mesmo que de forma difusa, acaba por reconhecer a existência de populações com características sócio-culturais peculiares que as diferenciam da população em geral como: o Conselho Nacional de Populações Tradicionais no âmbito do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (1992); a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais que visa a implementação de políticas dirigidas a esse setores (2004) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007).

Esta última política, implementada no âmbito do Decreto presidencial nº 6040, em seu artigo 3º define povos e comunidades tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Como forma de contribuir na conceituação de populações tradicionais, Almeida (2008) apresenta de forma mais incisiva a questão do modo de ocupação e utilização dos recursos como eixos norteadores que reforçam a caracterização desses grupos diferenciados.

¹² Apesar de possuírem legislação específica, poderiam ser incluídos dentro do SNUC como forma de aproximar e valorizar os potenciais de etnoconservação imanentes à estas populações.

Neste caso, o controle dos recursos naturais é realizado, geralmente, de forma coletiva, através de normas específicas que combinam o uso comum dos recursos se voltando, entre outras formas, para atividades únicas ou combinadas como a agricultura, o extrativismo, a pesca e o pastoreio realizados de maneira autônoma ou com base no trabalho familiar.

Nesse sentido, as comunidades locais inseridas em espaços geográficos com integridade e diversidade biológica relevante com vínculos peculiares com o território vivenciado, como no caso de diversos grupos sociais que ocupam o bioma Amazônia estão sendo caracterizadas e estudadas para fins de reconhecimento e planejamento estatal.

Esta definição mais precisa torna-se pertinente, auxiliando a construção da caracterização e diferenciação dos diversos atores sociais na presente dissertação, conforme será apresentado no item “4.1 Caracterização dos atores protagonistas na proteção e uso dos recursos naturais”, além de fornecer subsídios ao estudo da percepção das comunidades remanescentes de quilombos no item “4.2 Visões quilombolas sobre a dinâmica de gestão e utilização dos recursos naturais”, ambos apresentados no capítulo a seguir. Esta análise permitiu discriminar os diferentes protagonistas deste estudo em três categorias distintas: órgãos públicos, empresas privadas e populações tradicionais.

4. TENSÕES SOCIOAMBIENTAIS NO USO DOS RECURSOS NATURAIS DO ALTO RIO TROMBETAS

Neste capítulo analisamos a dinâmica dos diferentes atores¹³ no âmbito das suas formas de apropriação espacial e territorial dos recursos naturais na micro-região do Alto Rio Trombetas sob o viés conceitual das concepções de território, observando os embates de distintas territorialidades estabelecidas neste contexto envolvendo o Estado, populações tradicionais e o setor privado nas questões ambientais, com enfoque nas percepções de uma comunidade de remanescentes de quilombos denominada Tapagem. No ítem 4.1 realizou-se a caracterização dos diferentes atores sociais envolvidos na proteção e utilização dos recursos naturais na região. No ítem 4.2 procuramos evidenciar a perspectiva dos remanescentes de quilombos da comunidade Tapagem sobre a dinâmica de gestão e utilização dos recursos naturais pelos distintos atores sociais no território do alto rio Trombetas.

4.1 Caracterização dos atores protagonistas na proteção e uso dos recursos naturais

4.1.1 Reserva Biológica do Rio Trombetas e Floresta Nacional Saracá-Taquera

O Brasil, sendo um país de megadiversidade biológica¹⁴, é considerado como país estratégico no tocante à conservação dos recursos naturais, em âmbito mundial. Apresenta a maior diversidade de animais e vegetais do mundo, com 10 a 20% das 1,5 milhões de espécies já catalogadas, o que está diretamente relacionado à existência da maior cobertura de florestas tropicais do planeta (BRASIL, 2002). Esta importância contribuiu para justificar a criação de áreas a serem protegidas a partir de territórios constituídos sob legislação e regras específicas de utilização.

¹³ Prefeitura Municipal de Oriximiná, Mineração Rio do Norte S.A, Unidades de Conservação (Reserva Biológica do Rio Trombetas e Floresta Nacional Saracá-Taquera) e Populações Tradicionais (remanescentes de quilombos).

¹⁴ Em estimativas conservadoras, contém mais de 13% da biota mundial, inspirando o conceito de país megadiverso (Brandon et al., 2005).

No sentido de promover ações de proteção de biodiversidade no contexto das sociedades urbano-industriais, a criação de áreas protegidas ou regimes especiais de proteção para os recursos naturais constitui uma prática antiga nas sociedades humanas. Entretanto, o processo de definição e implementação de políticas para a criação de espaços territoriais especialmente protegidos, em função da importância destes recursos, é recente na história do país.

O modelo brasileiro, em geral, inspirou-se nos pressupostos teóricos de criação de áreas protegidas dos Estados Unidos da América tendo como ponto de partida o Parque Nacional de Yellowstone (1872) (Diegues & Arruda, 2001). Em 1934¹⁵, observa-se o estabelecimento de dispositivos legais que culminaram com a criação dos primeiros Parques Nacionais brasileiros, tendo em 1937 a criação do Parque Nacional de Itatiaia (Irving *et al.*, 2006). Mas, é a partir da década de 1970, que se observa um rápido crescimento da consciência de conservação e da ciência da conservação, que se evidencia na criação de vários parques e reservas (MITTERMEIER *et al.*, 2005).

Neste período teve início a criação de Unidades de Conservação (UC) na região Norte do Brasil com objetivo de proteger o bioma amazônico (BOHRER & GONÇALVES, 1991).

As UC's foram estabelecidas visando à proteção e conservação desses espaços territoriais e seus recursos ambientais que possuam características naturais relevantes. Com este intuito, no Brasil, foi instituído o SNUC em 18 de julho de 2000, através da Lei nº 9.985 (BRASIL, 2000), com a finalidade de estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, nos níveis federal, estadual e municipal.

Segundo o Art. 2º do SNUC o conceito de unidade de conservação é definido como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Os objetivos do SNUC, de acordo como o disposto desta Lei, são: contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas

¹⁵ Datam deste ano: Código Florestal, Código de Caça e Pesca, Código de Águas e Decreto de Proteção dos Animais.

naturais; promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; proteger as características de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, paleontológica e cultural; proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos; recuperar ou restaurar ecossistemas degradados; proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico e **proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente**¹⁶(BRASIL, 2000).

O SNUC busca a conservação *in situ* da diversidade biológica em longo prazo, estabelecendo ainda a necessária relação de complementariedade entre as diferentes categorias de unidades de conservação, organizando-as de acordo com seus objetivos de manejo e tipos de uso em dois grandes grupos: proteção integral e uso sustentado.

O grupo de UC's de Proteção Integral tem como objetivo básico a preservação da natureza, sendo admitido o uso indireto dos recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei do SNUC. Este grupo de Unidades de Proteção integral é composto pelas seguintes categorias de unidades de conservação: I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural e V - Refúgio de Vida Silvestre.

A categoria de UC de Proteção Integral foco deste trabalho é a Reserva Biológica (REBIO). A REBIO é uma categoria voltada unicamente à conservação da biota, à pesquisa e à educação ambiental, excluindo a visitação para lazer. Na REBIO são permitidas visitas somente com objetivos educacionais, de acordo com as determinações de seu plano de manejo. As pesquisas científicas dependem de autorização prévia do IBAMA, estando estas sujeitas às normas estabelecidas pelo SNUC (BRASIL, 2000).

A REBIO tem como objetivo:

A preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. (BRASIL, 2000).

¹⁶ Grifo do Autor.

No Brasil, a primeira UC criada nesta categoria de manejo foi a Reserva Biológica Poço das Antas, em 1974, com o objetivo de proteger o habitat original (mata atlântica) do mico-leão dourado (*Leontopithecus r. rosalia*), espécie ameaçada de extinção pela degradação de seu ambiente natural. A categoria de manejo escolhida para a reflexão neste estudo foi justamente por esta exigir a necessidade de preservação total deste ambiente, com ressalva para as atividades científicas devidamente autorizadas pelo IBAMA.

Além das UCs de uso indireto, outro grande grupo se relaciona ao uso sustentável. O objetivo principal destas UCs é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

O grupo das Unidades de Uso Sustentável engloba as seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A categoria de UC de Uso Sustentável considerada central no presente trabalho é a Floresta Nacional (FLONA). A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas, de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitavam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade. A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração, bem como a pesquisa, que é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas.

Segundo o SNUC, a FLONA deverá dispor de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes (BRASIL, 2000).

Na região da bacia do rio Trombetas, existem duas unidades de conservação que possuem áreas dentro do município de Oriximiná: a REBIO do Rio Trombetas e a FLONA Saracá-Taquera (Figura 3).

A REBIO do Rio Trombetas é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, criada pelo Decreto Federal 84.018, de 21 de setembro de 1979, com uma área estimada de 385 mil ha, localizada no Município de Oriximiná, Estado do Pará, na margem esquerda do rio Trombetas (BOHRER & GONÇALVES, 1991). Em 1982 a REBIO Trombetas concluiu seu primeiro Plano de Manejo¹⁷ (BRASIL, 1982). Passados 11 anos de sua criação foi elaborado o Plano de Ação Emergencial (BRASIL, 1993) e, em 2004, entra em vigência um novo Plano de Manejo, financiado pela Mineração Rio do Norte S.A (MRN) (BRASIL, 2004).



Figura 03: Carta-imagem baseada em Imagem de Satélite Landsat 5 TM destacando a comunidade Tapagem, REBIO do Rio Trombetas, FLONA Saracá-Taquera e Porto Trombetas. FONTE: IBAMA, 2004.

¹⁷ IBDF & FBCN. Plano de Manejo da Reserva Biológica do Rio Trombetas. Brasília, 1982.

A REBIO Trombetas é uma das maiores reservas biológicas criadas no Brasil abrangendo diversos ecossistemas no contexto amazônico. Os objetivos de criação foram: proteger amostras de ecossistemas amazônicos; assegurar a sobrevivência da tartaruga-da-amazônia (*Podocnemis expansa*) e demais quelônios; assegurar a permanência dos processos naturais de sazonalidades; e, proteger áreas encachoeiradas, que abrigam fauna e flora particulares.

A REBIO Trombetas possui grande representatividade por abranger vários tipos de ecossistemas do quadro natural amazônico. Em termos de significância, há a presença das florestas de terra firme mistas, intercaladas por manchas de floresta densa. Em extensão, encontra-se a floresta inundável de igapós dos lagos, seguida das florestas inundáveis de várzeas do rio Trombetas e tributários; e, em pequenas proporções, há manchas de campinas sobre solo arenoso. Em geral, possui alta diversidade florística com aproximadamente 680 espécies arbóreas (BRASIL, 2002).

Além da variedade de ecossistemas terrestres presentes na REBIO do rio Trombetas, existem, dentro de seus limites, outros ambientes associados a ambientes hídricos. Tais ambientes são diversos, podendo ser: lóticos de pequenas, médias e altas vazões, inter-relacionados com baixa, média e alta energia, desde remansos até cachoeiras vigorosas; lênticos, representados tanto pelos exuberantes lagos presentes na região, com o fluxo de água controlado pelos pulsos de vazante e cheia do rio Trombetas; como também pelos inúmeros microhabitats formados por poças temporárias, todos eles ocupados por uma rica e variada fauna (Figura 4).

TIPOS DE ECOSISTEMAS NA REBIO TROMBETAS E NO SEU ENTORNO

- A) Floresta Ombrófila de Terra Firme
- B) Floresta Ombrófila de Terra Firme em encosta de morro
- C) Floresta Inundável de Igapó
- D) Campina de Areia Branca com pioneiras no interior da RBRT
- E) Ambiente lótico de alta energia na Cachoeira Porteira
- F) Ambiente lótico de média energia Rio Trombetas

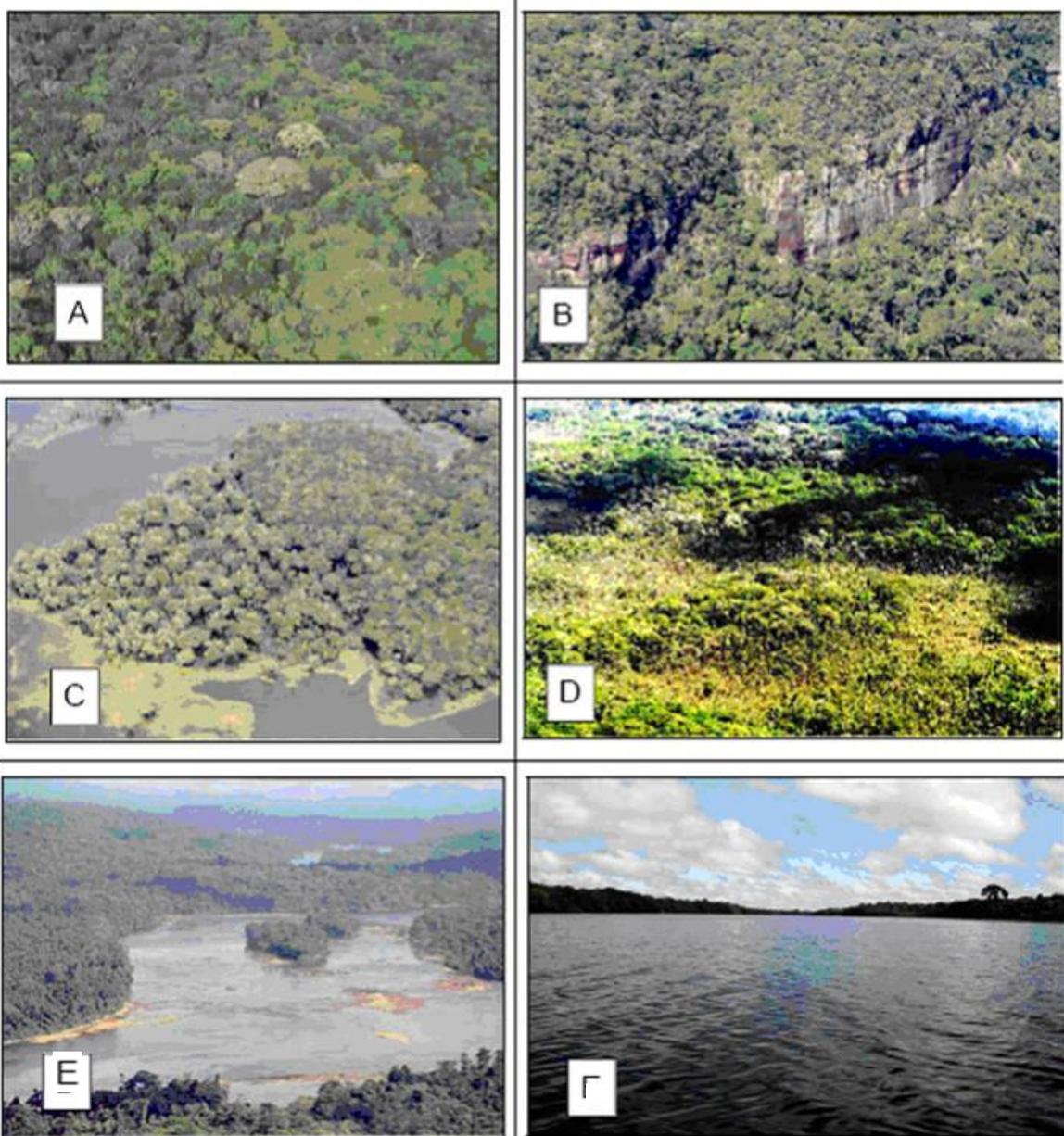


Figura 04: Diferentes ecossistemas na REBIO Trombetas. Fonte: BRASIL, 2004.

A REBIO do rio Trombetas foi considerada extremamente significativa para a proteção de tabuleiros de desova de tartarugas, com boa conectividade, além dos demais atributos para aves, mamíferos, biota aquática, macroinvertebrados e vegetação, como abaixo detalhado:

- Aves - área de extrema importância como um todo;
- Biota aquática - área de extrema importância na porção noroeste - cabeceira e corredeiras do Trombetas (alta diversidade e com grande endemismo);
- Mamíferos - área de alta importância na porção sudoeste (área com média importância para espécies de primatas; alto interesse zoogeográfico e médio valor como área selvagem);
- Invertebrados - área insuficientemente conhecida mas de provável importância, recomendando-se a realização de inventários biológicos;
- Répteis e anfíbios - área de muito alta importância em quase toda a extensão do rio Trombetas (área de reprodução de *Podocnemis expansa*, *P. unifilis*, *P. sextuberculata* e *Peltocephalus dumerilianus*.);
- Funções e serviços ambientais - relevância para conservação nos aspectos de ciclo do carbono e aquecimento global, manutenção do clima regional, barreiras para propagação de megaincêndios, área de alta a extrema importância desde a Cachoeira Porteira, até próximo à foz do rio Trombetas (Capobianco *et al.*, 2002).

Toda a porção norte da bacia hidrográfica do rio Trombetas foi considerada como área insuficientemente conhecida, mas de provável importância para a conservação. São citadas como principais recomendações à UC: a realização de inventários florísticos, inventários biológicos para a comunidade faunística como um todo, a elaboração e implementação do plano de manejo, a fiscalização, a integração com o entorno e a sua sustentabilidade financeira (BRASIL, 2004).

Além da Reserva Biológica do Rio Trombetas, toda a região abrangida pela bacia hidrográfica do rio Trombetas foi considerada área de extrema importância para a biodiversidade. Por isso, novas unidades de conservação foram sugeridas nas nascentes do rio Trombetas, no limite com a vizinha Guiana e outra na porção oeste da REBIO, próxima à Terra Indígena Nhamundá-Mapuera (*Idem*).

Refletindo esta importância e, fazendo limite com a REBIO Trombetas observa-se outra unidade de conservação: a FLONA Saracá-Taquera. A FLONA Saracá-Taquera se

encontra também no Estado do Pará, nos Municípios de Oriximiná, Faro e Terra Santa, entre as coordenadas geográficas 10 20' e 10 55' de latitude Sul e 560 00' e 57015' de longitude Oeste. Foi criada pelo Decreto número 98.704 de 27 de dezembro de 1989, sendo esta uma unidade de conservação de uso direto. Ao norte, limita-se com a Reserva Biológica do Rio Trombetas, cujo limite geográfico se expressa em sua maior extensão pelo rio Trombetas. O rio Nhamundá, que limita os Estados do Pará e Amazonas, contorna a Floresta Nacional de Saracá-Taquera em seu limite sul-sudoeste, a aproximadamente vinte quilômetros de distância da FLONA. O acesso à FLONA Saracá-Taquera pode ser feito por via aérea, com vôos regulares, a partir de Manaus, Belém ou Santarém ou por via fluvial, a partir do rio Amazonas, subindo pelo rio Trombetas até Porto Trombetas, onde se encontra a sede da Mineração Rio do Norte. A FLONA possui oficialmente 429.600 ha e um grande potencial de recursos naturais renováveis (madeira), além de outros não renováveis (bauxita) e importância ecológica significativa, tendo grande importância na proteção e conservação dos ecossistemas do bioma floresta tropical existente na Região (BRASIL, 2004).

Alguns autores consideram que a criação e implementação de Florestas Nacionais podem ser medidas estratégicas para se organizar a ocupação e promover o desenvolvimento sustentável da região amazônica (Schneider *et al.*, 2000). No Brasil, existem sessenta FLONAs, em um total de 16,5 milhões de hectares, sendo que, cerca de 99% dessa área está localizada na Amazônia Legal. No entanto, as FLONAs livres de sobreposição com outras categorias de uso somam 8,3 milhões de hectares (ARIMA & BARRETO, 2002).

Segundo o SNUC (2000), as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo, abrangendo a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. Nesses planos são assegurados “*ampla participação da população residente*” na elaboração, atualização e implantação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das **Florestas Nacionais** e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico (BRASIL, 2000).

Essa perspectiva teórica na legislação contempla a participação de populações residentes, como é o caso de algumas comunidades remanescentes de quilombos. A criação da REBIO do Rio Trombetas e da FLONA Saracá-Taquera representaram a inserção de um fato novo – uma nova territorialidade impressa – através do ordenamento territorial efetivado pelo exercício da legislação pertinente à gestão e manejo das UCs em questão, com implicações

expressivas e concretas na realidade e no cotidiano das comunidades residentes, trazendo consigo mudanças e exigindo nova postura no relacionamento com a natureza e a realidade circundante.

De modo geral, a realidade em que se insere a FLONA Saracá-Taquera envolve comunidades ribeirinhas tradicionais, comunidades não tradicionais e comunidades ribeirinhas remanescentes de quilombos. As comunidades tradicionais ribeirinhas e quilombolas, estabelecidas anteriormente à criação da FLONA Saracá-Taquera e da REBIO Trombetas, sofrem os impactos decorrentes de sua implantação e, conseqüentemente, também produzem impactos sobre as UCs, através do inter-relacionamento com a realidade da floresta (BRASIL, 2004).

Desde a criação de ambas as UC's da bacia do rio Trombetas, as comunidades centenárias localizadas nos novos "territórios de conservação" estiveram à margem do processo de gestão e manejo das mesmas. No caso da REBIO do rio Trombetas, o Governo Federal, ainda no regime da ditadura militar, demarcou a reserva sem levar em consideração as comunidades ali residentes, o que gerou a sobreposição de territórios utilizados pelas comunidades de quilombolas e o novo território constituído pela REBIO.

A demarcação da FLONA Saracá-Taquera em 1989, assim como no caso da REBIO Trombetas, sobrepôs a demarcação de seu território, principalmente, aos territórios de comunidades remanescentes de quilombos. Mesmo permitindo a existência de populações em seu interior, a FLONA só prevê o uso dos recursos naturais a partir de análise de impacto ambiental aprovada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio¹⁸) e Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Assim, a criação da FLONA afetou o modo de vida das comunidades que viviam do extrativismo, impossibilitando-as de desenvolver seus processos de reprodução sócio-cultural e territorial (CPI, 1997; ACEVEDO & CASTRO, 1998; WANDERLEY, 2005).

Tanto a REBIO Trombetas quanto a FLONA Saracá-Taquera encontram-se num território extremamente rico em recursos naturais, com seus principais platôs cobertos de castanhais, além dos grandes lagos e da densa floresta com uma infinidade de alimentos e de

¹⁸ O primeiro órgão responsável pela criação e manutenção de áreas protegidas foi o IBDF. Em 1989 foi extinto e criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A partir do ano de 2007, ano de início de nossas pesquisas, a responsabilidade sobre as áreas protegidas no âmbito federal passou a ser do novo órgão criado neste mesmo ano, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

matéria-prima vegetal. As comunidades negras que vivem no interior da REBIO e as do entorno sempre utilizaram estes recursos para sua subsistência.

Nesse sentido, houve uma ruptura no sistema orgânico de reprodução socioambiental das comunidades tradicionais na área de inserção destas UCs. Os recursos necessários à subsistência foram apropriados a partir de racionalidades distintas por atores externos, principalmente a partir da década de 1970, quando da efetiva operação da empresa Mineração Rio do Norte, assim como da introdução do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) na região, tornando os antes legítimos moradores desses territórios em infratores das leis federais.

As populações humanas, impedidas do acesso aos recursos, passam então a ter de infringir as leis vigentes em busca de garantir sua subsistência. Em muitos casos, estas são obrigadas a “invadir” a REBIO para realizar suas atividades extrativistas ancestrais (CPI-SP, 1997; SMMATUR, 2007¹⁹).

Segundo Wanderley (2005):

A desobediência às leis, promovida pelas comunidades, reflete a reação e negação ao sistema imposto pelo Estado e a necessidade de continuar utilizando-se dos bens da floresta como direito exercido desde os seus antepassados. A problemática se agravou ainda mais quando, ao infringir a lei, os quilombolas se tornam criminosos. A cultura centenária de uso da natureza e de circulação sem fronteiras se tornou crime sujeito à repressão do órgão regulador e da polícia. Instalaram-se, então, conflitos constantes entre as comunidades que necessitam do uso do meio e o IBAMA, como repressor e, ao mesmo tempo, protetor do território ecológico (WANDERLEY, 2005:16).

Sendo assim, apesar da relevância da implementação das UC's para a proteção da biodiversidade, torna-se mister uma reavaliação sobre as bases teóricas e práticas dos modelos e das categorizações de UCs em cada bioma, considerando suas especificidades naturais e territoriais, sob pena de serem reproduzidos diversos problemas de planejamento e efetividade do processo. Tal quadro é observado em todo o território nacional como é o caso da criação de UC's em territórios ancestrais de populações autóctones na bacia do rio Trombetas (CPI-SP, 1997).

As áreas protegidas podem fornecer uma extensa série de bens e serviços para as populações que ali vivem e no seu entorno e para a sociedade como um todo. (IUCN, 2006).

¹⁹ Informações obtidas através de conversa informal na Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Município de Oriximiná - SMMATUR, em Agosto de 2007.

A Avaliação Ecosistêmica do Milênio²⁰ (AEM) aborda os serviços de uso direto pelas comunidades tradicionais denominando-os como *serviços de provisão*, que inclui os serviços que fornecem produtos naturais como alimentos, água potável, madeira e plantas medicinais. Teoricamente, esses produtos deveriam ser legalmente acessíveis apenas às populações locais e vizinhas às áreas protegidas que permitem a utilização sustentável desses recursos. Entretanto, mesmo as áreas protegidas mais estritas podem fornecer adicional segurança de alimentação para as comunidades vizinhas em épocas de fome. As áreas protegidas funcionam também como um reservatório de peixes e vida silvestre que se estende às áreas vizinhas (IUCN, 2006).

A criação de novas unidades de conservação, seja de proteção integral ou de uso sustentável, e a implementação das já existentes, além das Terras Indígenas, que resguarde as especificidades locais, como os conhecimentos ancestrais, pode vir a fortalecer o cinturão de proteção dos importantes ecossistemas presentes no bioma amazônico, assim como das populações tradicionais residentes. A preservação da diversidade cultural e biológica dessa região pode significar, antes de tudo, um investimento necessário para a manutenção e evolução do conhecimento científico, econômico e social do país (BRASIL, 2004).

4.1.2 Mineração Rio do Norte

Foi somente após a Segunda Guerra Mundial que foram descobertas grandes jazidas de minério em várias áreas da região Norte do Brasil. Isto aconteceu por meio do uso das tecnologias mais sofisticadas da época e por conseqüência de sua aplicação pelas forças armadas brasileiras, em cooperação com as norte-americanas, além de empresas brasileiras, estatais e privadas, terem se tornado associadas a empresas norte-americanas.

As primeiras ocorrências de bauxita na Amazônia, localizadas no extremo oeste do Estado do Pará, foram descobertas pela Alcan na década de 60. Algumas transformações sócioespaciais na Amazônia brasileira tiveram início, principalmente, durante o período ditatorial brasileiro (1964–1985). Exemplos destas transformações são os minérios explorados em grande escala, além das hidrelétricas construídas e projetadas (FILHO, 2004).

A partir da década de 1960, foi constituída, pelo Grupo Alcan do Brasil, a Mineração Rio do Norte S.A. No início da década de 1970 foi criado o Projeto RADAM - Radar na

²⁰ Bojo, J. e Reddy, C.R. Poverty Reduction Strategies and the Millennium Development Goal on Environmental Sustainability: Opportunities for Alignment. *World Bank Environment Department Papers*. (Environmental Economics Series), 2003.

Amazônia, priorizando a coleta de dados sobre recursos minerais, solos, vegetação, uso da terra e cartografia da Amazônia e áreas adjacentes da região Nordeste e cobrindo mais da metade do território nacional (BRASIL, 1973).

No final de 1971, a Alcan deu início à implantação do projeto Trombetas, mas logo depois as obras foram suspensas, em função da depressão no mercado mundial do alumínio na época. Em outubro de 1972, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Alcan iniciaram entendimentos para constituir uma joint-venture, visando à retomada da implantação do projeto. Em junho de 1974, foi assinado um acordo de acionistas para a criação da joint-venture da Mineração Rio do Norte, atualmente composto pelas seguintes empresas: CVRD (40%), BHP Billiton Metais (14,8%), Alcan (12%), CBA-Votorantim (10%), Alcoa Brasil (8,58%), Alcoa World Alumina (5%), Norsk Hydro (5%) e Abalco (4,62%) (Figura 5).

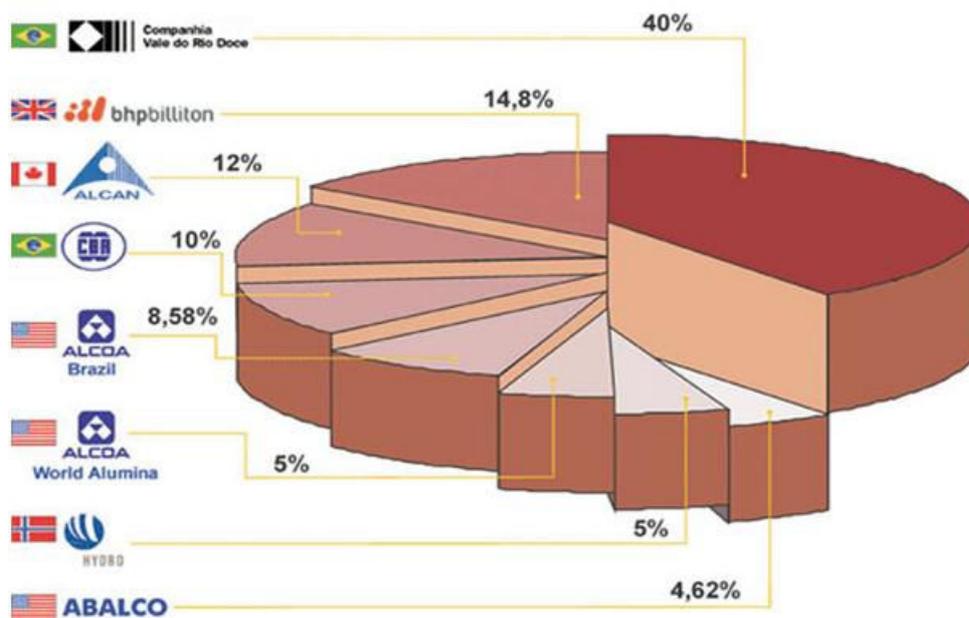


Figura 05: Composição acionária da *joint-venture* Mineração Rio do Norte.
FONTE : MRN, 2007.

A construção do projeto Trombetas foi retomada no primeiro trimestre de 1976, e as atividades de lavra foram iniciadas em abril de 1979. Neste mesmo ano, foi realizado o primeiro embarque de minério, em um navio para o Canadá. A capacidade inicial de produção foi de 3,35 milhões toneladas por ano. Ao longo dos primeiros anos de operação, a capacidade teve uma expansão gradativa em função do aumento da demanda

de mercado e da grande aceitação da bauxita produzida pela MRN nas refinarias de todo o mundo (MRN, 2007).

A partir dos anos oitenta, a produção de alumínio parou de crescer nos países industriais da Europa, EUA e Japão e passou a crescer em países do hemisfério sul, como Brasil, Índia e Gana. No Brasil, os empreendimentos de mineração de bauxita concentram-se, principalmente, na região norte do país, nos estados do Pará, Maranhão e Amazonas (LOBO, 1995; PINTO, 1997; BUNKER, 2000²¹ *apud* SCHAEFER & STUDTE, 2005).

Entre 2001 e 2003, a MRN investiu num novo projeto de expansão. Com ele, a empresa passou de uma capacidade instalada de produção de 11 milhões para 16,3 milhões de toneladas de minério ao ano. E assim, pelo segundo ano consecutivo, o recorde de produção foi quebrado, com 17,21 milhões de toneladas de bauxita produzidas no fechamento do ano de 2005 (Figura 6) (MRN, 2007).

Segundo Pinto (2004):

O que está ocorrendo no Pará é um verdadeiro boom. O mais inusitado nessa corrida é que ela é definida por um único competidor, a Companhia Vale do Rio Doce, que chegou à Amazônia como estatal e agora é uma empresa privada. O faturamento da Vale é maior do que o do governo do Estado (PINTO, 2004²² *apud* FILHO, 2004:05).

A MRN, localizada na bacia do Rio Trombetas, é a terceira maior mina de bauxita do mundo. No Rio Trombetas, a MRN construiu uma cidade tipo *company town* (como são denominadas as cidades–empresa) chamada Porto Trombetas. Esta cidade é sem dúvida um dos fenômenos mais interessantes que acontecem em consequência da realização dos mega-projetos no Brasil. A cidade está localizada no meio da floresta, sem conexão com outros locais através de estradas. A cidade tem uma infra-estrutura privilegiada, somente para os trabalhadores da empresa e para seus familiares (SCHAEFER & STUDTE, *op.cit.*).

²¹LOBO, M. A. A. Estado e Capital – Transnacional na Amazônia: O Caso da Albras-Alunorte, NAEA/UFPA, 1996); PINTO, L. F. “Amazônia: o século perdido (a batalha do alumínio e outras derrotas da globalização)” Ed. Jornal Pessoal, Belém, 1997; BUNKER, S. Joint Ventures em Ambientes frágeis – O caso de alumínio na Amazônia, Novos Cadernos NAEA, Belém, 2000.

²² L. F. PINTO *Grandezas e misérias da mineração no Pará* Jornal Pessoal ano XVII no. 327 agosto de 2004.



Figura 06: Exploração de bauxita em Porto Trombetas, Oriximiná – PA.
FONTE: SCHAEFER & STUDTE, 2005.

De acordo com o site da empresa Mineração Rio do Norte:

Porto Trombetas nasceu com a missão de acomodar os empregados da MRN e seus familiares. Visando o bem-estar de seus aproximadamente 6 mil habitantes, a Mineração Rio do Norte implantou neste núcleo urbano uma completa infra-estrutura de saneamento básico e social. O complexo Trombetas conta com usina de geração de energia e com sistemas de suprimento de água potável e de tratamento de esgoto. A vila residencial é constituída por aproximadamente mil casas e dormitórios para mais de 1,5 mil funcionários solteiros. A infra-estrutura também é composta por escola até o ensino médio, com capacidade para mais de mil alunos; hospital com 32 leitos e serviços laboratoriais; clubes de lazer; cine-teatro; Casa da Memória; centro comercial; aeroporto e sistema de comunicação nacional e internacional. Além disso, um programa permanente de medicina preventiva e assistencial assegura a boa qualidade de vida à população de Porto Trombetas. (MRN, 2007)

Conforme Schaefer & Studte (2005), Porto Trombetas é um fenômeno de desenvolvimento que trouxe apenas para parte da população algumas modificações significativas. A população domiciliada fora de Porto Trombetas permanece excluída dessas “benfeitorias”, pois apenas os funcionários da empresa têm acesso à água limpa e a um atendimento médico de imediato, bem como a uma infra-estrutura moderna e serviços de utilidade pública diferentes da realidade das outras cidades amazônicas. As cidades-empresa,

no geral, são estabelecidas em regiões estruturalmente fracas em serviços públicos e urbanos, a exemplo do que ocorre na bacia do rio Trombetas. Assim, a cidade é exclusivamente acessível para os trabalhadores da empresa e a visita à área é marcada com antecedência na direção da fábrica, porque o terreno é supervisionado pelo pessoal da segurança dia e noite. Há escola, hospital, clube de lazer, igreja, bancos, bem como um pequeno aeroporto para os trabalhadores da empresa.

A maior parte dos trabalhadores da mina não é da região, mas vem das grandes metrópoles do país. Os trabalhadores e suas famílias que vivem em Porto Trombetas realizam, de certa forma, o sonho de primeiro mundo no Brasil.

As principais populações que habitam as proximidades de Porto Trombetas são as de remanescentes de quilombos. A empresa proporciona poucos benefícios para esses grupos, além de ser a fonte de impactos culturais, em consequência da grande diferença de realidades entre Porto de Trombetas e seu entorno. Além disso, as atividades da empresa são a fonte de impactos ambientais já que sua atividade principal é a extração de bauxita.

As áreas ocupadas pela empresa foram consideradas territórios vazios e não consideram a presença das comunidades tradicionais e com base na idéia que a empresa foi o primeiro agente se instalar na região e, por isso, possuindo o direito à exploração de seus recursos em detrimento das comunidades tradicionais (ACEVEDO E CASTRO, 1998). Na Figura 7 são registrados os platôs explorados e os a serem explorados, as estradas e Porto Trombetas.

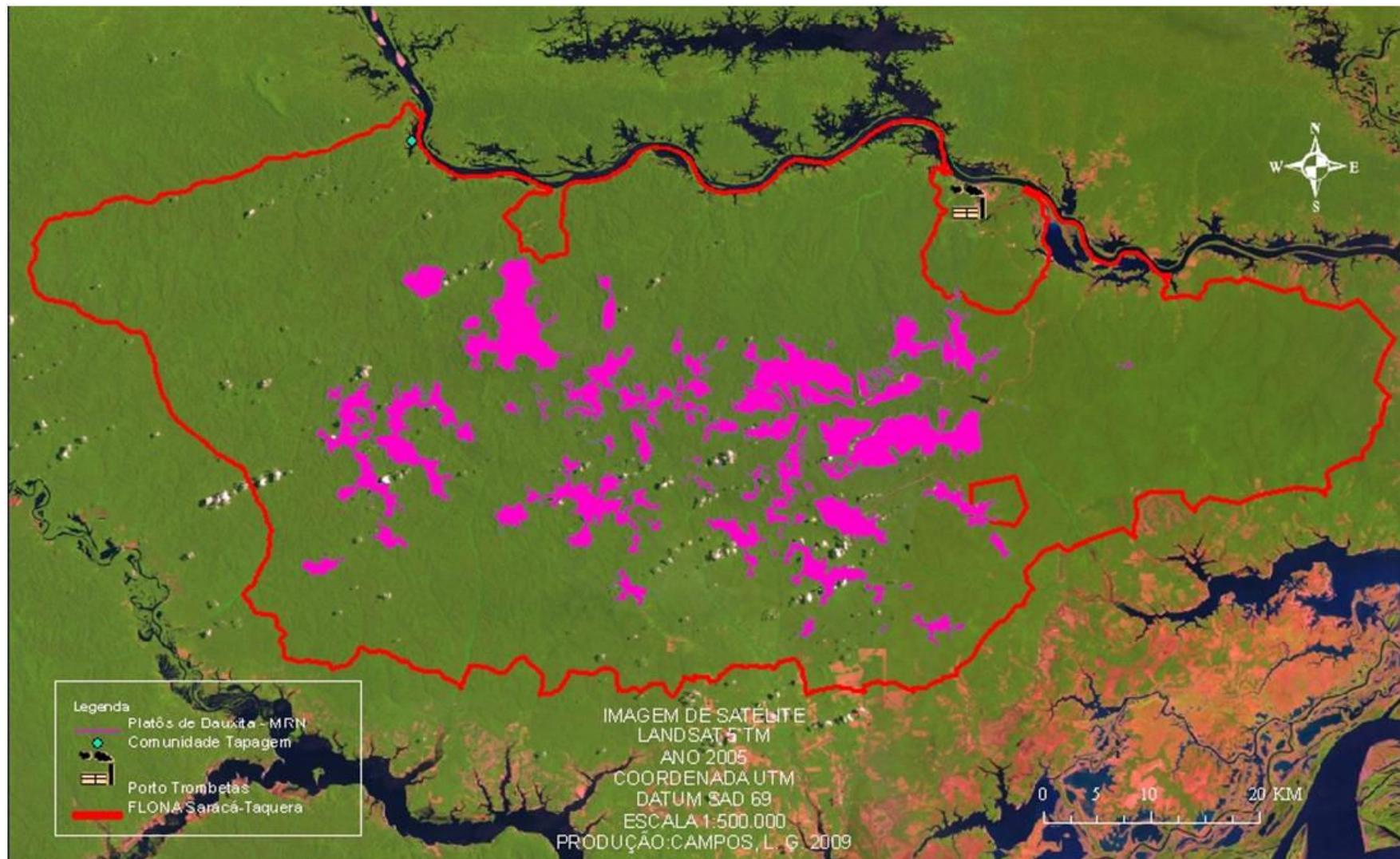


Figura 7: Localização das lavras de bauxitas na FLONA Saracá-Taquera e de Porto Trombetas. FONTE: Polígonos dos platôs de bauxita. Base de dados IBAMA, 2008.

Em geral, os quilombolas e outros povos ribeirinhos não foram integrados como mão de obra na MRN. Além disso, perderam progressivamente parte de sua fonte de renda e reprodução sociocultural: a extração da castanha. Seus territórios de castanhais, por estarem localizados nos topos dos platôs, sobrepõem-se às áreas de extração da bauxita. Por serem produtos economicamente e socialmente valorados para variados atores, tornam esses territórios palco de conflitos socioambientais pelos diferentes usos sociais e interesses envolvidos no jogo. A sobreposição de áreas de ocorrência natural da castanha e da bauxita gera também impasse, pois a exploração de um é excludente a do outro, levando ao acirramento dos conflitos territoriais (WANDERLEY, 2005).

Conforme informações contidas no site da MRN, a empresa mantém projetos relacionados ao meio ambiente como programas de proteção da natureza e reflorestamento (Figura 8) nas áreas de operação e em seu entorno, sistema de disposição de rejeitos. Além disso a empresa mantém convênios com IBAMA, o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), a Limnos Consultoria e a Consultoria Verde Volta para a promoção de projetos de proteção da natureza (MRN, 2007).



Figura 8: Reflorestamento de uma área de lavra abandonada em Porto Trombetas.
FONTE: SCHAEFER & STUDTE, 2005.

De acordo com Wanderley (2005):

O projeto minerador é produto de política pública, que promoveu na escala local o processo de institucionalização, isso é a introdução de novas instituições públicas e privadas (agências, empresas, órgãos etc.) criadoras de normas, leis, e regras de regulação sobre o território. Nesse processo, encontra-se a empresa Mineração Rio do Norte (MRN), como introdutora de novas instituições, como alguns aparelhos do Estado incluindo o IBAMA. O IBAMA é o exemplo mais claro do processo de institucionalização e seus efeitos sócioespaciais. A agência local regula as comunidades e o uso dos recursos naturais a partir de novas regras e normas. Os territórios das áreas de conservação são expressão dos impactos espaciais e reguladores desta instituição, com forte vínculo com a MRN. (WANDERLEY, 2005:04-05).

Ainda de acordo com Wanderley (2005), as propostas de criação das duas unidades de conservação na região de exploração da empresa foram feitas pela própria MRN. Além disso, os recentes Planos de Manejo²³ das duas unidades de conservação foram patrocinadas pela MRN, com a contratação da empresa de consultoria STCP Engenharia de Projetos, sediada em Curitiba. Segundo a MRN, o convênio entre a empresa e o IBAMA²⁴ teve por objetivo a disponibilização de recursos para a elaboração do Plano de Manejo (MRN, 2007).

Entretanto, cabe ressaltar que diversos estudos governamentais como os do “Comitê Intergovernamental Técnico para Proteção e Manejo da Flora e Fauna Amazônica”, através do documento “Uma análise de prioridades em Conservação da natureza na Amazônia”(BRASIL, 1977), realizaram várias recomendações concluindo pela necessidade da criação da REBIO do rio Trombetas, objetivando conservar amostra de campina, um planalto rochoso único e os tabuleiros de reprodução de quelônios, tendo em vista a ocorrência da maior concentração conhecida no país (BRASIL, 1982).

Com o estabelecimento das novas UC's na região – principalmente com a FLONA Saracá-Taquera – a MRN legitima institucionalmente suas conformações territoriais, garantindo a manutenção de sua base de recursos e de “seus territórios”, auxiliada pelo convênio com o IBAMA que, a partir daí, se torna um órgão fiscalizador, evitando a exploração ilegal de “seus recursos” pelas populações ribeirinhas, além de

²³ BRASIL. MMA. Plano de Manejo da Floresta Nacional de Saracá-Taquera, Estado do Pará. Curitiba, 2001. & BRASIL. MMA. Plano de Manejo da Reserva Biológica do Rio Trombetas, Estado do Pará. Brasília, Julho de 2004. (Revisão do plano de manejo elaborado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal IBDF em 1982).

²⁴ Vide nota de rodapé nº6.

evitar formações de novos territórios que poderiam vir a ameaçar o projeto minerador (WANDERLEY, *op.cit.*).

Nesse sentido, a institucionalização da região da bacia do rio Trombetas a partir da criação de territórios de unidades de conservação promoveu a criação e conseqüente sobreposição de novos territórios com o da MRN, a REBIO Trombetas e FLONA Saracá-Taquera, sobre antigos territórios – populações tradicionais – iniciando os novos processos de conflitos e disputas na região baseadas em distintas visões e apropriações dos recursos naturais.

A concepção da apropriação dos recursos naturais pela MRN S.A se baseia na exploração em larga escala de um só produto, tendo como resultantes a tendência à escassez do mesmo, a desterritorialização de populações tradicionais, o desequilíbrio dos ecossistemas e dos sistemas sociais locais.

4.1.3 Remanescentes de Quilombos (Mocambos)

No município de Oriximiná-PA ocorre grande diversidade de comunidades tradicionais como caboclos ribeirinhos, remanescentes de quilombos²⁵ e indígenas. Todos possuem relativo contato entre si, em uma relação conflituosa, mas realizam intercâmbio de experiências, costumes e convivem com as diferenças. Além disso, essas populações possuem contato direto com populações urbanas, grandes proprietários de terras, grandes empreendimentos e com diversos órgãos estatais.

Do ponto de vista jurídico, essas populações carecem de leis e definições conceituais claras quanto à sua legitimidade como grupos humanos diferenciados culturalmente. Além disto, há descumprimento, por parte da União e dos Estados, das leis vigentes que já asseguram direitos fundamentais a esses grupos. Isto contribui para a ocorrência de distorções, injustiças e apropriações indevidas de seus territórios, colocando em risco a reprodução de seus modos de vida.

O reconhecimento de direitos específicos às comunidades quilombolas, no entanto, é relativamente recente no Brasil, diferentemente dos direitos dos índios às suas terras. Os direitos indígenas são reconhecidos desde a época colonial e pelas Constituições Brasileiras formuladas desde 1934. De maneira distinta, o direito dos

²⁵ Alguns autores preferem utilizar esse termo, sendo este utilizado tradicionalmente pelos próprios negros.

remanescentes de quilombos foi reconhecido pela primeira vez no ano de 1988 quando da promulgação da atual Constituição.

Segundo Isabel Cristina Groba Vieira, Procuradora da República no Estado de São Paulo, na ocasião da reunião técnica “Reconhecimento de Terras Quilombolas Incidentes em Domínios Particulares e Áreas de Proteção Ambiental”²⁶, a partir da Constituição brasileira de 1988,

[...] o poder público ficou incumbido de proteger as manifestações das culturas populares indígenas e afro-brasileiras, além de outros integrantes do processo civilizatório nacional, o que inclui os modos de criar, fazer e viver desses grupos, conforme o artigo 216, II da Constituição Federal. (CPI-SP, 2007)

Nesse sentido, o Estado reconhece, institucionalmente, as comunidades de remanescentes de quilombos como formadores do patrimônio cultural brasileiro, observando-se o modo de viver coletivo que as distingue das demais comunidades (CPI-SP, 1997).

No âmbito jurídico, a conceituação de quilombos se constrói a partir de alguns argumentos legais como o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), definindo remanescentes de comunidades de quilombos como “*grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida*” (BRASIL, 2003:01).

Além disso, o ADCT reafirma direitos sobre o uso da terra em seus artigos 215 e 216, que reconhecem as áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos como parte do patrimônio cultural do país e o decreto nº 4887, que regulamenta procedimentos de titulação.

Em conjunto com essas legislações, as agências governamentais de amparo as causas quilombolas são também atuantes como a Fundação Cultural Palmares, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Reforma Agrária, além dos órgãos estaduais. Os órgãos federais firmam políticas governamentais como a

²⁶ Reunião promovida pela Comissão Pró-Índio de São Paulo em conjunto com o Fórum Estadual de Entidades Negras de São Paulo e a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo no dia 01 de abril de 1997.

“Política Nacional dos Quilombos”, com estimativa de área de abrangência de 30 milhões de hectares e dois milhões de pessoas.

Oficialmente, o Brasil tem mapeado 743 comunidades remanescentes de quilombos. Destas, 357 comunidades remanescentes de quilombos ocorrem na região amazônica, sendo: 196 no Pará; 12 no Amapá; quatro no Tocantins e 145 na porção do Maranhão inserida na Amazônia Legal (DIEGUES & ARRUDA, 2001).

Um quilombo pode ser considerado como um movimento amplo e permanente envolvendo a vivência de povos africanos que se recusavam à submissão e à exploração; formas associativas criadas em florestas de difícil acesso, com defesa e organização social, econômica, política própria e sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural (SIQUEIRA, 2007).

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1980) conceituou as populações remanescentes de quilombos denominando-as de “terras de preto”, conforme são tratadas algumas comunidades quilombolas:

As denominadas **terras de preto** compreendem domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, às famílias de ex-escravos, a partir da desagregação de grandes propriedades monocultoras. Os descendentes de tais famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha e sem delas se apoderar individualmente (IBGE, 1980).

Um dos principais grupos de populações tradicionais presentes no município de Oriximiná, ao longo dos rios Trombetas e Erepecuru, são os remanescentes de quilombos. E no final do século XVIII já havia registro das primeiras formações indígenas e quilombolas na região. A partir de 1836, após a Cabanagem no Pará, houve um processo de intensificação das fugas de escravos das fazendas da região, onde atualmente estão localizados os municípios de Santarém, Óbidos, Faro, Aveiro, Alenquer, Monte Alegre e Oriximiná, ocupando as Cachoeiras do Curuá, Alto Trombetas e Erepecuru (Cuminá). As primeiras informações sobre a formação de agrupamentos e fugas no Baixo Amazonas mencionavam que estas estavam subordinadas à expansão da cultura do cacau e à importação de escravos, tendo como destino a região do rio Curuá. Alenquer surgiu como local de procedência dos escravos, sendo uma passagem obrigatória para os negros vindos de Monte Alegre, Santarém e Gurupá. A partir de 1820, com o apoio dos índios, estes acabaram se estabelecendo ao

longo do rio Trombetas, onde levantavam suas palhoças, longe das vistas dos “brancos” ou ainda, no interior dos lagos (ACEVEDO & CASTRO, 1998).

Documentos oficiais da época alertavam para o grande número de fugas individuais ou coletivas que ocorriam na época de inverno. Esse período garantia aos escravos grande mobilidade pelos rios e igarapés, particularmente entre os meses de janeiro a maio, quando o Amazonas está cheio ou quando “*é tempo de festa, tempo de cheias, tempo de castanha, este era o tempo de fuga*” (FUNES, 2004).

Já no final do século XIX, após a abolição da escravatura, alguns quilombolas desceram o rio Trombetas, formando vários núcleos, que continuaram a crescer. Houve aglomeração em pequenas vilas normalmente localizadas nas partes altas das margens dos rios, em terra firme, onde estariam longe das enchentes, em lugares estratégicos, às vezes invisíveis aos olhares daqueles que passavam pelos rios. Esses quilombos se estabeleceram ao longo das margens do rio Trombetas, em igarapés, lagos, constituindo pequenos quilombos, como Mocambo, Conceição, Macaxeira, e Moura ou em comunidades maiores, como de Cachoeira Porteira, Tapagem, Abuí, Jacaré, Mãe-Cué, Juquiri, Erepecú e Moura (FUNES, 2000).

Essas populações possuem forte relação com a natureza, notadamente para a construção e uso de utensílios domésticos, produzidos a partir de fibras vegetais, além da utilização de óleos, essências, tendo influência indígena em vários aspectos, bem como, em sua alimentação, no consumo de quelônios, carne, ovos, pescados, da caça, do consumo da batata-doce e da extração de castanha. Sua agricultura é baseada em pequenas roças individuais onde são cultivados mandioca, milho, arroz, pimenta, abóbora, cana-de-açúcar, feijão e frutas variadas. A pesca é uma das atividades mais importantes para estes grupos, sendo as espécies pescadas mais comuns o tucunaré e o pacu (ARQMO, informação verbal²⁷).

Algumas comunidades de remanescentes de quilombos habitam a REBIO e coletam castanhas na área há mais de um século (ACEVEDO & CASTRO, 1998). Na área mais acessível, ao sul da UC, ficam vários castanhais e comunidades localizados principalmente às margens do Lago Erepecu, do Lago Arrozal e Lago Araçá. Na área do Erepecu, vários castanhais formam extensas áreas quase que contínuas. As castanheiras da região do Trombetas, especialmente as do Erepecu e Acapu, são conhecidas por produzirem ouriços de grandes dimensões e sementes grandes (BRASIL, 2004).

²⁷ Informações obtidas através de conversa informal na sede da Associação de Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – ARQMO, em Agosto de 2007.

Além da extração da castanha-do-pará, as populações quilombolas utilizam outros produtos oriundos das matas, empregados na construção de moradias, utensílios domésticos, caça, pesca, alimentação e saúde. Entre os principais produtos, destacam-se: os cipós timbó (*Heteropsis jenmanii*) e ambé (*Plilodendron sp*); as palmeiras paxiubinha (*Socratea exorrhiza*), ubim (*Geonoma deversa*) e inajá (*Maximiliana maripa Aublet Drude*); além dos óleos de copaíba (*Copaifera sp*), andiroba (*Carapa guianensis Aubl.*), cumaru (*Dipteryx odorata*) e pequiá (*Caryocar villosum*); frutas como bacaba (*Oenocarpus bacaba*) e açaí (*Euterpe oleracea*); e resinas, a exemplo do breu (*Protium heptaphyllum*) (ACEVEDO & CASTRO, 1998).

A caça, embora proibida pela lei de Lei 5.197/67 (Lei de Proteção à Fauna Silvestre) e considerada como crime ambiental pela 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais), ainda é amplamente praticada na região e compõe a dieta alimentar, notadamente em períodos de coleta de castanha. De acordo com alguns moradores locais, as espécies mais consumidas são a cotia (*Dasyprocta aguti*), a paca (*Agouti paca*), anta (*Tapirus terrestris*), veado (*Mazama americana*), queixada (*Tayassu pecari*), tatu (*Priodontes giganteus*), jabuti (*Geochelone carbonária*), espécies de macacos e algumas espécies de aves.

Em várias comunidades a sobrevivência das famílias é complementada através de outros ganhos, como salário de aposentadoria, pensões, serviços comunitários remunerados pela prefeitura, como professores, serventes, técnicos de serviços gerais, transporte de comunitários, além das atividades comerciais e outros serviços desenvolvidos pelos comunitários. Os quilombolas se adaptaram às condições ecológicas da região, adequando-se aos diversos recursos alimentícios e suas sazonalidades, construindo, gradativamente, um calendário extrativo. No sentido de possibilitar sua reprodução, se organizaram de forma coletiva no uso e na apropriação da terra, fixadas por leis socialmente construídas. Deste modo, constroem uma identidade por meio das práticas, concepções e princípios comuns (ACEVEDO E CASTRO, *op.cit.*).

A partir da década de 1970 se iniciou o processo de incorporação territorial das políticas públicas em nível federal na região da bacia do rio Trombetas (Oriximiná-PA), quando da chegada da Mineração Rio do Norte (1976) e, mais tarde a instalação do IBDF (que se tornaria IBAMA, e atualmente ICMBio), com a criação da REBIO do rio Trombetas (1979) e da FLONA Saracá Taquera (1989), desencadeando uma série de

conflitos devido à reconfiguração territorial que ali se estabeleceu, conforme descrito por Wanderley (2005) (Figura 9) :

Desde 1976, quando intensificou o processo de institucionalização espacial capitalista, por meio da chegada de novos atores transformadores das relações de poder, dentre esses a empresa Mineração Rio do Norte, os agentes de regulação ambiental e os diversos segmentos estatais foram se modificando os limites, as normas e as regras de direito e uso do território no Trombetas (WANDERLEY, 2005:1).

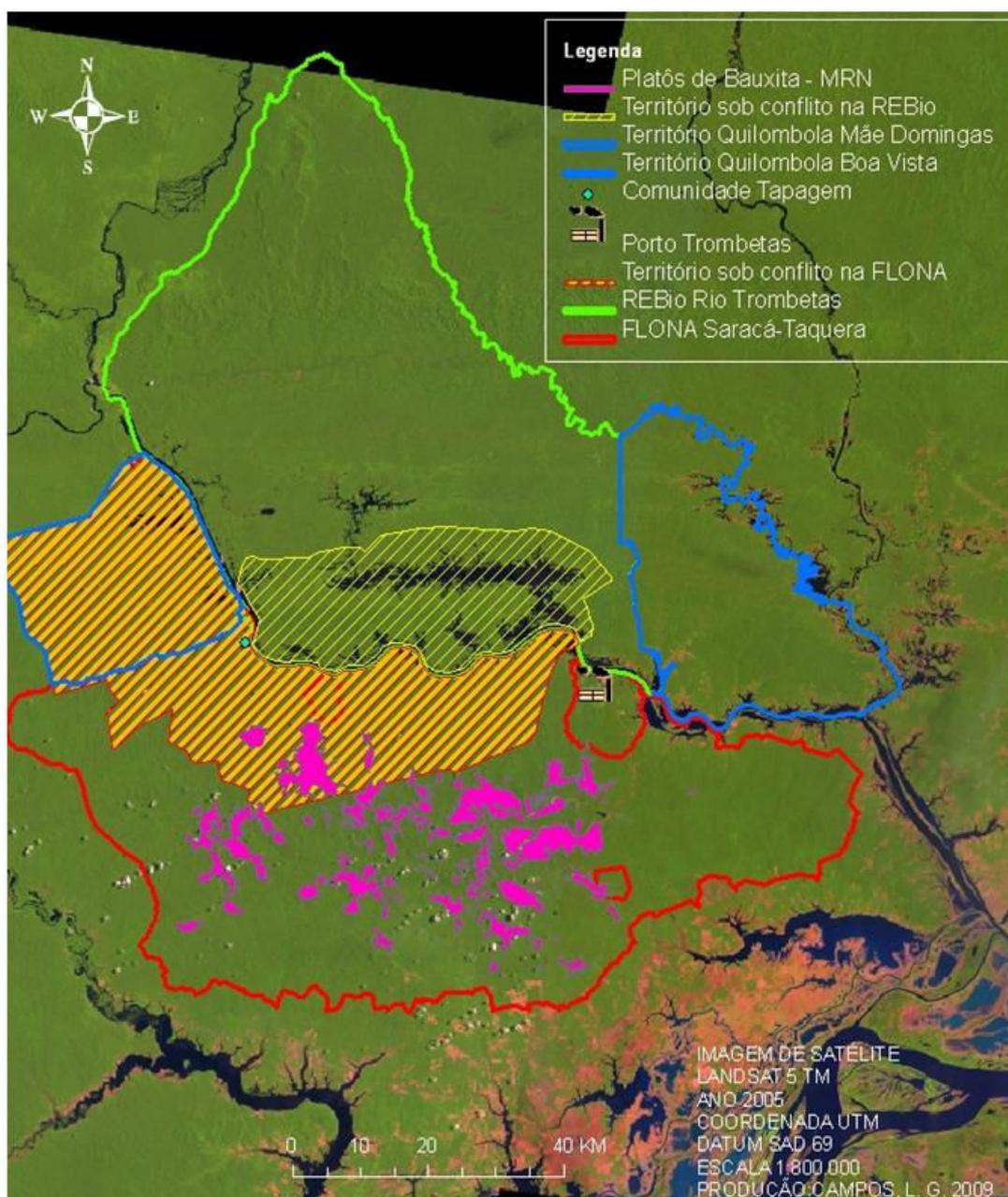


Figura 09: Territorialidades e territórios em disputa: territórios quilombolas titulados, FLONA Saracá-Taquera, REBIO Trombetas, Porto Trombetas e platôs com Bauxita.

É importante enfatizar que nos últimos vinte anos, os descendentes de africanos, em todo o território nacional, organizados em Associações Quilombolas, reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade (LEITE, 1996).

No município de Oriximiná, a luta pelos direitos dos quilombolas se institucionalizou com a criação da Associação de Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO) em 1989. De acordo com representantes da ARQMO, no município de Oriximiná, existem cerca de 33 comunidades localizadas ao longo dos rios Trombetas, Erepecuru, Cuminá e Acapu, sendo que 11 comunidades de remanescentes de quilombos estão situadas nas duas unidades de conservação ambiental federais que ocupam parte do território do município – FLONA Saracá-Taquera e REBIO do Rio Trombetas (BRASIL, 2004).

No processo de formação de populações remanescentes de quilombos no município de Oriximiná e micro-região alto rio Trombetas, desde a fuga dos escravos, uma relação de parceria se estabeleceu entre os índios e os quilombolas. Os quilombos não só reuniam negros fugidos, mas índios e foros. Essa miscigenação étnica se reverte atualmente nas diversas facetas culturais, assim como na conformação fisionômica dos descendentes de quilombos (*Idem*).

Os quilombos do Baixo Amazonas tiveram papel importante na construção da territorialidade amazônica, não só do ponto de vista político, mas também econômico e social, pelo nível de desenvolvimento que alcançaram, ao realizar intercâmbios, o que lhes conferiu uma consideração especial entre os quilombos da Amazônia e em relação aos do Nordeste. O Quilombo de Trombetas chegou a reunir mais de dois mil quilombolas nas proximidades da região de Óbidos no fim do século XVIII (SIQUEIRA, 2007).

Neste sentido, observa-se a concepção de natureza dos remanescentes de quilombos quase que totalmente vinculada a apropriação essencialmente voltada a aspectos de vivência e utilização para fins de subsistência dos recursos naturais na região do alto rio Trombetas.

4.2 Visões quilombolas sobre a dinâmica de gestão e utilização dos recursos naturais

Como forma de possibilitar a apreensão de percepções dos remanescentes de quilombos relativas ao modo de interação dos atores locais com os recursos naturais da região, utilizamos informações obtidas em gravações de conversas, entrevistas semi-estruturadas e não-estruturadas, técnicas de Sondeio, além do uso de uma ferramenta de diagnóstico rápido participativo (DRP) conhecida como “Diagrama de Venn” junto aos comunitários do quilombo Tapagem (FARIA & NETO, 2006).

O “diagrama de Venn” vem sendo utilizado por muitos pesquisadores na área de interação entre distintos atores com relação à gestão de áreas protegidas, pois possibilita a identificação de grupos e suas inter-relações e facilita a aquisição de informações exploratórias, permitindo a formação de uma visão geral das relações entre os mesmos. Esta ferramenta é originária da matemática de conjuntos que foi adaptada para representar as relações entre os diferentes grupos de uma sociedade.

Entre os trabalhos de campo realizados, houve um período de 17 dias corridos no qual foi possível vivenciar o modo de vida de remanescentes de quilombos da comunidade Tapagem. Nesse período foi realizada durante um dia a oficina de confecção do diagrama de Venn.

Se buscou produzir um diagrama de círculos com 5 tamanhos diferentes (Figura 10), de forma a representar cada ator social e as relações existentes entre eles. Cada círculo representou, através dos nomes escolhidos e colocados em cada círculo, os grupos considerados relevantes quanto à gestão e utilização de recursos naturais na região do alto rio Trombetas. O tamanho do círculo representou o poder do referido grupo, ou seja, sua capacidade efetiva de atingir seus objetivos.



Figura 10: Início da oficina com o diagrama de Venn.

A distância entre os círculos representou o grau de proximidade da relação entre os referidos grupos com respeito aos objetivos da utilização dos recursos naturais. Se estes são parceiros e colaboradores estarão próximos, podendo até se sobrepor um ao outro, parcial ou integralmente. Se os grupos possuem objetivos, concepções e/ou práticas diferentes, contrastantes ou antagônicas, isso estará representado pela menor ou maior distância entre os círculos.

A execução do diagrama de Venn com os comunitários se iniciou na escolha do local da prática, sendo selecionado para este fim o galpão de atividades produtivas, culturais e religiosas por este estar localizado na ilha principal onde ocorre uma aglomeração de pessoas, principalmente nos finais de semana, onde são realizadas reuniões religiosas, festas, atividades esportivas e outros tipos de socialização. Durante a prática estiveram presente cerca de 30 comunitários, sendo que em diferentes momentos este número oscilou. Antes do início das atividades foram realizados exercícios para descontração e foram fornecidas explicações relativas ao objetivo da oficina.

A oficina se iniciou com uma pergunta que orientou a prática: “quais são os grupos formais e informais que utilizam os recursos naturais da região do alto Trombetas?”. Os principais atores envolvidos nesse exercício foram: Comunidade Tapagem, Associação Mãe

Domingas (AMD), Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), Mineração Rio do Norte (MRN), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – na época ainda com o nome de IBAMA - e a Prefeitura de Oriximiná.

Para cada grupo, foi definido o tamanho de círculo que dimensiona o poder de atuação daquele grupo. Dos tamanhos de círculo de 1 a 5 a AMD e a comunidade Tapagem foram identificados com o menor círculo (1), a ARQMO com o círculo de número 2, a Prefeitura com o círculo de número 3, o IBAMA com o círculo de número 4 e a MRN ficou com o maior círculo, de número 5.

Para o primeiro grupo a ser representado os participantes tiveram como parâmetro os 5 tamanhos apresentados. Para os demais, os participantes observaram os tamanhos que foram sendo dados aos grupos já representados, a fim de estabelecer uma representação visual coerente com a análise. Foi feito um círculo representando toda a área de influência em questão (Figura 11). Colocou-se no seu centro o tema “Recursos naturais” por ser acordado entre os comunitários que este seria o tema que mais aproxima os diversos atores e, a partir daí, posicionaram os círculos em relação a esse centro definindo as inter-relações através de perguntas norteadoras.



Figura 11: Processo de construção dos diagramas.

Propôs-se ao grupo que a distância entre os círculos representasse a relação existente entre os respectivos grupos de acordo com duas questões principais que geraram dois diagramas. O primeiro representou o poder dos atores no tocante a capacidade de atingir seus objetivos na gestão e utilização dos recursos naturais (diagrama 1) e o segundo tratou de representar o grau de proximidade dos atores citados quanto à gestão e utilização dos recursos naturais com a comunidade Tapagem (diagrama 2).

No desenvolver da oficina, diversas perguntas foram feitas para auxiliar o processo de construção do diagrama como: Tal situação sempre foi assim?; Qual é a perspectiva futura de modificação desta configuração? e O que poderia ser feito para modificar estas situações? Uma série de questões e conhecimentos advindos dos participantes foram colocadas e os desenhos tiveram sua configuração final formada (Figura 12 e 13).

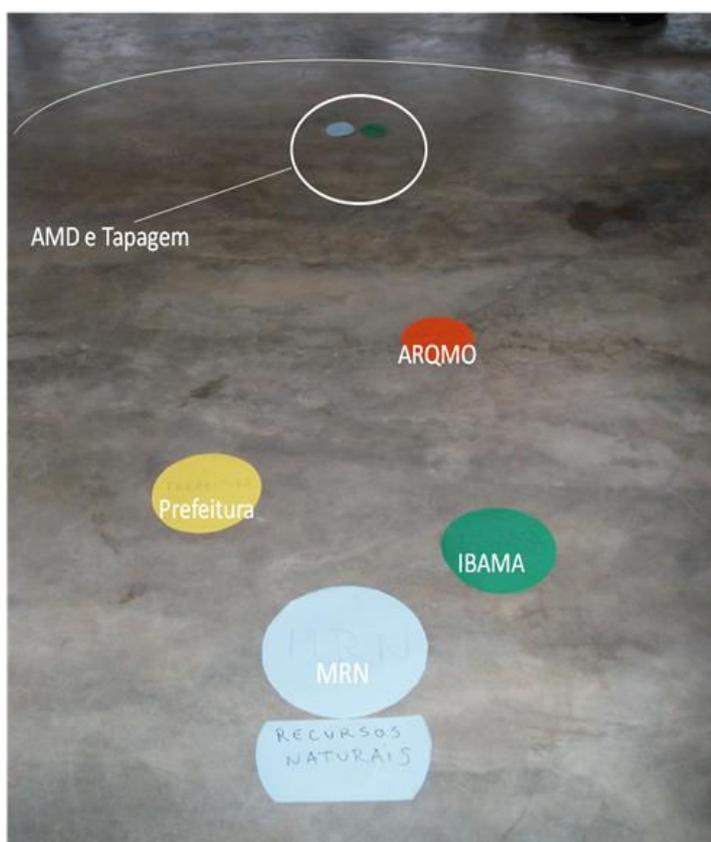


Figura 12: Diagrama 1 de proximidade dos objetivos e poder relacionados a gestão e utilização dos recursos naturais.

Com relação ao diagrama 1 observou-se uma hierarquia bem definida, na qual os comunitários relataram ser esta a configuração a partir da década de 1970 até o momento presente. Nesta configuração, o círculo da MRN se encontra praticamente tangenciada ao de recursos naturais, o IBAMA vem com pelo menos o dobro de distanciamento em relação a MRN, a Prefeitura aparece mais distante que o IBAMA, a ARQMO já se posiciona bastante distante da Prefeitura e por último a AMD e a Tapagem se localizam juntas quase no limite da área de influência.

Esta configuração assim foi justificada pelos comunitários:

- MRN – Alto grau de poder financeiro e por esta razão “conseguiu transformar uma floresta numa cidade” e ser apoiada pela prefeitura e IBAMA;
- IBAMA – No início através do IBDF usava de muita violência²⁸ para legitimar a nova configuração territorial da região com a criação de duas novas unidades de conservação e depois com iniciativas cada vez mais restritivas quanto às práticas de utilização dos recursos pelos quilombolas, até os dias atuais;
- Prefeitura – Possui pouca capacidade de transformação na região, porém ainda se encontra mais fortemente relacionada com a comunidade que a associação e as outras comunidades;
- ARQMO – Representar todas as associações menores e as comunidades se encontram a frente das mesmas, porém não vem colaborando nas atividades de gestão e utilização dos recursos;
- AMD – A AMD é uma associação de um pequeno grupo de comunidades do alto rio Trombetas e se encontra muito fragmentada e distanciada das decisões que envolvem as comunidades com relação à ARQMO;
- Tapagem – A comunidade Tapagem se localiza muito distante da cidade e, por isso, não vem participando de forma ativa das atividades das associações, além de observarem diversas divergências internas relativas a estas associações.

Como forma de fornecer mais subsídios à organização destes conhecimentos, foi construído uma tabela que retratasse na escala de 0 a 5 estas relações. Nesta tabela incluímos a AMD e a Tapagem como grupos representados pela ARQMO, tendo em vista a identificação pelos comunitários quanto aos objetivos comuns desses grupos (Tabela 1):

²⁸ Relatos de quilombolas retrataram diversos tipos de violência como expulsão de suas casas, apreensão de alimentos já preparados para o consumo e espancamentos.

Tabela 01: Poder de conservação e degradação e interesse na questão.

Capacidade de atingir seu objetivo / poder quanto a gestão e utilização dos recursos naturais (Grau de 0-5)				
GRUPO(atores)	Interesse na questão	Poder global	Poder de degradação	Poder de conservação
ARQMO	5	0	0 a 1	3
IBAMA	3	2	0	3
MRN	5	5	5	1
PREFEITURA	2	1	0 a 1	0 a 1

É interessante observar que o maior interesse na questão da utilização dos recursos naturais foi atribuído a ARQMO e a MRN, porém o poder global foi atribuído a MRN e em parte ao IBAMA. A MRN também foi citada como a principal causadora de degradação na região. Já a capacidade de conservação foi dividida entre o IBAMA e a ARQMO, demonstrando o reconhecimento dos mesmos das ações de conservação do órgão ambiental.

O diagrama 2, que buscou retratar a proximidade dos atores quanto à gestão e utilização dos recursos com a comunidade Tapagem teve a seguinte configuração (Figura 13).



Figura 13: Definição e posição final do diagrama 2 de proximidade dos atores quanto a gestão e utilização de recursos com a comunidade Tapagem.

O diagrama 2 revelou alguns conhecimentos a partir da questão: “Qual é o grau de proximidade quanto à gestão e utilização dos recursos entre: ARQMO/PREFEITURA, ARQMO²⁹/IBAMA e ARQMO/MRN? Estes podem ser observados no Quadro 2.:

Quadro 02: Relação entre os atores relevantes e a ARQMO	
ATORES	SITUAÇÃO
ARQMO/PREFEITURA	Considerados os mais próximos pelas pequenas ofertas de serviço como o transporte semanal para o centro do município e combustível para a geração de eletricidade durante poucas horas do dia
ARQMO/IBAMA	Considerados mais próximos atualmente. Porém, observa-se um esforço quanto a aproximação do, atualmente, ICMBio com as comunidades do interior e entorno da FLONA Saracá-Taquera e da REBIO do rio Trombetas confirmadas através do “acordo da castanha ³⁰ ”, de algumas oficinas de conscientização ambiental, da soltura de filhotes de tartaruga e etc.
ARQMO/MRN	Considerados distantes, mas com algumas aproximações no que diz respeito a oferta de alguns serviços de saúde como o projeto Fundação Esperança e pequenos projetos de fomento produtivo

Ao final da oficina os comunitários reforçaram a informação sobre a grande ausência de projetos de auxílio para a gestão, conservação e utilização dos recursos naturais por todos os atores sociais relacionados à comunidade. Com base nas informações produzidas, podemos inferir que há um longo caminho para que os diferentes atores da região se integrem em ações coletivas, para a gestão dos recursos naturais locais e auxílios mútuos, observando-se os objetivos individuais de cada grupo sem prejuízo dos interesses coletivos.

No entanto, a metodologia empregada possibilitou a criação de um espaço de diálogo entre os comunitários que se inclinou para a construção e sistematização de informações sobre a apreensão de percepções dos remanescentes de quilombos relativas ao modo de interação dos atores locais com os recursos naturais da região de forma participativa. Porém, se por um lado a metodologia permitiu o fomento ao diálogo, por outro lado observou-se que a inclusão dos outros atores sociais junto às populações tradicionais no espaço de diálogo criado poderia potencializar os resultados sobre o entendimento que cada ator local possui sobre o tema, otimizando os processos de gestão participativa nas UCs gerenciadas pelo ICMBio na região.

²⁹ Neste caso também a ARQMO vem representando também a comunidade Tapagem.

³⁰ O acordo da castanha é uma iniciativa firmada há alguns anos que permite a entrada dos quilombolas nas áreas com maior concentração de castanhas dentro da REBIO do rio Trombetas durante os meses de janeiro a maio.

5. MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DO USO DOS RECURSOS: interpretando as percepções a partir dos quilombolas da Tapagem

Reconhecendo o conhecimento das populações tradicionais como um conhecimento legítimo, buscamos trabalhar com o etnoconhecimento quilombola materializado através do mapeamento participativo e do mapa êmico como um instrumento que, se por um lado evidenciam a forma como os remanescentes de quilombo da comunidade Tapagem percebem o ambiente vivido, por outro aproxima distintos conhecimentos para gestão participativa da biodiversidade na região.

Busca-se neste caso discutir a relevância da inserção das concepções de natureza das populações tradicionais – concentrando o foco especialmente nos remanescentes de quilombos – com seus conhecimentos empíricos na elaboração de estratégias e ações conservacionistas.

Segundo Diegues & Arruda (2001), essas populações tem características em comum, utilizando de técnicas de manejo de recursos naturais de baixo impacto, modos equitativos de organização social, com instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e traços culturais peculiares, que são seletivamente reafirmados e reelaborados. Além disso, esses grupos têm, em comum, o interesse em manter ou em recuperar o controle sobre o território que vivenciam. Mas, acima de tudo, estão dispostos a uma negociação: em troca do controle sobre o território, comprometem-se a prestar serviços ambientais.

5.1 Quilombolas dos rios e matas: dimensões perceptivas da territorialidade

Neste ítem buscou-se a caracterização da comunidade escolhida como foco de estudo – seu modo de vida, percepção e formas de utilização dos recursos naturais – a partir de busca bibliográfica, pesquisa e análise documental, juntamente com os dados obtidos *in lócus* com o auxílio de técnicas de Sondeio – PESA (GARRAFIEL, 1999).

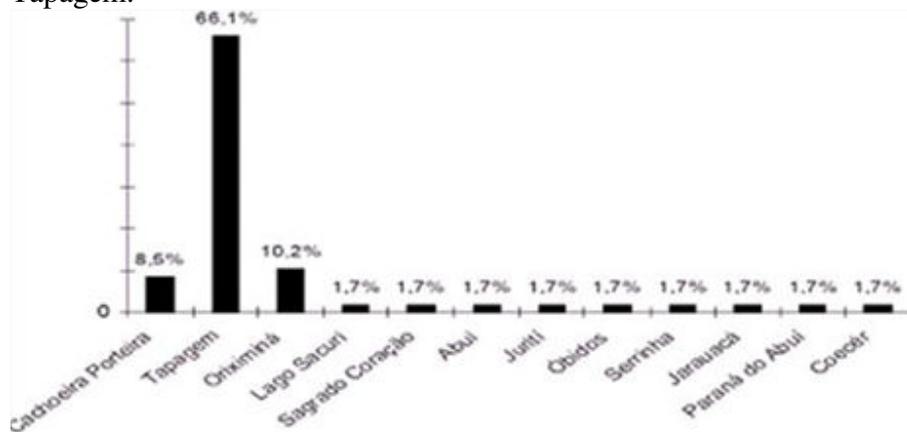
5.1.1 Comunidade Tapagem: pioneirismo dos mocambos no Alto Trombetas

Dentre as diversas categorias de populações tradicionais no contexto do município de Oriximiná, observa-se populações que são reconhecidas no local enquanto remanescentes de quilombos. Nessa região ocorrem 33 comunidades descendentes de quilombos, distribuídas ao longo dos rios Trombetas, Erepecuru, Cuminã e Acapu. Esta população é constituída pelos descendentes de escravos que, no século XVIII e XIX, fugiram dos cacoads, das fazendas e de propriedades dos senhores de Óbidos, Santarém, Alenquer e Belém. Essas comunidades vivenciam o conflito com as invasões as suas terras a partir da década de 1970, intensificadas e representadas principalmente por empreendimentos privados e estatais, com a instalação emblemática da MRN – que ocupou parte do território –, a criação da REBIO do Rio Trombetas e da FLONA Saracá-Taquera – que impediram o acesso aos principais castanhais e implaram uma série de restrições ao acesso de recursos naturais –, a edificação pela Eletronorte de uma vila para a implantação da Hidroelétrica de Cachoeira Porteira, assim como a evolução da pecuária extensiva. De acordo com Acevedo & Castro:

O quilombo enquanto categoria histórica detém um significado relevante e na atualidade é objeto de uma reinterpretação jurídica quando empregado para legitimar reivindicações pelo território dos ancestrais por parte dos denominados remanescentes de quilombos. As ações políticas movidas por esses camponeses na Amazônia, centradas na reivindicação de permanência na terra, têm destaque. Para esses grupos rurais a continuidade no território encontra-se ameaçada por freqüentes invasões e expropriações por parte de empresas e do poder público. O território é condição de existência, de sobrevivência física para esses grupos negros do Trombetas que compartilham da mesma origem e elaboram uma unidade: de ser remanescentes de quilombos, com a qual estão identificados e são identificáveis por outros (ACEVEDO & CASTRO, 1998: 10-11).

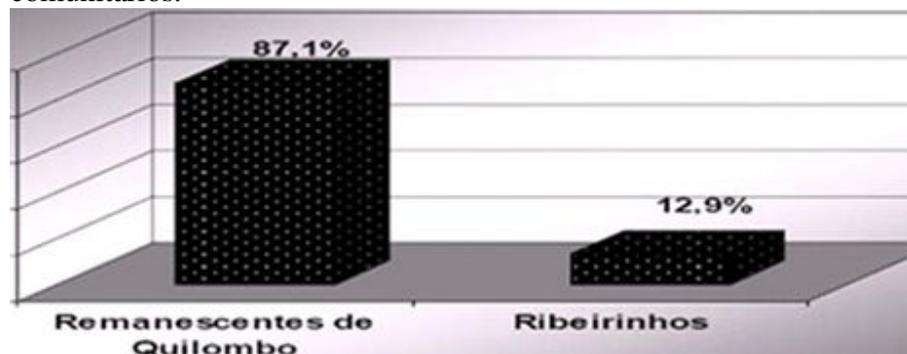
Uma das primeiras comunidades de remanescentes de quilombos a se estabelecer à jusante de Cachoeira Porteira, ao longo do rio Trombetas, na micro-região do alto rio Trombetas, foi a comunidade reconhecida como Tapagem (Figura 14). Esta comunidade é formada por negros provenientes, em sua maioria (Vide figura 16) da descendência de negros escravos foragidos, entre o final do século XVIII e o século XIX no alto rio Trombetas, além de caboclos ribeirinhos da região do vale do rio Trombetas (Figura 15).

Figura 15: Porcentagem das localidades de origem dos comunitários da Tapagem.



FONTE: BRASIL, 2006.

Figura 16: Porcentagem da auto-identificação étnica por parte dos comunitários.



FONTE: BRASIL, 2006.

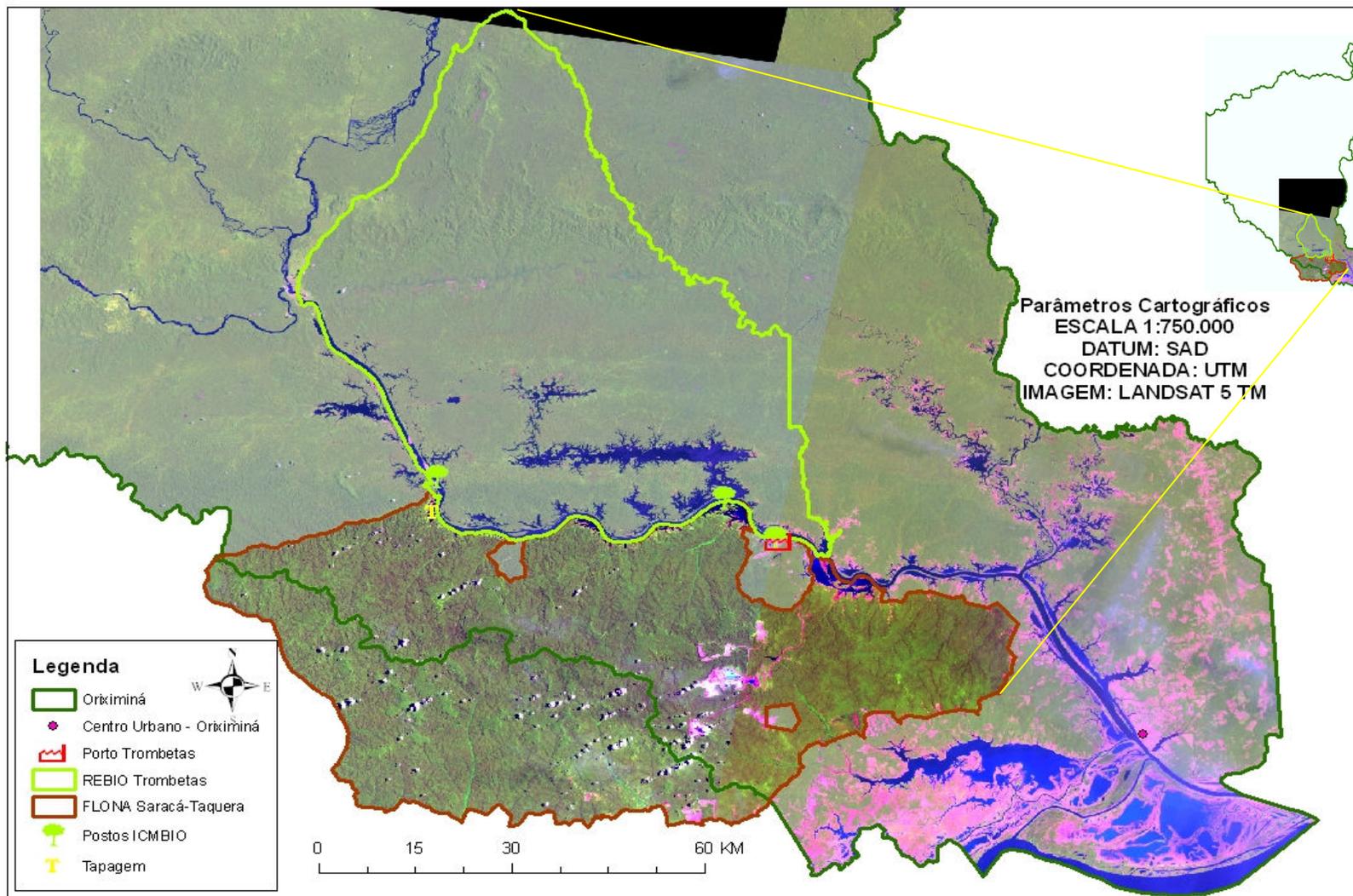


Figura 14: Localização da comunidade remanescente de quilombo Tapagem e sua inserção espacial no Município de Oriximiná, REBIO Trombetas e FLONA Saracá-Taquera.

Na margem direita do rio Trombetas, em seu alto curso, há o lago da Tapaginha e o lago grande da Tapagem. Neste último onde se observa uma ilha que comporta o barracão e a cozinha comunitária, a igreja, o campo de futebol, a base de comunicação inter-comunitária via radiofrequência e o único telefone público via satélite. Atualmente sua população é de 316 pessoas, subdivididas em 55 famílias, sendo 14 na ilha acima referida e 41 dispersas nas margens destes dois lagos e do rio Trombetas.

A situação fundiária que a comunidade Tapagem vivencia é bastante problemática, pois atualmente possui parte de seu território³¹ de uso e ocupação pertencente à REBIO do Rio Trombetas³² e à FLONA Saracá-Taquera³³ e um trecho com reconhecimento de domínio do Governo do Estado do Pará³⁴(Figura 17).

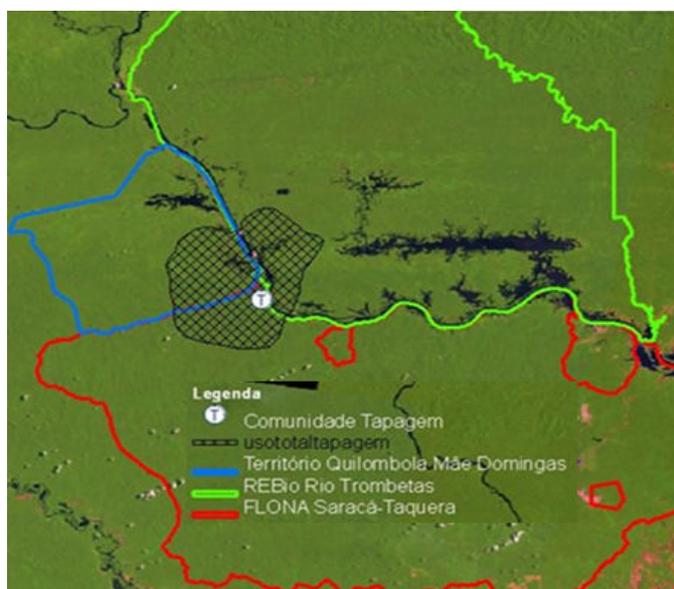


Figura 17: Localização da comunidade em relação aos territórios vizinhos.

³¹ A região ocupada pelo núcleo da comunidade da Tapagem pertence oficialmente a FLONA Saracá-Taquera. A partir da localidade um pouco acima da ilha central, a contar da saída do lago grande Tapagem, no sentido montante do Trombetas, indo para o lago do comprido e do redondo inicia a área titulada com “Reconhecimento de Domínio Coletivo” sob a posse da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos Mãe Domingas da Região do “Alto Trombetas I” (Abuí, Paraná do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração de Jesus e Mãe Cué). Todas essas comunidades possuem o direito de uso da região, porém cada comunidade tem sua área da atuação específica de acordo com sua localização, observando-se ainda algumas áreas de uso comum dos recursos naturais como o lago do Jacaré e o Lago do Farias.

³² Decreto Federal 84.018, de 21/09/1979.

³³ Decreto Federal 98.704, de 27/12/1989.

³⁴ Governo do Pará. Decreto nº 5.273, de 3 de maio de 2002.

A partir da década de 1980, com as demandas advindas das pressões sobre seus territórios tradicionalmente ocupados, este grupo cria a Associação de Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO) e, mais adiante, por sua subdivisão: a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos Mãe Domingas, que comporta as comunidades Abuí, Paraná do Abuí, Sagrado Coração, Mãe Cué e Tapagem, localizadas na micro-região do alto rio Trombetas.

Com a criação da ARQMO, a luta pelos direitos dos quilombolas se institucionalizou. De acordo com seus representantes, no município de Oriximiná, das 33 comunidades remanescentes de quilombos localizadas ao longo dos rios Trombetas, Erepecuru, Cuminá e Acapu, 11 estão situadas nas duas unidades de conservação ambiental federal que ocupam parte do território do município citadas anteriormente (BRASIL, 2004).

A partir das informações e observações de campo podemos inferir que a comunidade Tapagem, enquanto remanescente de quilombo, possui forte relação com o ambiente em que vive. Relaciona-se com o mesmo, não só pela dependência dos recursos naturais para subsistência mas também por sua consolidada identidade territorial e suas construções simbólicas e religiosas.

5.2 Etnomapeamento êmico do meio vivido e dos recursos naturais

Os mapas êmicos (mentais), ou seja, aqueles realizados a partir do conhecimento cognitivo buscam garantir uma participação local, na formação de um quadro de referências para coletar e analisar as informações, dispor de dados qualitativos, além de facilitar a comunicação entre o pesquisador e as comunidades pesquisadas, por serem os mapas uma forma de linguagem muito antiga e de fácil assimilação (SHIMIDT, 2001).

Esta etapa teve como principal objetivo a construção de um mapa êmico-participativo (Figura 18) e de um mapa georreferenciado elaborado integralmente pela comunidade, que contemplasse o seu raio de atuação, seja nas atividades de caça, pesca ou coleta, evidenciando seus territórios vividos e servindo de balizamento para futuros projetos de desenvolvimento, valorizando seus conhecimentos culturalmente adquiridos, através da espacialização de suas concepções de natureza e seus respectivos territórios.



Figura 18: Quilombolas expondo seu mapa êmico-participativo.

Além disso, o mapa êmico pode servir para instrumentalizar as comunidades para possíveis projetos que elas venham a elaborar; valorizar o conhecimento tradicional sobre seu território como forma de resgate cultural; compreender a representação espacial, relacionando-a com a cultura local; subsidiar processos socioeducativos e espacializar as “riquezas” de modo que as autoridades se interessem em auxiliar sua exploração e manejo de modo sustentável, guardando a autonomia e estimulando o processo emancipatório da comunidade.

Para a confecção do mapa êmico foram realizadas duas oficinas. A primeira oficina, realizada no barracão da comunidade teve duração de 4 horas e contou com a presença de cerca de trinta pessoas, entre jovens, adultos e idosos de ambos os sexos. Foi também conduzida uma reunião com a comunidade Tapagem a fim de explicar os objetivos do projeto, o conceito de mapas, a importância das escalas gráficas, das imagens de satélite e a utilização dos mesmos no manejo de recursos naturais, na identificação dos conflitos territoriais e na definição de propostas e prioridades locais. Essa etapa foi provavelmente uma das mais importantes do processo, pois nela foi enfatizada a relevância da troca de conhecimentos entre os participantes da oficina e todas as dúvidas foram esclarecidas quanto ao andamento e a importância da pesquisa.

Após os esclarecimentos iniciais foi dado início ao processo de mapeamento êmico com a confecção de um rascunho em um quadro negro (Figura 19), uma vez que esta etapa facilita a realização de possíveis correções ao longo da oficina.



Figura 19: Execução do rascunho do mapa êmico no quadro negro.

Este exercício se mostrou complexo, pois, conforme já discutido por Tuan (1980), a construção desta interpretação sobre a natureza parte da inter-relação entre percepções dos indivíduos e referenciais coletivos, subsidiados pelas informações captadas do ambiente.

O primeiro mapa, após a avaliação coletiva feita pelos comunitários ao final da oficina foi considerado um “rascunho”, levantando-se a possibilidade da realização de um mapa efetivo.

Na manhã seguinte à primeira oficina, iniciamos a construção do mapa êmico efetivo. A segunda oficina de confecção do mapa contou com a presença de trinta pessoas e o trabalho teve duração de três dias (das 8hs às 18hs), devido ao forte engajamento dos comunitários para realizar o trabalho com o maior detalhamento que poderiam oferecer.

Após o término do rascunho do mapa no quadro negro, foi iniciada a oficina de desenho em uma folha de papel 40 quilos, que corresponde a duas cartolinas juntas. Esta etapa foi fundamental para conhecer a percepção do ambiente na visão coletiva dos comunitários, com os desenhos baseados na temática área de vivência e utilização dos recursos naturais pelos quilombolas (Figura 20).



Figura 20: Destaques do mapa êmico-participativo: 1- Onça pintada e cobra; 2- Ave Jacamim e tatu; 3- Quilombola coletando castanha; 4- Bando de macacos-aranha, ave Jacú e porco do mato; 5- Porco do mato e Anta; 6- Araras; 7- Roçado; 8- Concentração de peixes eu um lago próximo; 9- Açaizal.

Para este momento foi disponibilizado material de desenho tais como: lápis colorido, giz de cera, lápis comum, borracha e apontador. Foi importante, nesta fase, o cuidado do pesquisador para que não influenciasse na forma ou no conteúdo do desenho, pois ao longo do processo surgiram muitas dúvidas e perguntas.

Decorrido algum tempo de oficina, alguns comunitários solicitaram um novo material à fim de complementar o primeiro papel 40 quilos, devido à sua prévia percepção com relação à dimensão escalar do desenho, observando a necessidade de maior área para a representação de seu território.

O trabalho contou com todos os segmentos da comunidade, porém cada um com uma função. Os homens idosos indicavam as diretrizes para a construção do mapa como direções de rios e trilhas, localização de castanhais e áreas de concentração de peixe, dimensões de áreas, etc. Os homens adultos grafavam as linhas principais do mapa – sempre através das mãos do “mapeador” eleito – e indicavam para as mulheres e crianças as áreas e os animais que deveriam ser encontrados. As mulheres e crianças tiveram a função de desenhar os atributos do mapa.

O mapa êmico da área vivida e dos recursos naturais utilizados pelos remanescentes de quilombo da Tapagem (Figura 22) apresenta assim, na forma representativa, uma série de informações de aspecto geográfico, cultural e biológico. Do ponto de vista geográfico, o mapa êmico demonstra uma acurácia com respeito às formas e/ou aproximações dos rios, igarapés e ilhas (Figura 21).



Figura 21: Detalhe da delimitação da ilha principal da Tapagem.



Observa-se, ainda neste quesito, a identificação de uma série de toponímeas relativas aos acidentes geográficos, a áreas de concentração de castanheiras e aos lagos, rios, igarapés, e paranás.

Os aspectos culturais evidenciados dizem respeito às edificações presentes no cotidiano de sua área de trânsito como a igreja, o barracão comunitário, a escola, as casas, o IBAMA (sede tabuleiros), o cemitério, os barracões de apoio para a época de extração da castanha e os roçados (Figura 23). Além disso, alguns aspectos pontuais no mapa mental foram desenhados com maior destaque do que outros, seja no tamanho e/ou na quantidade.



Figura 23: Quilombola coletando castanha: destaque para o paneiro, a castanheira e seus ouriços.

As representações do ambiente envolve a diferenciação dos tipos de vegetação através do contraste de cores, algumas espécies desenhadas em destaque como a castanheira (*Bertholletia excelsa*) e o açazeiro (*Euterpe oleracea*), a concentração de espécies revelendo a densidade de um recurso em dado local. Um exemplo deste tipo de representação é a concentração de porco-do-mato (*Tayassu tajacu*), a anta (*Tapirus tapadus*) e do macaco-aranha (*Ateles paniscus*) nas margens do igarapé do Araçá (Figura 24).



Figura 24: Macacos-aranha, porcos-do-mato e as anta nas margens do Araçá.

Shmidt (2001), afirma que o mapa êmico pode ser importante instrumento em projetos etnoscience, “não somente pelas informações contidas referentes aos recursos naturais, mas também por todo um contexto cultural, que é um subsídio para futuras intervenções junto à comunidade, de modo que sejam mais próximas das expectativas e prioridades locais.

Deste modo, a partir da construção do mapa êmico podemos obter uma série de informações sobre a forma de percepção e apropriação do ambiente pelos remanescentes de quilombos, permitindo novas formas de aproximação entre os saberes de matrizes diferenciadas.

No quadro 03 é apresentado uma síntese de algumas informações obtidas.

Quadro 03	Categorias de informação geradas a partir do mapa êmico	Observações
1.	Tipos florestais	Diferenciação de cores entre diferentes extratos;
2.	Acidentes geográficos e edificações	Serra do Farias, Casas, Igreja, Barracão Comunitário, Barracão de extração, IBAMA e o Cemitério
3.	Identificação de Toponímeas	Rios, Lagos, Castanhais, etc.
4.	Diversidade biológica	3 espécies vegetais, 9 mamíferos, 18 peixes, 4 répteis, 4 aves
5.	Ilhas de recursos	18 áreas de concentração
6.	Significância cultural	Espécies mais retratadas

5.3 Etnomapeamento-participativo com auxílio de imagem de satélite

O presente ítem teve como objetivo a dissertação sobre a construção de mapeamentos, com base em imagens de satélite, porém elaborados à partir da percepção dos remanescentes de quilombos quanto seus territórios ocupados conforme suas utilizações.

Após a oficina de mapeamento êmico foi iniciada uma outra fase do trabalho. Ao longo de uma semana, respeitando o tempo local e os afazeres cotidianos, foram realizadas pequenas oficinas com diferentes grupos de comunitários de mapeamento participativo com base em imagem de satélite LANDSAT 5 TM. Nesta etapa, os participantes da oficina indicam uma pessoa para ser o “mapeador”, enquanto as outras o auxiliam através de suas interpretações visuais e conhecimentos prévios. Sobre a imagem georreferenciada no tamanho A3 colocou-se uma folha plástica transparente de mesmo tamanho, para que o mapeador pudesse grafar os diferentes espaços classificados conforme a utilização dos recursos naturais e seus limites. O objetivo desta etapa foi espacializar, na imagem de satélite, o uso dos recursos naturais. Durante esta fase surgem várias dúvidas quanto ao tipo de uso do espaço em algumas localidades da imagem, que são solucionadas à partir das observações de campo atreladas aos pontos georreferenciados. Nesse sentido, para cada recurso utilizado foi entregue uma folha transparente, para orientar a atividade a saber, as atividades de caça, pesca, agricultura, extrativismo de castanha-do-Pará, de recursos potenciais e a área total utilizada.

Ao final desta fase foram confrontadas as diferentes classificações atribuídas pelos grupos e foi realizada reunião para definir o mapa final relativo a cada aspecto analisado. Juntamente com essa fase, procedeu-se a aplicação de uma lista, em formato de tabela, com o objetivo de identificar os tipos de uso do solo, os recursos naturais existentes na localidade, o tipo de uso dos recursos (frequência e quantidade), o período do uso e as espécies de cada recurso apontado na lista. Esta etapa foi direcionada aos mais velhos, por serem estes os conhecedores do ambiente em que vivem há mais tempo, mas a participação dos jovens também foi importante para a complementação dos dados.

Após este exercício, os participantes do trabalho de mapeamento participativo se reuniram e chegaram a consensos sobre o produto final, além de construírem propostas para impulsionar e alavancar os potenciais identificados. Foi consenso a demanda por projetos de desenvolvimento local, levando em consideração os recursos existentes na área, assim como a identificação da

relevância de necessidade de apoio de outros agentes atuantes na região como o ICMBio, a Prefeitura de Oriximiná, as universidades e a MRN S.A.

5.3.1 Mapa de identificação de recursos utilizados

5.3.1.1 Extensão total do território utilizado

A carta-imagem (Figura 25) trata do mapeamento do território de uso total dos recursos naturais pelos comunitários da Tapagem. A partir da sobreposição dos territórios sob o domínio dos principais atores locais em um mapa é possível verificar a malha intrincada de territorialidades construídas na convivência em um ambiente comum aos quilombolas, ao ICMBio e à MRN.

Esta área corresponde aos ambientes declarados como utilizados pelos remanescentes de quilombos, no conjunto de suas práticas como a caça, pesca, extrativismo, criação de animais, agricultura, moradia e práticas culturais. O traçado da área geral de uso, por ter sido feito de forma independente das delimitações específicas de uso, permitiu a realização da análise comparativa com o somatório das áreas delimitadas, separadamente. Nesta comparação observa-se um aspecto que aumenta a confiabilidade dos métodos utilizados para a delimitação das áreas, pois inserindo todas as áreas de uso em separado dentro do mapa referente à área total observou-se a inclusão total destas áreas. Como as delimitações foram feitas com um conjunto grande de pessoas em diferentes momentos, podemos inferir que esta área total aproxima-se consideravelmente da percepção do conjunto da comunidade quanto às suas áreas utilizadas.

Tomando por base o traçado das áreas feito pelos comunitários e posterior tratamento no programa Arc Gis 9.2, podemos obter a área total declarada como sob utilização dos quilombolas no valor de 42.300 hectares. Desse total, 12.757 ha estão sobrepostos à FLONA Saracá – Taquera e 14.052 ha à REBio do Rio Trombetas.



Figura 25: Carta-imagem do território de uso total dos recursos naturais pelos comunitários da Tapagem, destacando o centro da comunidade, o território titulado, a FLONA Saracá-Taquera e a REBio do Rio Trombetas.

5.3.1.2 Recursos florestais madeireiros e não-madeireiros

Os recursos florestais madeireiros e não-madeireiros compõe a dinâmica de reprodução e vivência das comunidades de remanescentes de quilombos do rio Trombetas (Figura 26). Basta observar nas imagens de satélite a cobertura florestal quase intacta da região estudada, com especial abundância da floresta de terra firme e de igapó.



Figura 26: Construção de um casco com a madeira Itaúba (*Mezilaurus itauba*), para transporte de quilombolas.

Atividades de assério de madeira incluem utilização ligada a construção de moradias, currais, canoas, utensílios domésticos e de trabalho. Da floresta são também utilizadas folhas, frutos, raízes e óleos com utilidades diversas como alimentação humana e de animais criados, usos medicinais, práticas espirituais e construção.

A figura 27 refere-se à carta-imagem do território utilizado para atividades de extrativismo de recursos madeireiros e não-madeireiros, totalizando 12360 ha, sendo que 5840 ha estão no interior da FLONA. A tabela 02 apresenta as espécies utilizadas pelos quilombolas da Tapagem, o seu local de incidência, a parte utilizada, o tipo de uso e a frequência de ocorrência, totalizando 71 espécies utilizadas em alimentação, construção, moradia, vassouras, paneiros, remédios, azeites, sabão, amarrações, artesanato, barcos e remo, vinhos e ferramentas. Destas 71 espécies, 52 são de madeiras, 07 cipós, 01 arbusto e 11 palmeiras. Com relação ao ambiente onde

se encontram estas espécies, 52 estão em terra firme, 10 em matas de igapó, 19 em várzea, 03 em campina e 05 ocorrem em todas as formações.



Figura 27: Carta-imagem do território utilizado para extrativismo de recursos madeireiros e não-madeireiros.

Tabela 02: Recursos florestais madeireiros e não madeireiros utilizados pelos comunitários da Tapagem.							
EXTRATIVISMO VEGETAL: Recursos madeireiros e não-madeireiros							
Nº	Nome local e grupo (Madeira, Palmeira, Cipó, Arbusto)	Local de incidência: Terra Firme, Igapó, Várzea, Campina	Parte utilizada: Madeira, Fruto, Folha, Cipó, Semente, Óleo, Talo e Casca	Uso: Alimento, Construção, Moradia, Vassoura, Panoiro, Remédio, Azeite, Sabão, Amarrações, Artesanato, Batelão e Remo, Vinho, Casco, Ferramentas.	UTILIZAÇÃO COMERCIAL (S ou Ñ) E FREQUÊNCIA de ocorrência (Raro e Abundante)		OBSERVAÇ ES
1.	Ingá, M	T	C, Fr	A	Ñ	A	
2.	Itaúba, M	T	M	Cas, Barco, Re, Gamela	S	A	Gamela= bacia
3.	Ambé, C	TODOS	C	P, Am, Ar, C, M	Ñ	A	Cipó abundante na região
4.	Louro, M	T	M	C, M, B	S	A	Utilização similar a da itaúba
5.	Aroeira, M	T	M	Cerca, C, M	S	A	
6.	Ubim, A	T	F	M., Teto	S	A	
7.	Inajá, P	T,V,C	F, Fr	C. M, Parede, Teto	Ñ	A	
8.	Mari, M	I	Fr	A	Ñ	A	
9.	Copaíba, M	T	O	R	S	A	
10.	Tucumã, P	T	Fr	A	S	A	
11.	Timbó, C	T	C	Ar, Am, V	S	A	
12.	Cedro, M	T	M	Móveis, C, M	S	A	
13.	Tento, M	V	M	Móveis, C, M	S	A	
14.	Tento Vermelho, M	T	M, Fr	Ar, A	S	A	
15.	Marupá, M	T	M	Tábua, M, C	S	A	
16.	Andiroba, M	TODOS	M, Fr, O	C, M, Óleo(Fruto), R	S	A	Óleo: uso medicinal
17.	Castanheira, M	TODOS	M, Fr, S	A, Ar	S	A	
18.	Piquiá, M	T, V, C	Fr, O	A, Óleo (Fr), R	Ñ	A	Óleo: uso medicinal. Inflamações externas.
19.	Uchí, M	T	Fr, Ca	A (Fr), R(Ca)	Ñ	A	
20.	Cajuaçu, M	T, V, C	Fr, Ca	A (Fr), R (Ca)	Ñ	A	
21.	Patauí, P	TODOS	Fr	A (O)	S	A	
22.	Açaí, P	TODOS	Fr, M	A(Vi), C, M, Ar	S	A	

23.	Buriti, P	V, I	Fr, S	A(Vi), Ar	Ñ	A	
24.	Maçaranduba, M	T	M, Fr	A, C, Cerca, M	S	A	
25.	Sapucaia, M	I	M, Fr	C, A	Ñ	A	
26.	Lombrigueira, M	T	M	M, C	S	A	
27.	Bacaba, P	T	Fr	A(Vi), Fr	S	A	
28.	Preciosa, M	T	Ca, Fr	R	Ñ	A	
29.	Biurana, M	T	M	Cabo de zagaia e lança	Ñ	A	
30.	Jacareúba, M	V	M	Cas	S	A	
31.	Cachimbeira, M	T	M	C, M	S	A	
32.	Pau-Darco, M	T, I	M	M	S	R	
33.	Pachiúba, P	T, I	M	M, C	S	A	
34.	Taperebá, M	T, V	Fr	A	Ñ	A	
35.	Cacau-do-mato, M	T	Fr	A	Ñ	A	
36.	Cupu-da-mata, M	T	Fr	A	Ñ	A	
37.	Jabuticaba, M	T	Fr	A	Ñ	A	
38.	Pirera, C	T	C	Am	Ñ	A	
39.	Guaruba, M	T	M	C	Ñ	A	
40.	Embaúba, M	T, V	Ca	R	Ñ	A	
41.	Jatobá, M	T	Ca, Fr	A, R	Ñ	A	Remédio para tosse
42.	Tatajuba, M	T	M	C, Móveis	Ñ	R	
43.	Cupiúba, M	T	M	C, M	Ñ	A	
44.	Itaubarana, M	V	Ca, M	C, R,	Ñ	A	
45.	Piranheira, M	V	M	C	Ñ	A	
46.	Cramuri, M	V	M, Fr	A(Fr), M	Ñ	A	Fruto: isca para peixe
47.	Urucurana, M	V	Fr	A(Fr)	Ñ	A	Fruto: isca para peixe
48.	Cajurana, M	V	M, Fr	A(Fr), M (viola)	Ñ	A	Fruto: isca para peixe e madeira para confecção de viola
49.	Molongó, M	V	M	Ar	S	A	
50.	Amapá, M	T	O	R	Ñ	A	
51.	Acari, M	T	M	C	Ñ	A	
52.	Ucuuba, M	T	M	C	Ñ	A	
53.	Mandioqueira, M	T	M	C	Ñ	A	
54.	Argelin, M	T	M	C	Ñ	A	

55.	Buçú, P	V	F	M	Ñ	A	Cobertura de casa
56.	Caraná, P	T	F	M	Ñ	R	Cobertura de casa
57.	Curimbó, C	T	C	R	Ñ	A	Tira “azar”
58.	Saracura-Mirá, C	T	Ca	R	Ñ	A	Remédio para fígado
59.	Marapuamba, M	T	M, R, Ca	R	Ñ	A	Múltiplos usos medicinais
60.	Para-tudo, C	T	C	R	Ñ	A	Remédio para fígado
61.	Sarabá, C	V	Fr	A(Fr)	Ñ	A	Fruto: isca para peixe
62.	Carauaçú, M	V	Fr	A(Fr)	Ñ	A	Fruto: isca para peixe
63.	Carapanaúba, M	T	M, Ca	F, R	Ñ	A	F: cabo para machado e R: remédio para fígado
64.	Paracutaca, M	T	M	Re	S	A	Re: madeira para fazer remo
65.	Fava, M	T	M	C	Ñ	A	
66.	Cavaleiro, M	V	M	Lenha	Ñ	A	Combustível
67.	Tachí, M	V, T	Ca	R	Ñ	A	R: remédio contra ameba
68.	Cajueiro, M	T	Fr	A(Vi)	Ñ	A	
69.	Pupunha, P	T	Fr	A	S	A	
70.	Murumuru, P	T	F	Tecido	Ñ	A	
71.	Paricá, M	T	M	C	Ñ	A	

5.3.1.3 Extrativismo: Castanha do Pará

A castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*) é talvez a principal base de recurso utilizada pelos quilombolas. Ela é a principal fonte de proteínas da dieta dos comunitários e, praticamente, a única fonte significativa de recursos financeiros. Da família das Lecythidaceae, floresce em novembro e seus frutos amadurecem nos meses seguintes, caindo no final de janeiro.

A extração da castanha é realizada no período de janeiro a maio, quando os últimos ouriços se desprendem das árvores. O mês de fevereiro é considerado o mais produtivo, pois é quando percebe-se uma grande quantidade de ouriços caídos no solo. A coleta da castanha, como acontece com toda a atividade da extração, se faz de maneira aleatória, casual, e se inicia após a derrubada de todos os frutos. Por ser a castanheira uma árvore extremamente alta, a coleta é feita no chão, e costuma-se esperar pela total queda dos frutos em razão do perigo que poderia significar um daqueles ouriços atingindo o extrator, tendo em vista que um ouriço de castanha pesa entre 700 e 1500 g. (Figura 28).



Figura 28: 1- Barco do regatão no interior do Lago do Farias com Castanheira ao fundo; 2- Barraco onde se vive durante os meses de coleta da castanha; 3- Ouriços e o paneiro; 4- Quilombolas descascando a castanha para o jantar com destaque ao cachorro caçador em primeiro plano; 5- Menino descascando a castanha à frente de um paneiro.

O quilombola migra para as áreas de concentração de castanhais e lá permanece durante o tempo necessário para colher os frutos maduros caídos e, em seguida, recolhe-se ao *barracão*³⁵, onde irá quebrar os ouriços para a retirada das amêndoas, aguardando que os ventos provoquem uma nova queda. Geralmente ficam entre 4 e 5 meses do ano vivendo com seus familiares nos castanhais, voltando para a comunidade nos finais de semana ou em ocasiões especiais.

A coleta se faz principalmente no período da manhã, quando as condições de tempo são mais estáveis. O castanheiro, com um *paneiro* às costas, recolhe os ouriços com um terçado e os guarda no recipiente que carrega. No interior do barracão, depois de retiradas e selecionadas as amêndoas, ele as ensacará e as transportará para o local de armazenamento, chamado paiol. Daí o produto é entregue a regatões que fazem o papel de atravessadores para as usinas de beneficiamento locais ou para os portos de Belém e de Manaus.

A quantidade diária de ouriços coletados pode atingir até 800 unidades, o que significa 200 litros de sementes. O castanheiro, após se submeter aos riscos da coleta, chegará ao fim de seu trabalho aproveitando pouco o resultado, já que a intermediação retira-lhe boa parte do possível lucro e o torna dependente do regatão que lhe forneceu, antecipadamente, os gêneros alimentícios, o vestuário, os utensílios e as armas para o desenvolvimento do seu trabalho.

Nesse sentido, a capacitação para a melhor organização do escoamento pelos produtores, fortalecimento das associações locais, fomento organização e sistematização das práticas ancestrais sustentáveis e implantação de usinas de beneficiamento com gestão cooperativada nas regiões produtoras parece essencial ao processo.

A carta-imagem de ocorrência de castanhais permitiu a identificação das principais áreas de concentração da castanheira, em termos de área total e áreas no interior da FLONA e da REBIO, a saber: 26.600 ha de área total, 8.240 ha na REBIO e 10.000 ha na FLONA (Figura 29). Nesta delimitação, obtivemos relatos de ocorrência e extrativismo de castanha em toda a área delimitada.

³⁵ Barracão são pequenas construções feitas com madeiras, cipós e palhas da região onde os quilombolas vivem durante a época da coleta de castanha.



Figura 29: Carta-imagem do território utilizado para extração de Castanha-do-Pará.

5.3.1.4 Recursos pesqueiros

A pesca é uma atividade realizada, permanentemente, pelos remanescentes de quilombos, mas é durante os meses de seca que ela se intensifica, devido ao confinamento dos peixes em áreas menores pela diminuição das águas.

Fazem parte da área principal de pesca da comunidade Tapagem: o Lago Farias, localizado na área sob titulação; o Igarapé Saco das Armas, divisa entre a área titulada e a FLONA; Igarapé do Andirobau, Igarapé do Araçá, Lago da Tapagem e Lago Tapaginha localizados na FLONA e Lago do Jacaré, Rio Trombetas, Lago do Leonardo e Leonardinho, localizados na REBIO. Foram identificados 50 espécies de recursos pesqueiros, sendo que, 42 espécies de peixes, 04 espécies de jacaré e 04 espécies de quelônios (Figura 30 e Tabela 03). Com a tabulação foi possível identificar o nome local das espécies, o local de incidência, os instrumentos utilizados, as utilizações, a época e a frequência de ocorrência das espécies.



Figura 30: Espécies da pesca quilombola: 01- Aracú; 02- Pirarucú secando ao sol; 03- Peixe-cachorro; 04- Cará-caititú; 05- Pacú-anhanga; 06- Tucunaré.

A figura 31 mostra o território total utilizado, a hidrografia de sua área e a áreas de pesca. A carta-imagem seguinte apresenta do território de utilização da pesca pelos comunitários da Tapagem, destacando o centro da comunidade, os principais lagos, rios e igarapés; a fronteira

com a FLONA Saracá-Taquera e a REBIO do Rio Trombetas, além de suas respectivas áreas de pesca (Figura 32).

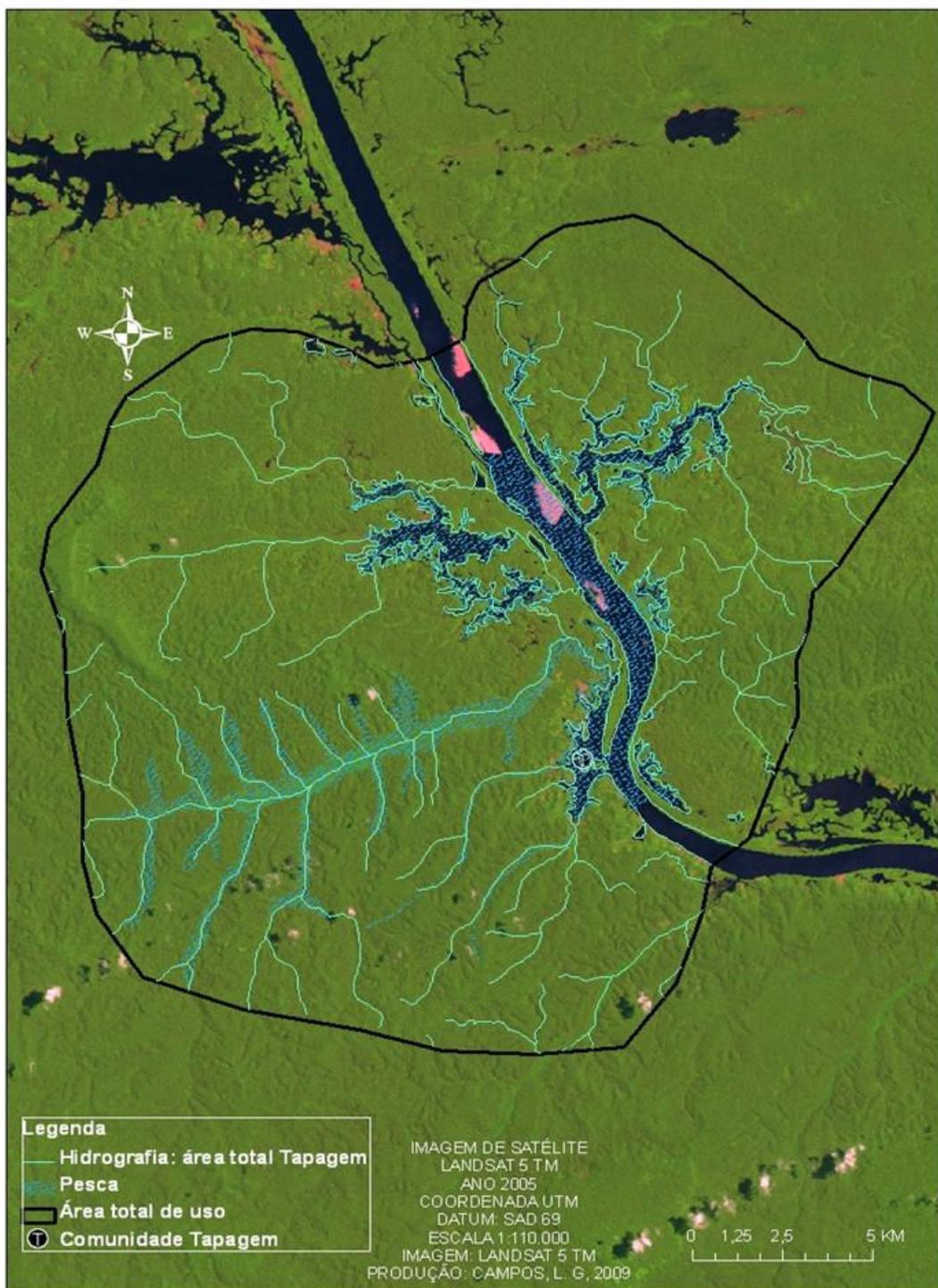


Figura 31: Carta-imagem do território total utilizado, hidrografia de sua área e áreas de pesca.

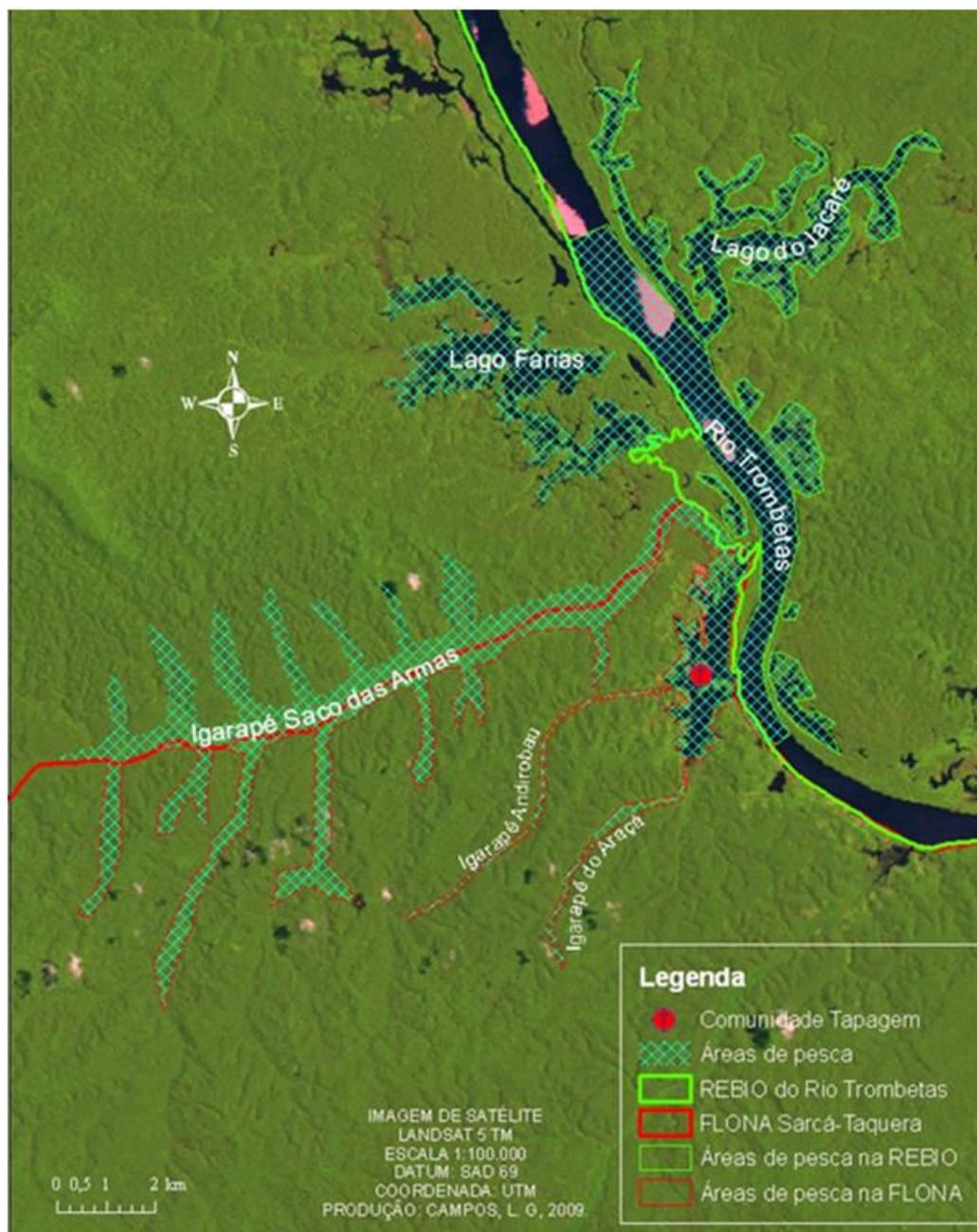


Figura 32: Carta-imagem do território de utilização da pesca pelos comunitários da Tapagem, destacando o centro da comunidade, os principais lagos, rios e igarapés; a fronteira com a FLONA Saracá-Taquera e a REBIO do Rio Trombetas, além de suas respectivas áreas de pesca.

Tabela 03: Recursos pesqueiros, incluindo peixes, jacarés e quelônios (bichos de casco).

RECURSOS PESQUEIROS							
Nº	Nome local	Local de incidência: Rio, Igarapé, Lago, Paraná, Igapó e Todos	Instrumentos: Caniço, Flecha, Pindá, Currico, Malhadeira, Anzol, Zagaia, Arpão e Espinhel	Utilização: Alimentação, Venda, Ornamentação e Lazer	Época: Inverno, Verão ou Todos	Frequência de ocorrência Raro ou Abundante	Observações
1.	Pacú	L	A, C, M	A	T	A	
2.	Tucunaré	L	A, P, Cu, F	A	T	A	
3.	Pirarucu	L	Ar, M, A, E	A, V	T	R	
4.	Tambaqui	L, R, Ig	M, C, A, Ar, E	A, V	I	R	
5.	Arauanã	T	A, M, Z, F	A	V	A	
6.	Piranha preta	T	A, C, M, F, Z	A	T	A	
7.	Matrinchão	T	C, M, A, F, Z, Ar	A	T	A	
8.	Aracu pintado	T	C, M, A, F, Z	A	T	A	
9.	Jaraqui	L, I	F, M, Z	A	V	A	
10.	Baruca	L	Z, A, M, F, C	A	T	A	Um tipo de Cará
11.	Moló	L	C, M, A, Z	A	T	A	
12.	Aracu branco	L	C, M, A, Z, F	A	T	A	
13.	Aracu Bari	T	A, C, M, F, Z	A	T	A	
14.	Pacu brebe	L, R	A, C, M, F, Z	A	T	A	
15.	Pacu branco	T	A, C, M, F, Z	A	T	A	
16.	Pacú urau-urau	R, P, L	C, M, Z	A	T	A	
17.	Pacu anhangá	T	C, F, Z, M	A	T	A	
18.	Pacu azeite	L, R	C, M, Z	A	T	R	
19.	Mafurá	L, R	C, M, Z, F	A	T	A	
20.	Pacu Índio	I, L	A, C, M, F, Z	A	T	R	
21.	Aracu Casemiro	R	A, M, C, Z	A	T	R	

22.	Acari	T	Z, M, F	A	V	A	
23.	Cujuba	T	M, Ar, Z	A	V	A	
24.	Mandubé	R, L, P	A, M	A	T	A	
25.	Filhote	R, L, P	A, E, M	A	T	R	
26.	Pirarara	R, L, P	M, A, Z, E	A, V	T	R	
27.	Canamorgo	L	M, A, Z, E, F, Ar	A	V	A	
28.	Surubim	T	M, A, Z, E, F, Ar	A	V	A	
29.	Elherme	R, L, P	M, A	A	T	A	
30.	Bucudo	R, L, P	M, A, Z	A	T	R	
31.	Dourada	R, L, P	M, A, E	A	T	R	
32.	Jacundá	T	A, M, F, Z	A	T	A	
33.	Traíra	T	A, M, F, Z	A	V	A	
34.	Pescada	R, L, P	M, A, Z	A	V	A	
35.	Cangóia	T	M, A, Z, F	A	T	A	
36.	Arumará	T	Z, M, A, F, Cu	A	T	R	
37.	Papá	R, L, P	A, M	A	T	A	
38.	Mapará	R, L, P	M	A	T	R	
39.	Branquinha	R, L, P	M	A	T	A	
40.	Piraíba	R	E, M	A	T	R	
41.	Aracu Charuto	R, L, P	A, C, M, Z, F	A	T	A	
42.	Saona	R, L, P	M, Z	A	T	A	
43.	Jacaré	T	Ar, M, Z, Terçado	A	T	A	
44.	Jacaré-pedra	I	Ar, M, Z, Terçado	A	T	A	
45.	Jacaré-açú	L, R	Ar, M, Z, Terçado	A	T	A	
46.	Jacaré-tinga	T	Ar, M, Z, Terçado	A	T	A	
47.	Tartaruga	T	Linha, M, E	A, V	T	A	
48.	Tracajá	T	Linha, M, E	A, V	T	R	
49.	Pitiú	T	Linha, M, E	A	T	A	
50.	Cabeçudo	T	Linha, M, E	A	I	R	

5.3.1.5 Atividades Agrícolas

No mapeamento dos recursos agrícolas são incluídas as atividades do quintal, da roça e a criação de animais numa mesma carta-imagem. Foram identificados 30 espécies vegetais e 11 animais, além dos tipos de utilização e o local de cultivo (Tabelas 4 e 5).

Tabela 04: Produtos agrícolas produzidos em roças ou quintais.				
AGRICULTURA				
Nº	Nome	Utilização: Alimentação e Venda	Local de criação: Sítios, Roça, Pastos, Quintal	Observações
1.	Mandioca brava	A, V	R	Maniva
2.	Macaxeira	A, V	R	
3.	Banana	A	R	
4.	Cará	A	R	tipo batata
5.	Batata doce	A	R	
6.	Cará branco	A	R	
7.	Gerimum	A	R	
8.	Ananás	A	R	
9.	Cana	A	R	
10.	Cupuaçú	A	R	
11.	Coco	A	R, Q	
12.	Mangrtaia	A	R, Q	
13.	Pimenteira	A	R, Q	
14.	Bacaba	A	Q	
15.	Batata	A	R, Q	
16.	Dendê	A	R, Q	
17.	Capim cheirosos	A	R, Q	
18.	Laranjeira	A	R, Q	
19.	Limão	A	R, Q	
20.	Melancia	A	R, Q	
21.	Milho	A	R, Q	
22.	Abacaxi	A	R, Q	
23.	Areiá	A	R, Q	tipo batata
24.	Pupunha	A	R, Q	
25.	Cebolinha	A	Q	
26.	Chicória	A	Q, R	
27.	Alfavaca	A	R	
28.	Cominho	A	R, Q	
29.	Pimenta	A	Q	
30.	Vassourinha	A	Q	

Tabela 05: Animais criados pelos comunitários da Tapagem.			
ANIMAIS			
	Animal	Uso:Alimentação, Venda, Inst. de Caça	Observações
1.	Pato	A	
2.	Galinha/Galo	A	
3.	Cachorro	I	
4.	Peru	A	
5.	Galinha D'angola	A	Ou Picote
6.	Jacamim	A	
7.	Porco	A	
8.	Pato do mato	A	
9.	Carneiro	A	
10.	Bode	A	
11.	Bovino	A	

No quintal se desenvolve uma atividade produtiva de caráter permanente: o cultivo de árvores frutíferas, de plantas medicinais, hortaliças e ornamentais. São nos quintais que também se desenvolvem atividades de criação animal (Figura 33).



Figura 33: O quintal: 01- Galinheiro; 02- Quintal de um quilombola; 03- Pimenteira; 04- Meninos exibem um pequeno coqueiro; 05- Pateiro.

O tamanho diminuto das áreas de roçado dificultou o processo de mapeamento. Por isso optou-se pela medição de alguns roçados através de georreferenciamento de pontos e posterior cálculo de área gerando um tamanho médio de 0,5 ha. Para acurar maior desses valores seria necessário a medição das unidades, o que foi impossibilitado devido ao tempo disponível para trabalhos de campo. Na carta-imagem são identificadas apenas áreas com habitações ou de roçado, de acordo com apontamentos dos comunitários gerando os valores:

720 ha de áreas utilizadas para agricultura, sendo que 620 ha localizados na FLONA (Figura 34).



Figura 34: Carta-imagem do território utilizado para agricultura pelos comunitários da Tapagem, destacando o centro da comunidade e as áreas mais próximas à fronteira do território utilizado.

Os roçados estão localizados em ambiente de terra firme, distribuídos na floresta primária, capoeira alta e capoeira baixa, no entorno dos núcleos de habitação e das casas espalhadas ao longo do rio Trombetas.

5.3.1.6 Caça

As atividades de caça são de extrema relevância na dieta alimentar dos quilombolas. É também através da área total de caça que os comunitários definiram a área total de utilização dos recursos naturais, por ser esta a atividade que requer maior deslocamento. Por serem capturados em áreas de difícil acesso e que não possuem luz elétrica e, por consequência, sistemas de refrigeração, os animais abatidos são divididos entre os comunitários através de sistemas de troca ou pela venda esporádica e são consumidos imediatamente, ou conservados em salmouras.

A caça se intensifica durante a cheia devido à maior dificuldade de se pescar nessa época. Entretanto, é durante o período de seca que se observam as melhores condições para a prática (Figura 35). A água desaparece do centro das florestas de igapó fazendo com que os animais sigam as margens dos rios em busca de água. A forma mais comum de caçada é a “espera”, na qual o caçador encontra um ponto fixo na área para aguardar a passagem do animal visado. Mas, durante o inverno, devido ao aumento das chuvas, as atividades de caça diminuem sua pressão. Geralmente as atividades de caça duram de uma noite a diversos dias.



Figura 35: 01- Espingarda; 02 e 06- Ave mutum; 03- Jacaré; 04- Caititu; 05- Quelônios; 07 e 08- Cachorros de caça.

Foram identificados 44 animais entre mamíferos, aves e répteis, sendo 23 mamíferos, 18 aves e 03 répteis, além dos locais de incidência com destaque para animais que vivem em todos os ambientes pesquisados, os instrumentos de caça, os tipos de utilização, a época e a frequência de ocorrência (Tabela 06). A área total utilizada é de 13.513 ha, sendo que 6.148 ha estão localizados no interior da FLONA (Figura 36).



Figura 36: Carta-imagem do território utilizado para atividades de caça.

Tabela 06: Animais de caça, incluindo aves e mamíferos.

CAÇA								
Nº	Nome	Grupo: Mamíferos, Aves e Répteis	Local de Incidência: Terra Firme, P. Inundável, Várzea, Campina, Todos	Instrumentos: Espingarda, Terçado, Cachorros, Armadilhas, Cacete	Utilização: Alimentação, Venda, Lazer, Outros	Época: Inverno, Verão ou Todos	Frequência de ocorrência Raro ou Abundante	OBSERVAÇÕES
1.	Anta	M	T	C, E, A	A	T	A	
2.	Veado	M	T	C, E, A	A	T	A	
3.	Capivara	M	V	C, E	A	T	A	
4.	Queixada	M	T	C, E	A	T	A	
5.	Caititú	M	T.F	C, E, Cac	A	T	A	
6.	Paca	M	T.F	C, E, A	A	T	A	
7.	Tatu	M	T	C, E, A	A	T	A	
8.	Cutia	M	T	C, E, A	A	T	A	
9.	Jabuti	R	T.F	C	A	T	A	
10.	Onça pintada	M	T	E, C	A	T	R	
11.	Maracajá	M= felino	T	C, E	A	T	R	
12.	Onça vermelha	M	T	C, E	A	T	R	
13.	Cutiuaia	M	T	C, E	A	T	A	cutia pequena
14.	Quatá	M=macaco	T.F	E	A	T	A	ou Quamba
15.	Macaco prego	M	T	E	A	T	A	
16.	// Guariba	M	T	E	A	T	A	
17.	// Coxiú	M	T	E	A	T	A	
18.	Sucurijú	R=cobra	I	T, M, E	O	T	A	Remédio com a banha
19.	Surucucú	R=cobra	T	T, M, E	O	T	A	Defumação com o osso
20.	Mutum	A	T	E	A	T	A	
21.	Jacamim	A	T	E	A	T	A	
22.	Inambú	A	T.F	E	A	T	A	
23.	Pato do mato	A	I	E	A	T	A	Lago e Igarapé
24.	Jacú	A	T	E	A	T	A	
25.	Cujubim	A	T	E	A	T	R	
26.	Arara	A	T	E	A	T	A	
27.	Marreca	A	I	E	A	V	A	
28.	Miuá	A	I	E	A	T	A	
29.	Arancuam	A	C	E	A	T	A	

30.	Mauari	A	I	E	A	T	A	
31.	Gaiivota	A	I	E	A	V	A	
32.	Maçarico	A	I	E	A	V	A	
33.	Taiamã	A	I	E	A	V	A	Praias
34.	Sururina	A	T.F	E	A	T	A	
35.	Tucano	A	T.F	E	A	T	A	
36.	Cigana	A	I	E	A	T	A	
37.	Macaco Choim	M	T.F	E	A	T	A	
38.	// Parauacú	M	T.F	E	A	T	A	
39.	// Caiarara	M	T.F	E	A	T	A	Só na REBIO
40.	Garça	A	I	E	A	T	A	
41.	Tamanduá Bandeira	M	T.F	E, C	A	T	A	
42.	Tamanduáí	M	T.F, C	E, C	A	T	A	
43.	Tatu canastra	M	T	E, C, T	A	T	A	
44.	Tatu 15 Kg	M	T	E, C, T	A	T	A	

5.3.2 Mapa para identificação de recursos potenciais

Durante as oficinas, entrevistas semi-estruturadas, não-estruturadas e conversas informais, os comunitários apresentaram os recursos potenciais, ou seja, recursos que existem com relativa abundância, mas não são utilizados ou são subutilizados pelo grupo.

A partir das informações recolhidas durante os trabalhos de campo com os comunitários foram identificados e localizados os principais recursos potenciais como o açaí (*Euterpe oleracea*), a andiroba (*Carapa guianenses*) e a copaíba (*Copaifera langsdorffi*). Na carta-imagem podem ser observadas as áreas onde os mesmos se concentram, totalizando 10.657 ha, sendo que 4.795 ha localizados na FLONA e 1.042 ha na REBIO (Figura 37).

O diagnóstico dos recursos potenciais está apresentado como um levantamento preliminar para possíveis explorações de base comunitária sustentável. Cabe ressaltar que são necessários estudos mais aprofundados com relação a quantificação dessas concentrações de recursos, a análise de viabilidade de comercialização e as demandas de suporte técnico, financeiro e jurídico necessários a efetivação deste tipo de manejo. Como cerca de 45% da área estão localizadas no interior de uma unidade de conservação de uso sustentável, devem ser observadas os pressupostos jurídicos, institucionais e científicos que competem as modalidades de manejo permitidas nessas áreas.



Figura 37: Carta-imagem das áreas ocupadas por recursos potenciais, destacando o centro da comunidade e o território de uso total.

5.3.3 Mapa da sobreposição de usos em conjunto com outras comunidades

O mapa de sobreposição de usos múltiplos de recursos por comunidades distintas expressa áreas nas quais quilombolas de variadas comunidades, além da Tapagem, exercem atividades de utilização de recursos naturais, seja na caça, pesca, extrativismo vegetal ou qualquer tipo de pressão sobre o ambiente em questão. Essas áreas totalizaram 10.860 ha, sendo que 1.370 ha na FLONA e 3.264 ha na REBIO (Figura 38).

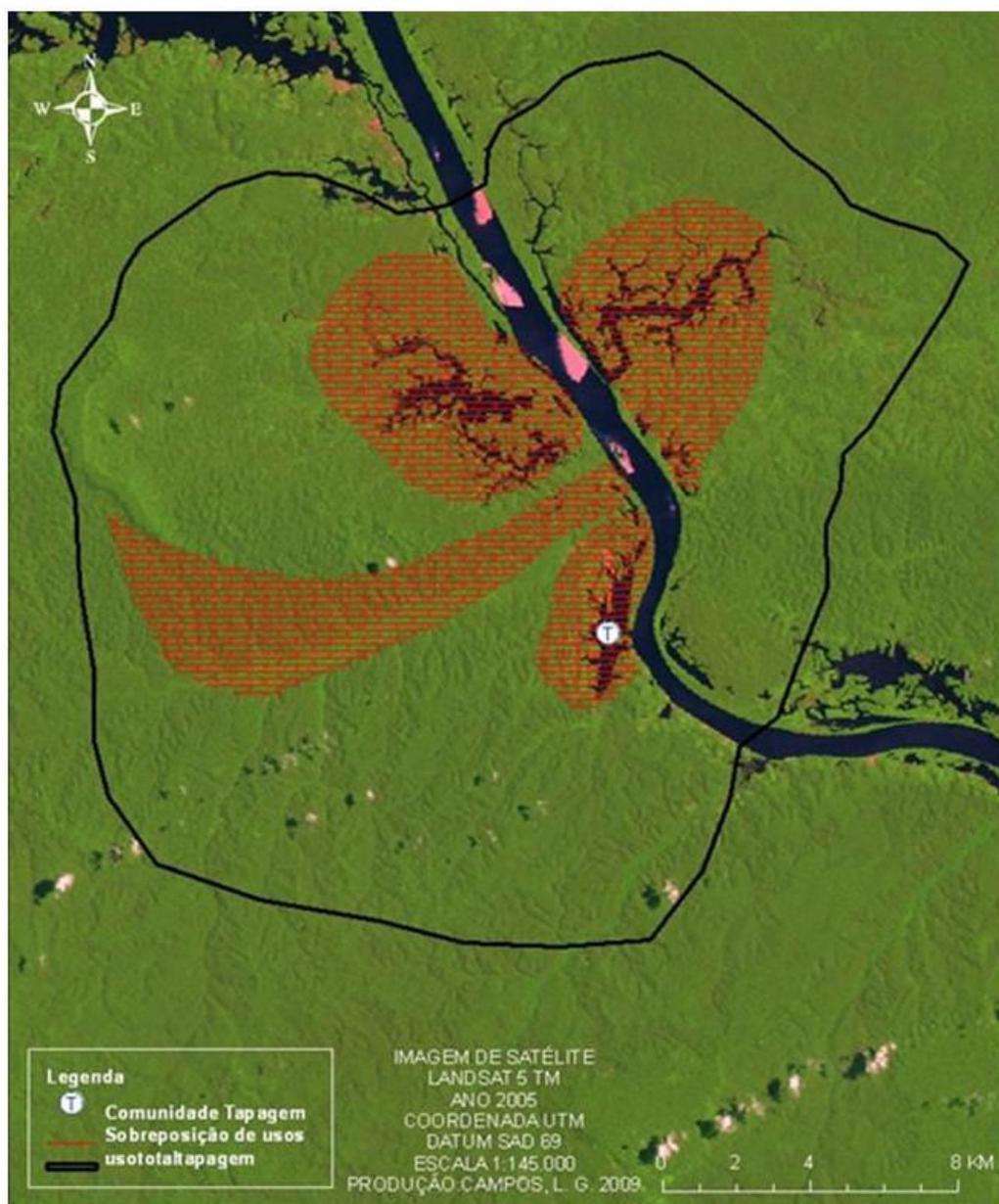


Figura 38: Carta-imagem dos territórios com sobreposição de utilização com outras comunidades do entorno.

As atividades identificadas como mais frequentes são a pesca, a utilização de recursos florestais madeireiros e a caça (Quadro 04).

Quadro 04: Comunidades que utilizam áreas conjuntamente com a Tapagem.	
ÁREAS COM SOBREPOSIÇÃO DE USOS MÚLTIPLOS	
LOCAIS	COMUNIDADES
Lago do Jacaré	Abuí, Paraná do Abuí, Sagrado Coração de Jesus e Mãe Cué
Lago do Farias	Sagrado Coração de Jesus e Paraná do Abuí
Igarapé Saco das Armas	Abuí, Paraná do Abuí, Sagrado Coração de Jesus e Mãe Cué

A partir da identificação das áreas de utilização de recursos das outras comunidades inseridas na região pode-se realizar o cruzamento destas informações a fim de monitorar as áreas com maior pressão de uso ou realizar outros tipos de monitoramento para fins de pesquisas, projetos de recuperação de áreas degradadas e de desenvolvimento sustentado local.

5.3.4 Mapa síntese do uso múltiplo de recursos naturais

O mapa participativo do uso múltiplo de recursos naturais pela comunidade remanescente de quilombo Tapagem apresenta uma síntese da espacialização das diversas atividades realizadas pelos comunitários (Figura 39). Como abordado no subcapítulo sobre o mapa ênico, há uma grande aproximação do zoneamento elaborado pelos quilombolas entre os mapas mentais e o confeccionado com o auxílio de imagens de satélite. Observando o mapa da figura 39, é possível verificar que as delimitações de cada utilização em separado, estão inseridas na geografia de vivência e uso total dos recursos naturais, fortalecendo a qualidade das informações por eles geradas.

Por ser georreferenciado e armazenado em SIG, o mapa participativo permite a seleção de sobreposições de camadas diferenciadas dependendo do tipo de informação requerida, auxiliando processos de análise, monitoramento e gestão dos recursos naturais.

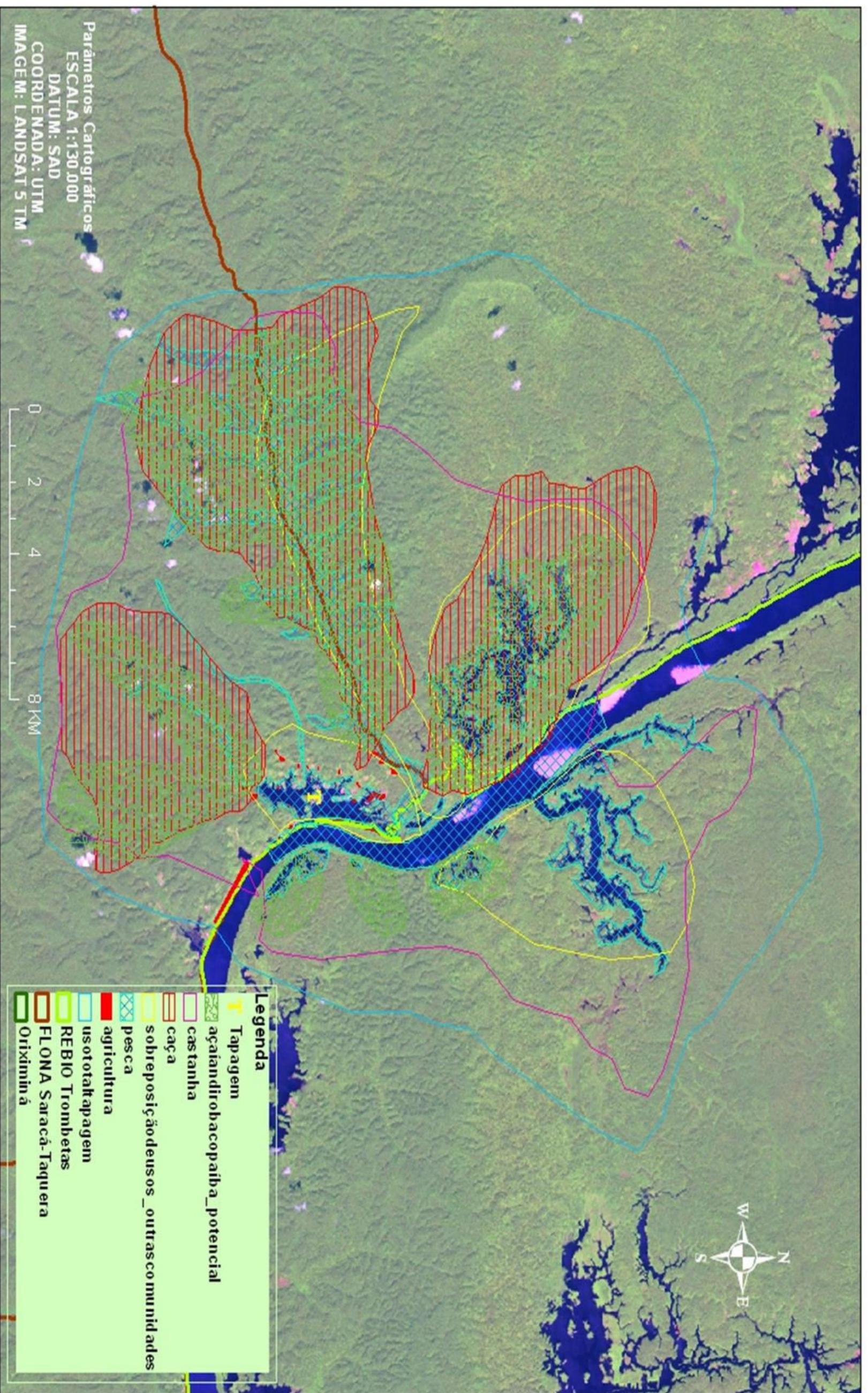


Figura 39: Mapa participativo sintetizando o uso de recursos naturais pela comunidade remanescente de quilombos Tapagem.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as análises construídas ao longo do trabalho, através dos prismas conceituais de território, territorialidades e populações tradicionais, bem como da interrelação das diferentes concepções evidenciadas nas práticas de apropriação do território observamos que a micro-região do alto rio trombetas, sofrendo influência das atividades mineradoras, da gestão de áreas estatais protegidas e da ocupação de populações tradicionais – em especial os remanescentes de quilombos –, mostrou-se um campo fértil para a análise das distintas formas de ocupação e padrões de conhecimento que gerenciam seus respectivos recursos e territórios a partir destes conhecimentos específicos.

Foi com base nesta reflexão que este trabalho possuiu como objetivo geral a análise da dinâmica dos diferentes atores³⁶ no âmbito das suas formas de apropriação espacial e territorial dos recursos naturais na micro-região do Alto Rio Trombetas sob o viés conceitual das concepções de território, tendo em vista a complexa rede semântica que se estabelece sobre o tema e os embates de distintas territorialidades estabelecidas neste contexto envolvendo Estado, populações tradicionais e o setor privado nas questões ambientais, com enfoque nas percepções de uma comunidade de remanescentes de quilombos denominada Tapagem.

Contemplando as demandas referentes aos objetivos específicos, foi realizado a construção de um quadro de referência teórica sobre território e territorialidade e sobre o conceito de população tradicional, a caracterização dos atores envolvidos na proteção e utilização dos recursos naturais na região e a análise da perspectiva dos remanescentes de quilombos da comunidade Tapagem sobre a dinâmica de utilização e gestão dos recursos

³⁶ Prefeitura Municipal de Oriximiná, Mineração Rio do Norte S.A, Unidades de Conservação (Reserva Biológica do Rio Trombetas e Floresta Nacional Saracá-Taquera) e Populações tradicionais (remanescentes de quilombos).

naturais, além da interpretação da percepção local dos remanescentes de quilombos sobre sua territorialidade específica, evidenciando seus etnoconhecimentos sobre o território ocupado.

As etapas metodológicas de busca bibliográfica, pesquisa e análise documental contemplaram o objetivo específico da construção de um quadro de referência teórica para a caracterização dos atores envolvidos e seus usos dos recursos naturais a partir dos diferentes agentes com suas respectivas territorialidades, auxiliando a construção da concretização do objetivo geral. Esta análise permitiu discriminar os diferentes protagonistas deste estudo em três categorias distintas: órgãos públicos, empresas privadas e populações tradicionais.

Analisamos a dinâmica dos diferentes atores³⁷ no âmbito das suas formas de apropriação espacial e territorial dos recursos naturais, observando os embates de distintas territorialidades porém, com foco interpretações da população tradicional remanescente de quilombo denominada Tapagem.

Observando as UCs existentes, assim como a possibilidade da criação de novas unidades de conservação na região, seja de proteção integral ou de uso sustentável, e a implementação das já existentes, além das Terras Indígenas, que resguarde os pressupostos culturais e ambientais das especificidades locais, como os conhecimentos ancestrais, estas, podem vir a fortalecer o cinturão de proteção dos importantes ecossistemas presentes no bioma amazônico, assim como das próprias populações tradicionais residentes. A preservação da diversidade cultural e biológica dessa região pode significar, antes de tudo, um investimento necessário para a manutenção e evolução do conhecimento científico, econômico e social do país.

A institucionalização da região da bacia do rio Trombetas a partir da criação de territórios de unidades de conservação promoveu a criação e conseqüente sobreposição de novos territórios com o da MRN, a REBIO Trombetas e FLONA Saracá-Taquera, sobre antigos territórios – populações tradicionais – iniciando os novos processos de conflitos e disputas na região baseadas em distintas visões e apropriações dos recursos naturais.

Em termos gerais, a concepção da apropriação dos recursos naturais pela MRN S.A se baseia na exploração em larga escala de um só produto, tendo como resultantes a tendência à escassez do mesmo, a desterritorialização de populações tradicionais, o desequilíbrio dos ecossistemas e dos sistemas sociais locais. Cabe ressaltar as tentativas esparsas de se

³⁷ Prefeitura Municipal de Oriximiná, Mineração Rio do Norte S.A, Unidades de Conservação (Reserva Biológica do Rio Trombetas e Floresta Nacional Saracá-Taquera) e Populações tradicionais (remanescentes de quilombos).

estabelecer programas de integração e desenvolvimento sustentável junto à populações tradicionais afetadas pelo empreendimento em sentido *lato*.

Os quilombos do Baixo Amazonas tiveram e, ainda possuem papel importante, na construção da territorialidade amazônica, do ponto de vista político, econômico e social, pelo nível de desenvolvimento que alcançaram, ao realizar intercâmbios com outras populações tradicionais locais. Atualmente, a concepção de natureza dos remanescentes de quilombos permanece quase que totalmente vinculada à apropriação essencialmente voltada a aspectos de vivência e utilização para fins de subsistência dos recursos naturais na região do alto rio Trombetas.

Durante a presente dissertação buscou-se compreender como se processam e se evidenciam as concepções de diferentes agentes sobre a natureza onde atuam, reveladas através da impressão de suas respectivas territorialidades, na forma de utilização dos recursos naturais e de suas expressões visuais através de mapas. Essas distintas territorialidades, quando confrontadas no âmbito de seus interesses particulares expressam um campo de conflitos onde se materializam (des)territorializações, (re)territorializações e novas formas de territorialidade.

Observou-se uma significativa complexidade nos conflitos territoriais relacionados ao uso dos recursos naturais, pois os mecanismos e as instituições do Estado que, teoricamente, deveriam influenciar as relações existentes no sentido de adequar as demandas dos distintos atores, são potenciais geradores de conflitos.

A territorialidade dos diversos atores envolvidos no conflito territorial no alto rio Trombetas se apóia, na percepção do ambiente vivido e nas formas de utilização dos recursos naturais. Esses conflitos se articulam em diferentes escalas, desde o local até o global em articulações de significância econômica, política, social e cultural.

Como forma de possibilitar a apreensão de percepções dos remanescentes de quilombos relativas ao modo de interação dos atores locais com os recursos naturais da região, foram utilizadas informações obtidas em gravações de conversas, entrevistas semi-estruturadas e não-estruturadas, técnicas de SONDEIO, além da utilização do “Diagrama de Venn” junto aos comunitários do quilombo Tapagem (FARIA & NETO, 2006).

A metodologia empregada possibilitou a criação de um espaço de diálogo entre os comunitários que se inclinou para a construção e sistematização de informações sobre a apreensão de percepções dos remanescentes de quilombos relativas ao modo de interação dos atores locais com os recursos naturais da região de forma participativa.

Porém, se por um lado a metodologia permitiu o fomento ao diálogo, por outro lado, observou-se que a inclusão dos outros atores sociais junto às populações tradicionais no espaço de diálogo criado poderia potencializar os resultados sobre o entendimento que cada ator local possui sobre o tema, otimizando os processos de gestão participativa nas UCs gerenciadas pelo ICMBio na região.

Reconhecendo o conhecimento das populações tradicionais como um conhecimento legítimo, realizamos a apreensão do etnoconhecimento quilombola materializado através do mapeamento participativo e do mapa êmico como um instrumento que evidenciou a forma como os remanescentes de quilombo da comunidade Tapagem percebem o ambiente vivido, além de levantar uma série de questões relativas a relação dos atores sociais locais com relação a gestão participativa da biodiversidade na região.

A parti destes conhecimentos, construiu-se um mapa êmico-participativo e de um mapa georreferenciado elaborado integralmente pela comunidade, que contemplando o seu raio de atuação, nas atividades de caça, pesca e coleta, evidenciando seus territórios vividos, podendo servir de balizamento para futuros projetos de desenvolvimento, valorizando seus conhecimentos culturalmente adquiridos, através da espacialização de concepções de populações tradicionais de natureza e de seus respectivos territórios.

O mapa êmico da área vivida e dos recursos naturais utilizados pelos remanescentes de quilombo da Tapagem apresentou uma série de informações de aspecto geográfico, cultural e biológico. Do ponto de vista geográfico, o mapa êmico demonstrou uma acurácia com respeito às formas e/ou aproximações dos rios, igarapés e ilhas. Observou-se, ainda neste quesito, a identificação de uma série de toponímeas relativas aos acidentes geográficos, as áreas de concentração de castanheiras e aos lagos, rios, igarapés, e paranás.

As representações do ambiente envolveu a diferenciação dos tipos de vegetação através do contraste de cores e algumas espécies desenhadas em destaque. Deste modo, a partir da construção do mapa êmico podemos obter uma série de informações sobre a forma de percepção e apropriação do ambiente pelos remanescentes de quilombos, permitindo novas formas de aproximação entre os saberes de matrizes diferenciadas.

Promoveram-se, também, a construção de mapeamentos, com base em imagens de satélite, elaborados a partir da percepção dos remanescentes de quilombos quanto seus territórios ocupados conforme suas utilizações. O mapa participativo do uso múltiplo de recursos naturais pela comunidade remanescente de quilombo Tapagem apresentou uma síntese da espacialização das diversas atividades realizadas pelos comunitários. Relacionando

este mapeamento ao mapa êmico, observou-se uma grande aproximação do zoneamento elaborado pelos quilombolas entre os mapas mentais e o confeccionado com o auxílio de imagens de satélite.

Foi possível verificar que as delimitações de cada utilização em separado, estão inseridas na geografia de vivência e uso total dos recursos naturais, fortalecendo a qualidade das informações por eles geradas. Por ser georrefenciado e armazenado em SIG, o mapa participativo permite a seleção de sobreposições de camadas diferenciadas dependendo do tipo de informação requerida, auxiliando processos de análise, monitoramento e gestão dos recursos naturais.

Harmonizar o mosaico de territorialidades em torno do uso dos recursos naturais de determinada localidade implica, assim, em lançar mão de soluções teórico-práticas que primem por uma base holística de análise das potencialidades e limitações da adequação dos diferentes atores e suas respectivas demandas quanto à utilização de recursos naturais.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEVEDO, Rosa M. & Castro, Edna. Negros do Trombetas – Guardiães de Matas e Rios. 2^a.ed. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998;
- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (org.) Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll. 2004. p. 13-35;
- _____. (org.). Cartografias Sociais e Território. UFRJ/IPPUR. Rio de Janeiro, 2008;
- _____. & COLI, L. R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: Cartografias Sociais e Território. UFRJ/IPPUR. Rio de Janeiro, 2008;
- ALMEIDA, A. W. B. Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas. 1^o. Vol. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas – UEA / Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia / Fundação Ford/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008a;
- _____. Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas. 2^o. Vol. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas – UEA / Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia / Fundação Ford/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008b;
- _____. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2^a.ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008c;
- ALPHANDÉRY, P et al. O Equívoco Ecológico: Riscos Políticos da Inconseqüência. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992;
- ARRIMA, E. & BARRETO, P. Florestas nacionais na Amazônia: consulta a empresários madeireiros e atores afins à política florestal. MMA. Brasília, 2002;
- BARBIERI, J. C. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997;
- BECKER, B. K. Ciência, Tecnologia e Inovação para conhecimento e uso do patrimônio natural da Amazônia. Revista Parcerias Estratégicas. Nº 20. Junho de 2005;
- BECKER, B. K. Amazônia: Geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2006;
- BIDONE, E. D. & MORALES, P. R. D. Desenvolvimento sustentável e engenharia. Rio de Janeiro: Fundação Ricardo Franco, 2004;

- BOHRER, C.B. de A. e GONÇALVES, L.M.C.G. “Vegetação Amazônica”. In: *Geografia do Brasil*, vol. 3, Região Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. pp. 137-168;
- BRANCO, M. L. G. C & O’NEILL, M. M. V. C. A Distribuição Espacial de Serviços de Infra-estrutura Social no Brasil: O Abastecimento de Água e a Coleta de Lixo. In: Mesquita, O. V. & Silva, S. T. (coord.). *Geografia e Questão Ambiental*. IBGE. Rio de Janeiro. 1993;
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Projeto RADAM. Brasília, DF: DNPM, 1973;
- _____. WETTWMBERG, G. B. Resultados resumidos da revisão pública apresentada na II Reunião do Cômite Intergovernamental Técnico para a Proteção e Manejo da Flora e da Fauna Amazônica. Brasília, 1977;
- _____. IBDF. Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil. II Etapa. Brasília, 1982;
- _____. MMA. IBAMA. Plano de Ação emergencial da REBio do Rio Trombetas. Brasília, 1993;
- _____. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM. Boletim Informativo da Compensação Financeira. Brasília: Divisão de Economia Mineral, 1997;
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal. Coleção Saraiva de Legislação, 22a edição, atualizada e ampliada, 1999;
- _____. SNUC - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000;
- _____. Mensagem nº967, de 18 de Julho de 2000. Presidência da República. Subchefia de assuntos jurídicos, 2000b;
- _____. MMA. Plano de Manejo da Floresta Nacional de Saracá-Taquera, Estado do Pará. Curitiba, 2001;
- _____. MMA. Biodiversidade Brasileira. Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros. Brasília: MMA/SBF, 2002;
- _____. Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003. Dispõe sobre o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2003.
- _____. MMA. Plano de Manejo da Reserva Biológica do Rio Trombetas, Estado do Pará. Brasília, Julho de 2004;
- _____. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP. Decreto presidencial no 5.758, de 13 de Abril de 2006. Brasília, 2006;
- _____. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Presidência da República. Decreto presidencial nº 6040. Brasília, 2007;
- _____. Educação Quilombola. Salto para o Futuro. Ministério da Educação. Secretaria de Educação à Distância. Boletim nº10, 2007a;
- _____. Ministério da Saúde. Diagnóstico local do município de Oriximiná. Projeto SIS Fronteiras. Universidade Federal do Pará. Belém, 2009. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Diagnostico_Local_Oriximina-PA.pdf. Acesso em 10/04/2009.

- BRANDON, K; FONSECA, G. A. B.; RYLANDS, A. B. & SILVA, J. M. C. Conservação Brasileira: desafios e oportunidades. In: Conservação Internacional. Megadiversidade: Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade no Brasil. Vol.1. nº1. Julho de 2005;
- BROWN, I. F.; SASSAGAWA, H. S. Y.; ALECHANDRE, A. et al. Mapa como ferramenta para gerenciar recursos naturais: um guia passo-a-passo para populações tradicionais fazerem mapas usando imagens de satélite. Rio Branco: Brilhograf, 1998;
- CALLENBACH, E. Ecologia: um guia de bolso. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. – São Paulo: Peirópolis, 2001;
- CAPOBIANCO, J. P. R. et al. Amazônia. IN: BRASIL. Biodiversidade Brasileira. Brasília: MMA/SBF, 2002;
- CPI. Comissão Pró-Índio de São Paulo. Desafios para o reconhecimento das terras quilombolas. São Paulo: 1997.
- DEAN, W. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Ed. Cia das Letras. SP, 1994;
- DESCARTES, R. Discurso sobre o método. Rio de Janeiro: Ed. Martins Fontes, 2001;
- DIEGUES, A. C. S. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Ed. Annablume: HUCITEC-USP, 1998;
- _____. (org). ETNOCONSERVAÇÃO. Novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000;
- _____ & ARRUDA, R. S. V. MMA. SABERES tradicionais e biodiversidade no Brasil/organizado por Antonio Carlos Diegues e Rinaldo S.V. Arruda. - Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001;
- FARIA, A. A. C. & NETO, P. S. F. Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo / Andréa Alice da Cunha Faria e Paulo Sérgio Ferreira Neto. – Brasília: MMA; IEB, 2006;
- FERREIRA, A. B. de H. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 3ª. Ed. 1ª. impressão da Editora Positivo, revista e atualizada do Aurélio Século XXI, O Dicionário da Língua Portuguesa, 2004;
- FERREIRA, W. I. Mapeamento Participativo Para desenvolvimento Sustentável. In: Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia, 2004;
- _____. SDS. Estudo de Criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Nhamundá. Manaus, 2006a;
- _____. SDS. Expedição de Diagnóstico Sócio-Econômico e Biológico da Reserva Extrativista Catuá-Ipixuna para subsidiar a Elaboração do Plano de Gestão. Manaus, 2006b;
- _____. SDS. Mapeamento Participativo do Uso dos Recursos Naturais e dos Problemas de gestão do Parque Estadual Sumaúma – AM. Manaus, 2007;
- FEITOSA, A. T. Oriximiná – história, geografia, economia, cultura e política. Biblioteca Pública Municipal de Oriximiná “Enéas Cavalcante”. Oriximiná, 2002;
- FILHO, A. O. S. Projetos energéticos e minerais como destruição de monumentos naturais e como expressão de poderio antiecológico e antidemocrático dos investidores. Simpósio Internacional “Dimensões Internacionais da Ecologia Política: o caso da

- Amazônia e outros Trópicos úmidos”. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP/UNICAMP/PUC-SP & Grupo de Trabalho em Política Ecológica do Conselho Latino - Americano de Ciências Sociais–CLACSO. UNESP – SP, 2004;
- FOLHES, R. T. Mapeamento Participativo Socioambiental de Comunidades Remanescentes de Quilombos. Santarém: PSA, 2007;
- FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983;
- FUNES, E. A. Comunidades remanescentes dos mocambos do alto trombetas. Departamento de História da Universidade do Ceará. UFC, 2000;
- _____. Mocambos do Trombetas – História, Memória e Identidade, 2004. Disponível em: <http://www.ub.es/afroamerica>. Acesso em: 23/05/2007;
- GARRAFIEL, D. R. et al. Manual da Metodologia Pesa: uma abordagem participativa. Acre: PESACRE, 1999;
- GASPARI, H. A ditadura escancarada. V.2 Coleção: As ilusões armadas. Ed. Cia. das Letras. São Paulo: 2002;
- GEORGE, P. A ação do homem. São Paulo: Ed. Difel, 1980;
- GÓMEZ-POMPA, A & KAUS, A. Taming the wilderness myth. Bioscience, 42(4), 1992. Tradução de Dany Patarra. IN: DIEGUES, A. C. (org). ETNOCONSERVAÇÃO. Novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000;
- HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002;
- HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 2004. (2a. edição revista). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. v. 1. 400 p;
- HASHIZUME, M. Indígenas garantem proteção de 3,5 milhões de hectares de floresta. Observatório de Políticas Públicas Ambientais da América Latina e Caribe. Fevereiro, 2006. Disponível em: <http://www.opalc.org.br>. Acesso em: 23/11/2007;
- HEEMAN, Ademar. Natureza e ética. 3ª ed. Ed. UFPR: Curitiba, 2001;
- IBAMA. Imagem de satélite LandSat 5 TM. Área de abrangência da REBIO Rio Trombetas e FLONA Saracá-Taquera. Sipam: Pará, 2005.
- IBGE. Censo agropecuário 1980: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1980;
- IRVING, M. (org.). Áreas Protegidas e inclusão social: construindo novos significados. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquários, 2006;
- _____. Construção de governança democrática: Interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil. In: IRVING, M et al. (org.). Áreas Protegidas e inclusão social: construindo novos significados. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquários, 2006a;
- IUCN. SCHERL, L. M; WILSON, A.; WILD, R. et al. As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações. IUCN – União Mundial para a Natureza, 2006;

- JOLIVEAU, T. O lugar do mapa nas abordagens participativas. Tradução de Luis Rodolfo Viveiros de Castro. In: ACSELRAD, H. (org). Cartografias Sociais e Território. UFRJ/IPPUR. Rio de Janeiro, 2008;
- KAROL, E. Território e Territorialidade da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - F.A.S.E. - estudo sobre território e organização não-governamental. Dissertação de Mestrado em Geografia. Departamento de Geografia, USP, 2000;
- KISHI, S. A. S. Conhecimento tradicional. Disponível em: <http://www.esmpu.gov.br>. Acesso em: 06/12/2007;
- LATOUR, B. Jamais fomos modernos – ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 1994.
- LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- MANO, Eloisa B.; PACHECO, Élen B. A. V. & BONELLI, Cláudia M. C. Meio ambiente, poluição e reciclagem. São Paulo: Edgard Blücher, 2005;
- Mc CORMICK, John. Rumo ao paraíso - a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1992;
- MENDONÇA, F. A. Geografia e Meio Ambiente. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1998;
- MITTERMEIER, R. A.; FONSECA, A. B.; RYLANDS, A. B. & SILVA, J. M. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. IN: Conservação Internacional. Megadiversidade: Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade no Brasil. Vol1. nº1. Julho de 2005;
- MOREIRA, Ruy. O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina. Editora Dois Pontos, Rio de Janeiro, 1987;
- _____. O círculo e a espiral: para a crítica da geografia que se ensina. NITERÓI: Edições AGB Niterói, 2004;
- MORIN, E. Complexidade e Transdisciplinaridade. Natal: EDUFRN, 2000;
- MRN. Site da Mineração Rio do Norte. Disponível em: <http://www.mrn.com.br>. Acesso em: 05/11/2007;
- MURATORI, A. M. A natureza no final do século XX. Revista Paranaense de Geografia, nº04. Curitiba, 1999;
- NASSER, P. C. Mapeando o Conhecimento Popular em Unidades de Conservação. Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental. Universidade Federal Fluminense, 2008.
- NELSON, N & WRIGHT, S. Participation and Power. In: NELSON, N. & WRIGHT, S. Power and Participatory Development. Theory and Practice. Ed. Intermediate Tachnolgy Publications, 1995;
- O'DWYER, E. C. Racismo, etnicidade e políticas de identidade no Brasil: os remanescentes de quilombos na fronteira amazônica. IN: HERCULANO, S. & PACHECO. T (orgs.). Racismo Ambiental. I Seminário Brasileiro sobre o Racismo Ambiental. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2006;
- OLIVEIRA, J. *Código Penal - Legislação Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Saraiva. 33ª edição, 1995;
- ORIXIMINÁ, Prefeitura de. Plano Diretor Municipal Participativo. Relatório de leitura técnica da realidade municipal. Oriximiná, 2006;

- ORIXIMINÁ on line. Disponível em: <http://www.oriximinaonline.com.br>. Acesso em: 20/11/2007;
- PARÁ. Estatística Municipal de Oriximiná. Governo do Estado. SEPOF, 2006;
- PIMBERT, M. P. & PRETTY, J. N. Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo “Participação” no Manejo de Áreas Protegidas. In: DIEGUES, A. C. (org). ETNOCONSERVAÇÃO. Novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000;
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente. São Paulo: Contexto, 1989;
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001;
- QUEIROZ, R. C de. “A saga de Ewka: Epidemias e evangelização entre os Waiwai”. In: Robert Wright (ed.): Transformando os deuses. Os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. Disponível em: <http://www.socioambiental.org>. Acesso em: 05/05/2007;
- RAFESTTIN, C. POR UMA GEOGRAFIA DO PODER. 1980. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ed. Ática, 1993;
- SANTOS. Pensando o Espaço do Homem. São Paulo: Hucitec, 1996;
- _____. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000;
- _____. A Natureza do Espaço: Tempo e Técnica, Razão e Emoção. 4ªed. EDUSP, São Paulo, 2006;
- SCHAEFER, S. & STUDTE, M. A Produção de Alumínio e a Sociedade Civil no Brasil em 2005. Relatório sobre destruições ambientais e assuntos sociais da produção de alumínio na Amazônia Brasileira. ASA, 2005;
- SCHNEIDER, R. R.; VERÍSSIMO, A.; ARIMA, E.; BARRETO, P. et al. *Amazônia sustentável: limitantes e oportunidades para o desenvolvimento rural*. Brasília: Banco Mundial; Belém: IMAZON, 2000. Disponível em: www.imazon.org.br. Acesso em: 08/06/2007;
- SCHMIDT, M.V.C. Etnosilvicultura Kaiabi no Parque Indígena do Xingu: Subsídios ao manejo de recursos florestais. Dissertação de Mestrado. USP, São Carlos, 2001;
- SEGURA, D. S. B. *Educação Ambiental na Escola Pública: da Curiosidade Ingênua à Consciência Crítica*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001;
- SILVA, M. A. R. ROYALTIES DA MINERAÇÃO: Instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável de regiões mineradoras na Amazônia Oriental? IMAZON (Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia), 2006;
- SIQUEIRA, M L. Quilombos no Brasil e a singularidade de Palmares. s/d. Disponível em: <http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/quilombos-no-brasil.pdf>. Acesso em: 27/12/2007;
- SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995;
- SPOSITO, E. S. Sobre O Conceito de Território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D. et al (org.). Território de Desenvolvimento: diferentes abordagens. Paraná: UNIOESTE, 2004;

- THEODORO, S. H. (org.). *Mediação de Conflitos Socioambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005;
- TUAN, Y. *Topofilia. Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. São Paulo: Ed. Difel, 1980;
- _____. *Espaço e Lugar. A perspectiva da Experiência*. São Paulo: Difel, 1983;
- VEIGA, J. E. da. *Sobre o World Wildlife Fund*. 2005. Disponível em: [http://www.e-
agora.org.br/conteudo.php?id=974_0_3_40_C15](http://www.e-
agora.org.br/conteudo.php?id=974_0_3_40_C15). Acesso em: 21/12/2007;
- VERDEJO, M. E. *Diagnóstico Rural Participativo: Guia Prático DRP*. Secretaria da Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2006.
- VIOLA, Eduardo e LEIS, Hector R. - *Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo*. In ANPOCS, *Revista de Ciências sociais Hoje*, SP, Vértice/Ed.Revista dos Tribunais, 1992;
- WORLD BANK, 1991. *Handbook of World Bank operations*. Disponível em: [www.ifc.org/ifcext/sustainability.nsf/AttachmentsByTitle/pol_IndigPeoples_Portuguese/\\$FILE/OD420_Portuguese.pdf](http://www.ifc.org/ifcext/sustainability.nsf/AttachmentsByTitle/pol_IndigPeoples_Portuguese/$FILE/OD420_Portuguese.pdf). Acesso em 11/05/2008.
- WANDERLEY, L. J. M. *Tem Cerca para Negro na Amazônia: A luta dos quilombolas do Trombeta-PA por direito a título e uso da terra*. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária e II Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente/SP, 2005.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)